

GABRIEL CAMPOS VOLPI

**DIVISÃO SOCIAL E DEFINIÇÃO DOS GRUPOS
SOCIAIS NO MEIO RURAL – CAMPESINATO,
PROLETARIADO RURAL E AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DE CONCHAS-SP**



ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

GABRIEL CAMPOS VOLPI

**DIVISÃO SOCIAL E DEFINIÇÃO DOS GRUPOS
SOCIAIS NO MEIO RURAL – CAMPESINATO,
PROLETARIADO RURAL E AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DE CONCHAS-SP**

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Linha de pesquisa: Agricultura
Urbanização e Industrialização no Brasil**

**Orientador: Profa. Dra. Darlene
Aparecida de Oliveira Ferreira**

**Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior [CAPES]**

ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

Volpi, Gabriel Campos

Divisão social e definição dos grupos sociais no meio rural -
campesinato, proletariado rural e agricultura familiar: o caso de
Conchas – SP / Gabriel Campos Volpi– 2007

205 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual
Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

1. Agricultura e Estado. 2. Economia agrícola.
3. Agricultura familiar. 4. Agroindústria.
5. Conchas (SP). I. Título.

GABRIEL CAMPOS VOLPI

***DIVISÃO SOCIAL E DEFINIÇÃO DOS GRUPOS
SOCIAIS NO MEIO RURAL – CAMPEPINATO,
PROLETARIADO RURAL E AGRICULTURA
FAMILIAR: O CASO DE CONCHAS-SP***

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Agricultura, Urbanização e Industrialização no Brasil
Orientador: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES]

Data de aprovação: 11/04/2007

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Presidente e Orientador: Nome e título

Universidade.

Profa. Dra. Izabel de Carvalho do Departamento de Gestão e tecnologia Agroindustrial da Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu

Membro Titular:

Nome e título

Universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à professora Darlene pela orientação paciente e constante ao longo dessa jornada, que muito contribuiu para a consecução desse trabalho.

Agradeço também à professora Isabel Carvalho pela leitura crítica e sugestões durante o andamento do trabalho.

Agradeço à minha família pelo apoio e compreensão oferecidos durante a realização deste trabalho; especialmente a Virgílio e Cacilda Martins de Souza por terem me acolhido em sua casa durante o período que dediquei ao trabalho de campo em Conchas.

Agradeço aos funcionários da Casa de Agricultura de Conchas pela atenção e presteza com que compartilharam de seu conhecimento sobre os produtores da região; conhecimento esse, vital para o sucesso da pesquisa.

Agradeço aos técnicos da avicultora Top Frango o auxílio indispensável que me prestaram permitindo que os acompanhasse nas visitas aos produtores; sem o qual, esse trabalho não teria sido possível.

Finalmente, agradeço a todos os produtores rurais que praticam a avicultura de Conchas-SP, pela paciência generosidade que demonstraram para com o pesquisador.

VOLPI, Gabriel. **Título do trabalho.** 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

RESUMO

A dissertação que apresentamos traz como questão principal o problema da caracterização social dos grupos de produtores rurais que controlam (mesmo que parcialmente) os próprios meios de produção. O estudo se divide em duas partes: a primeira, um debate teórico em que discutimos as diversas denominações atribuídas a esses agricultores ao longo da literatura nacional, procurando estabelecer uma definição coerente para cada uma delas, bem como suas implicações teóricas e políticas na análise do mundo rural. O conceito de agricultura familiar emergiu da discussão teórica como a maneira mais adequada de se definir o grupo social em questão. Na segunda parte, realizou-se um estudo empírico tomando como base o município de Conchas, interior de São Paulo, no intuito de testar até que ponto a definição adotada correspondia às características dos agricultores observadas em campo.

Palavras – chave: Agricultura familiar. Complexo Agroindustrial. Campesinato. Questão agrária. Avicultura.

ABSTRACT

The paper we present brings as ultimate issue the problem of the social characterization of the groups of agricultural producers that controls (fully or partially) the means of production. The study is divided in two parts: the first one, a theoretical quarrel where we discuss the diverse nominations attributed to these agriculturists throughout national literature, looking for to establish a coherent definition for each one of these nominations, as well as its implications, theoreticians and politics in the analysis of the agricultural world. The concept of family farm business emerged of the theoretical quarrel as the adjusted way to define the social group in question. In the second part, an empirical study was become fulfilled taking as base the town of Conchas, at the countryside of São Paulo state, in intention to test the adopted definition to see if it matches to the characteristics of the agriculturists observed in field.

Keywords: *Family farm business. Agribusiness. Peasantry. Agrarian issues. Aviculture*

LISTA DE MAPAS

- 1** Localização do município de Conchas no Mapa do Estado de São Paulo por município.....p. 88.

- 2** Distribuição percentual da avicultura de corte no estado de São Paulo por município.....p. 94.

- 3** Município de Conchas.....p. 97.

LISTA DE TABELAS

- 1** Comparação da difusão da cultura de cana-de-açúcar entre o município de Conchas e a Regional de Ribeirão Preto.....p. 90.

- 2** Distribuição fundiária: comparação Conchas-estado de São Paulo.....p. 91.

- 3** Comparação da distribuição de mão de obra por UPAs no estado, na regional agrícola e no município.....p. 93.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Divisão percentual dos estabelecimentos pesquisados entre familiares e patronais.....p. 99.
- Gráfico 2: Divisão numérica dos estabelecimentos pesquisados (95) entre familiares e patronais.....p. 100.
- Gráfico 3: Residência do responsável entre os estabelecimentos familiares.....p. 101.
- Gráfico 4: Residência do responsável entre os estabelecimentos patronais.....p. 101.
- Gráfico 5: Naturalidade do responsável entre os estabelecimentos familiares.....p.102.
- Gráfico 6: Naturalidade do responsável entre os estabelecimentos patronais.....p. 102.
- Gráfico 7: Distribuição fundiária dos estabelecimentos familiares.....p. 103.
- Gráfico 8: Distribuição fundiária dos estabelecimentos patronais.....p. 103.
- Gráfico 9: Tipo de posse entre os estabelecimentos familiares.....p. 104.
- Gráfico 10: Tipo de posse entre os estabelecimentos patronais.....p. 105.
- Gráfico 11: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos familiares.....p. 106.
- Gráfico 12: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos patronais.....p.106.
- Gráfico 13: Posse ou trabalho do responsável em outro estabelecimento entre os estabelecimentos familiares.....p. 107.
- Gráfico 14: Posse ou trabalho do responsável em outro estabelecimento entre os estabelecimentos patronais.....p. 107.
- Gráfico 15: Aquisição do estabelecimento nos estabelecimentos familiares.....p. 108.
- Gráfico 16: Aquisição do estabelecimento nos estabelecimentos patronais.....p. 108.
- Gráfico 17: Média anual da mão de obra utilizada em atividades agropecuárias dentro do estabelecimento, por tipo de estabelecimento. Medida em trabalhador/dia.....p. 109.

Gráfico 18: Porcentagem dos estabelecimentos familiares com ao menos um membro da família que se dedica a atividades não-agrícolas ou externas ao estabelecimento...p. 110.

Gráfico 19: Porcentagem dos estabelecimentos patronais com ao menos um membro da família que se dedica a atividades não-agrícolas ou externas ao estabelecimento...p. 110.

Gráfico 20: Valor médio da mão de obra pluriativa por estabelecimento, para cada grupo de estabelecimentos.....p.111.

Gráfico 21: Divisão numérica do valor agropecuário total produzido em um ano por tipo de estabelecimento.....p. 112.

Gráfico 22: Divisão percentual do valor agropecuário total produzido em um ano por tipo de estabelecimento.....p. 112.

Gráfico 23: Comparação numérica do valor agropecuário médio produzido anualmente por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 113.

Gráfico 24: Comparação percentual do valor agropecuário médio produzido anualmente por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p.113.

Gráfico 25: Comparação numérica do valor médio da produção anual de leite por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 114.

Gráfico 26: Comparação percentual do valor médio da produção anual de leite por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 114.

Gráfico 27: Comparação numérica do valor médio da produção anual de gado por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 115.

Gráfico 28: Comparação percentual do valor médio da produção anual de gado por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 115.

Gráfico 29: Comparação numérica do valor médio da produção anual de frangos por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 116.

Gráfico 30: Comparação percentual do valor médio da produção anual de frangos por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.....p. 116.

- Gráfico 31: Contribuição proporcional de cada produto na formação do valor total para os estabelecimentos familiares.....p. 117.
- Gráfico 32: Contribuição proporcional de cada produto na formação do valor total para os estabelecimentos patronais.....p. 117.
- Gráfico 33: Proporção dos estabelecimentos familiares nos quais a produção de frango responde por mais de 50% do valor agropecuário total.....p. 118.
- Gráfico 34: Proporção dos estabelecimentos patronais nos quais a produção de frango responde por mais de 50% do valor agropecuário total.....p. 119.
- Gráfico 35: Proporção dos estabelecimentos familiares dedicados exclusivamente à avicultura.....p. 120.
- Gráfico 36: Proporção dos estabelecimentos patronais dedicados exclusivamente à avicultura.....p. 120.
- Gráfico 37: Proporção dos estabelecimentos familiares que produzem para autoconsumo por número de itens.....p. 121.
- Gráfico 38: Proporção dos estabelecimentos familiares que produzem para autoconsumo por número de itens.....p. 121.
- Gráfico 39: Renda per/capta média por tipo de estabelecimento.....p. 122.
- Gráfico 40: Comparação proporcional das rendas agrícolas e não-agrícolas para os estabelecimento familiares.....p. 123.
- Gráfico 41: Comparação proporcional das rendas agrícolas e não-agrícolas para os estabelecimento patronais.....p. 124.
- Gráfico 42: Porcentagem de estabelecimentos familiares que fizeram uso de financiamento para investir na avicultura.....p. 125.
- Gráfico 43: Porcentagem de estabelecimentos patronais que fizeram uso de financiamento para investir na avicultura.....p. 126.

Gráfico 44: Porcentagem de estabelecimentos familiares que fizeram empréstimo junto à agroindústria para investir na avicultura.....p. 127.

Gráfico 45: Porcentagem de estabelecimentos patronais que fizeram empréstimo junto à agroindústria para investir na avicultura.....p. 127.

Gráfico 46: Distribuição dos estabelecimentos familiares em função do tempo que praticam a avicultura integrada.....p. 128.

Gráfico 47: Distribuição dos estabelecimentos patronais em função do tempo que praticam a avicultura integrada.....p. 128.

Gráfico 48: Porcentagem de estabelecimentos familiares que produziam frango antes da integração.....p. 129.

Gráfico 49: Porcentagem de estabelecimentos patronais que produziam frango antes da integração.....p. 129.

Gráfico 50: Porcentagem de estabelecimentos familiares que mudaram ao menos uma vez de integradora; contando-se a partir do momento em que estabeleceu-se relações com a agroindústria.....p. 130.

Gráfico 51: Porcentagem de estabelecimentos patronais que mudaram ao menos uma vez de integradora; contando-se a partir do momento em que estabeleceu-se relações com a agroindústria.....p. 131.

Gráfico 52: Índice médio de mecanização na atividade avícola por tipo de estabelecimento.....p. 132.

Gráfico 53: Número médio de equipamentos por estabelecimento por tipo de estabelecimento.....p. 133.

Gráfico 54: Uso de equipamentos que os agricultores não possuem, entre os estabelecimentos familiares.....p. 133.

Gráfico 55: Uso de equipamentos que os agricultores não possuem, entre os estabelecimentos patronais.....p. 134.

Gráfico 56: Assistência técnica prestada aos estabelecimentos familiares; com exceção da integradora.p. 135.

Gráfico 57: Assistência técnica prestada aos estabelecimentos familiares; com exceção da integradora.....p. 135.

Gráfico 58: Participação em associações da categoria entre os estabelecimentos familiares.....p. 137.

Gráfico 59: Participação em associações da categoria entre os estabelecimentos patronais.....p. 137.

Gráfico 60: Profissão com a qual o produtor se identifica entre os estabelecimentos familiares.....p. 138.

Gráfico 61: Profissão com a qual o produtor se identifica entre os estabelecimentos patronais.....p. 138.

Gráfico 62: Participação em festas tradicionais da vizinhança entre os estabelecimentos familiares.....p. 139.

Gráfico 63: Participação em festas tradicionais da vizinhança entre os estabelecimentos patronais.....p. 139.

Gráfico 64: Existência de ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes entre os estabelecimentos familiares.....p. 140.

Gráfico 65: Existência de ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes entre os estabelecimentos patronais.....p. 140.

Gráfico 66: Frequência com que os membros da família visitam o centro urbano entre os estabelecimentos familiares.....p. 141.

Gráfico 67: Frequência com que os membros da família visitam o centro urbano entre os estabelecimentos patronais.....p. 141.

Gráfico 68: Motivos que levam os membros da família a visitar o centro urbano entre os estabelecimentos familiares.....p. 142.

Gráfico 69: Motivos que levam os membros da família a visitar o centro urbano entre os estabelecimentos patronais.....p. 142.

Gráfico 70: Porcentagem de agricultores entre os estabelecimentos familiares que investiriam suas economias preferencialmente em terra.....p. 143.

Gráfico 71: Porcentagem de agricultores entre os estabelecimentos patronais que investiriam suas economias preferencialmente em terra.....p. 143.

Gráfico 72: Motivos que poderiam levar os agricultores a vender sua propriedade e/ou deixar o estabelecimento entre os estabelecimentos familiares.....p. 144.

Gráfico 73: Motivos que poderiam levar os agricultores a vender sua propriedade e/ou deixar o estabelecimento entre os estabelecimentos familiares.....p. 144.

Gráfico 74: Número médio de pessoas por tipo de estabelecimento.....p. 145.

Gráfico 75: Distribuição proporcional entre os sexos nos estabelecimentos familiares.....p. 146.

Gráfico 76: Distribuição proporcional entre os sexos nos estabelecimentos patronais.....p.146.

Gráfico 77: Distribuição proporcional por idade entre os estabelecimentos familiares.....p. 147.

Gráfico 78: Distribuição proporcional por idade entre os estabelecimentos patronais.....p. 147.

Gráfico 79: Distribuição proporcional por nível de escolaridade entre os estabelecimentos familiares.....p.148.

Gráfico 80: Distribuição proporcional por nível de escolaridade entre os estabelecimentos patronais.....p. 148.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C.A.I. : Complexo Agroindustrial.

CEPAL :

FAO :

Incrá: Instituto nacional de colonização e reforma agrária.

LUPA:

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostras

S.A.A.: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.

SEADE: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.

UPA: Unidade de Produção Agropecuária.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	p. 18.
2 INTRODUÇÃO.....	p. 22.
2.1 Em busca de precisão conceitual.....	p. 24.
2.2 Aplicação empírica do conceito de agricultura familiar.....	p. 31.
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	p. 32.
4 AGRICULTURA FAMILIAR E AVICULTURA INTEGRADA EM CONCHAS-SP: definição do objeto de pesquisa.....	p. 66.
4.1 Apresentação do objeto empírico de pesquisa.....	p. 86.
5 ESTABELECIMENTOS FAMILIARES E PATRONAIS LIGADOS À AGROINDÚSTRIA AVÍCOLA EM CONCHAS-SP: Análise comparativa.....	p. 98.
5.1 Caracterização do produtor, exploração da propriedade e mão de obra.....	p. 99.
5.2 Caracterização da produção agrícola.....	p. 112.
5.3 Caracterização da produção integrada de frangos.....	p. 125.
5.4 Caracterização das famílias e da sociabilidade.....	p. 137.
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 150.

1 APRESENTAÇÃO:

Este texto que apresentamos agora à apreciação da banca é fruto da pesquisa desenvolvida ao longo de meu curso de mestrado, intitulada **Divisão Social e Definição dos Grupos Sociais no Meio Rural – campesinato, proletariado rural e agricultura familiar: o caso de Conchas - SP**. Todavia, as inquietações e reflexões que impulsionaram o desenvolvimento dessa pesquisa, e meu interesse por entender melhor o mundo rural brasileiro de um modo geral nasceram já na graduação.

Como é natural, nessa longa trajetória (da formulação do projeto de pesquisa para sua submissão ao processo seletivo da pós-graduação à sua apresentação final) as próprias questões às quais a pesquisa procura responder foram ganhando contornos diversos, conforme avançava o conhecimento do pesquisador, tanto a respeito do campo de pesquisa empírico, quanto da literatura previamente produzida sobre o assunto.

A trajetória da pesquisa apresenta-se então como uma caminhada, na qual os caminhos a seguir são estabelecidos, repensados, modificados e restabelecidos conforme se caminha. Desse modo, não concebemos a pesquisa como um procedimento linear de construção do conhecimento onde a verdade, como na escavação de um tesouro, é algo a ser fortuitamente encontrado pronto e acabado; mas é sim, uma constante aproximação que depende do tempo, da história, da ideologia. Assim, por mais que se queira que esta caminhada se mostre o menos tateante possível, é sabido que ela é tateante sempre, pois a realidade não pode ser alcançada senão por meio de seu recorte e reconstrução no pensamento.

Essa característica rotineiramente presente em todo processo de pesquisa ganha especial relevo quando se trata de uma pesquisa de mestrado. Isso porque, o processo de construção de uma dissertação é um processo dialético em que, ao mesmo tempo em que se constrói a pesquisa, constrói-se um pesquisador.

Assim, ganha especial relevância o processo de retomada da bibliografia consultada, onde se pode perceber a evolução do pensamento do autor,

conforme foram chegando a nosso conhecimento novos textos, pesquisas, definições e teorias sobre as questões que permeiam este trabalho.

Não pretendemos aqui retomar toda a trajetória da pesquisa, e as mudanças pelas quais foram passando as definições, tanto do objeto e problema a serem analisados quanto da metodologia a ser utilizada na mesma. Desejamos, sim, expor a linha mestra que guiou a pesquisa durante todo seu percurso, e que se manteve inalterada apesar das modificações teóricas. Modificações essas que, espero, nos permitiram compreender melhor o objeto de estudo.

Podemos dizer que a inquietação que deu origem a esta pesquisa tem uma origem dupla: teórica e empírica.

Do lado teórico, deve-se principalmente à leitura, feita ainda na graduação, de *Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido (2001), obra na qual o autor dá coerência teórica ao termo “caipira”, sistematizando um modelo que define a “sociedade rústica” original formada na zona de colonização paulista. Ao mesmo tempo, na análise do “tempo presente” (de então) o autor mostra as mudanças em andamento, e discute como essas mudanças na sociedade global e no modo de relação desse agricultor com o mercado alteram o tipo de sociabilidade previamente definida. Surge então a figura do “parceiro” como uma tentativa do caipira de reproduzir seu modo de vida num mundo em que as alterações sócio-econômicas não permitem que o faça da maneira tradicional.

Do lado empírico, chamou-nos a atenção, ao iniciarmos nossos estudos sobre o mundo rural brasileiro, a existência de uma região que diferia do modelo de desenvolvimento agrícola predominante no país, principalmente no estado de São Paulo, baseado no latifúndio monocultor voltado à agroindústria (principalmente cana e laranja).

A área na qual se situa o município de Conchas, objeto de nossa pesquisa, e na qual se pode incluir o município de Bofete vizinho ao primeiro, onde Antônio Cândido realizou seus estudos, destaca-se por ter desenvolvido uma dinâmica agrícola diferente da predominante no estado, notável mesmo pela paisagem diferenciada que o agro-ecossistema da região apresenta. É

notável nessa região a presença de sítios¹. É comum ainda que haja nesses estabelecimentos alguma produção voltada, não exclusivamente, às necessidades de consumo da família, além de uma tendência a dedicarem-se a mais de uma produção rural.

Podemos somar a isto a existência de resquícios de uma sociabilidade de bairro, tal como descrita por Antônio Cândido, notável na participação em festas religiosas nas capelas existentes em diversos bairros rurais, que continuam a atrair grande número de agricultores - marcando a paisagem local com bandeiras dos santos padroeiros ou do divino, encontráveis nas sedes de bairro ou nos estabelecimentos - bem como a presença ainda relevante da prática da ajuda mútua, demonstrando a força das relações de interconhecimento.

Todos esses fatores ajudam a formar uma paisagem rural diferenciada onde, ao viajarmos pelas estradas da região, ao invés de vislumbrarmos quilômetros e quilômetros de plantação de cana ao lado das estradas, sem quase nenhuma sede ou residência rural por perto, podemos ver diversos sítios, modernizados é claro (como pretendemos mostrar nessa dissertação), mas que lembram em muito as descrições que quase todo brasileiro carrega em sua memória.

Resumindo, podemos dizer que nossa intenção nessa pesquisa é mostrar que embora o avanço das relações de mercado signifique a introdução de mudanças no modo de vida desse agricultor, forçando-o a se adaptar, ele o faz balizado pela cultura que carrega, pelo seu passado histórico. Assim como a parceria é uma tentativa do sitiante de reproduzir um modo de vida, adaptando-se a um novo contexto sócio-econômico, a vinculação do agricultor da região ao mercado, representada pela relação de integração à agroindústria avícola, pode ser vista não somente como uma subordinação desse agricultor ao capital (e o é, do ponto de vista macro-econômico) mas também como uma estratégia desse agricultor no sentido de reproduzir (na medida do possível e

¹ Sítio: estabelecimentos rurais variáveis no tamanho, mas geralmente entre pequenos e médios, onde o responsável pela administração é geralmente o proprietário, que reside na propriedade com sua família e conta com o auxílio desta, majoritariamente, para o desenvolvimento de sua atividade econômica. Termo local para definição de certo tipo de estabelecimento rural. Opõe-se a fazenda.

sob condições diversas das originais) o seu sítio, ou seja o seu modo de vida particular, calcado no passado e adaptado ao presente.

2 INTRODUÇÃO:

O estudo realizado tomou como objeto de pesquisa produtores rurais² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006) do município de Conchas, interior de São Paulo, que realizam a criação de frango num sistema de interação com a agroindústria conhecido por integração³. Como se pretende demonstrar, a maior parte dos agricultores ligados a essa atividade podem ser identificados como agricultores familiares, pois são produtores rurais, proprietários ou não, que dirigem seu estabelecimento utilizando, prioritariamente, a força de trabalho de sua família.

A dissertação que aqui se apresenta é o resultado desse estudo. Analiticamente, pode-se decompor o trabalho em dois momentos distintos, embora indissociáveis.

Num primeiro momento, procedeu-se a uma discussão teórica procurando colocar o problema da caracterização desses atores sociais. Buscou-se recuperar, na literatura nacional de ciências sociais, as diferentes formas de analisar o mundo rural e seus atores, bem como as implicações que tais definições acarretam. O conceito de agricultura familiar emerge dessa discussão teórica como a maneira mais adequada de se caracterizar os produtores rurais em questão; conseqüentemente, a forma como se distribui o trabalho no interior do estabelecimento (se predomina o uso de mão de obra familiar ou contratada) é o melhor indicador para a divisão dos grupos sociais no meio rural.

Essa parte do trabalho está contida na revisão bibliográfica localizada no capítulo seguinte.

No segundo momento do trabalho procurou-se testar empiricamente a conclusão preliminar extraída da revisão bibliográfica, aplicando aos agricultores estudados a definição proposta. Foi demonstrado então que:

² “Considerou-se produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros”.

³ Integração e agricultores integrados são termos definidos no capítulo deste trabalho dedicado à conceituação.

1- em sua maior parte, os agricultores do município vinculados à agroindústria avícola podem ser caracterizados como agricultores familiares;

2- a divisão dos grupos sociais no meio rural segundo o tipo predominante de mão de obra utilizada no estabelecimento corresponde mais às diferenças de comportamento que se pôde encontrar entre os grupos estudados.

2.1 Em busca de precisão conceitual:

É possível afirmar que a questão central que se buscou entender e que perpassa todo o desenvolvimento desta pesquisa, desde as primeiras versões do Projeto até o momento atual, é a persistência de estabelecimentos agrícolas baseadas no trabalho da família, mesmo em locais onde ocorreu uma forte modernização agrícola, como o Interior do estado de São Paulo.

Como em todo trabalho de pesquisa (esse é um aprendizado importante, saber que mudanças de curso e de ênfases num processo de pesquisa constituem momentos integrantes da mesma) o progresso dos estudos fez com que aquela questão central assumisse contornos diferentes, assim como mudaram termos e definições a respeito do sujeito em questão, acompanhando os avanços do estudo da bibliografia sobre o assunto.

Basicamente, o ponto de partida do processo de investigação foi o desenvolvimento de uma discussão sobre campesinato - pequena produção e seu destino no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Aliás, cabe considerar que a própria diversidade de denominações acerca da produção agropecuária calcada na gestão e trabalho da família sobre o estabelecimento agrícola (agricultura familiar, pequena produção, agricultura de baixa renda, agricultura camponesa) parece indicar que os estudos a respeito do assunto ainda estavam tendo início, no contexto do projeto de pesquisa; e que os diferentes autores que utilizam tais denominações devem ser argüidos sobre o tema, visando esclarecer concepções teóricas subjacentes.

Nesse intuito apresenta-se aqui uma breve retomada da trajetória intelectual percorrida durante o processo de pesquisa, desde sua fase inicial como projeto até sua definição atual, com a finalidade de esclarecer o problema que a orienta, mostrando como foi se desenvolvendo sua definição à medida que se avançava no conhecimento da literatura sobre o tema.

Inicialmente, travou-se contato com a literatura que define o agricultor em questão como camponês e/ou pequeno produtor agrícola; cuja discussão

principal é o destino desse agricultor em vista do avanço da industrialização e da urbanização no Brasil, vistos como conseqüências do avanço do capitalismo na sociedade nacional.

Aqui se destacam duas tendências principais:

- (a) aquelas que apontam para o fim dessas formas de produção familiar na agricultura (GUIMARÃES, 1963); (SODRÉ, 1962); (SANDRONI, 1980) e,
- (b) aquelas que as vêem como funcionais ao avanço do capitalismo na agricultura (MARTINS, 1975); (OLIVEIRA, 1973); (SANTOS, 1978).

Ambas as tendências igualam a produção agrícola baseada no trabalho familiar ao conceito de campesinato (e muitas vezes, no que diz respeito ao recorte empírico ao minifúndio). Esses camponeses por sua vez (às vezes, o mundo rural em geral) são associados ao atraso tecnológico e econômico, opondo-se ao setor industrial-urbano, onde se localizaria o dinamismo modernizador da sociedade.

Discutir-se-á a definição de termos como camponês, agricultor familiar, agricultor integrado, mais adiante. Provisoriamente, basta dizer que se designam por camponeses, aqueles agricultores inseridos parcialmente em mercados incompletos (ABRAMOVAY, 1992). Isso significa que tais agricultores são marcados por uma lógica econômica específica no funcionamento das propriedades; significa também que a existência desses estabelecimentos camponeses implica um modo específico de inserção no mercado, mediado por uma série de compromissos e relações de cunhos pessoais e não mercantis.

Em seguida, foram abertos caminhos levando aos estudos que introduzem a noção de complexo agroindustrial (MÜLLER, 1988; 1989; 2002). Essa literatura é significativamente crítica com relação aos autores que vêem na pequena produção camponesa a função de produzir alimentos para a população urbana, barateando o custo da força de trabalho nestes espaços. Para tais autores não é só a pequena produção - agricultura camponesa que perde importância. É a própria agricultura que vai sendo substituída pelo complexo agroindustrial como unidade analítica fundamental. Nesse processo, o

trabalhador do campo vai se urbanizando, tornando-se eventualmente um “proletário com terra” (SILVA, J. et al., 1983).

Nesse momento do projeto de pesquisa, portanto, o objeto desta investigação centrou-se mais na relação entre as unidades agrícolas que têm como base o trabalho da família (camponeses, pequena produção, agricultura familiar) com as empresas capitalistas que atuam no setor (agroindústrias). Tratava-se então de uma pesquisa sobre as relações de integração.

Dentro desse quadro, foi selecionada a agroindústria avícola, entre outras razões, por esta ser apontada como o setor da produção agropecuária onde o capital teria se apropriado mais profundamente do processo produtivo (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982), resultando em sua intensa industrialização.

Como se mostrará adiante, a industrialização de um setor da produção agropecuária (no caso, da produção de carnes de aves) era vista como uma manifestação de um processo mais amplo, conhecido como agroindustrialização (MÜLLER, 1988).

O processo de agroindustrialização se refere tanto a empresas que atuam a montante do setor agrícola (insumos, equipamentos agrícolas), quanto àquelas inseridas a jusante (indústrias processadoras, e comercialização) do mesmo, pois, segundo os autores que compartilham desta visão há uma tendência a que esses capitais se mesquem, formando o chamado Complexo Agroindustrial (ou Complexos Agroindustriais, divididos por setor de atividade) (SILVA, J., 1991).

Tratava-se, nesse momento, de uma pesquisa sobre a integração: as relações entre os produtores e a agroindústria à qual estavam vinculados.

Foi possível constatar que a maior parte da literatura sobre produtores integrados à agroindústria (SILVA, J., et al., 1983); (MÜLLER, 1989); (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982); (SORJ; WILKINSON, 1984) apresenta uma visão evolucionista do processo de modernização da agricultura e do produtor rural. Nessa visão o Complexo Agroindustrial seria a forma pela qual o capital vai inexoravelmente se apropriando das atividades agrícolas. Nesse movimento, a integração do agricultor à agroindústria representaria o processo pelo qual o

capital vai moldando o lado oposto, o agricultor. O agricultor integrado seria então, um produto do próprio processo de integração, uma consequência da forma como ocorre a apropriação das atividades produtivas pelo capital no campo.

No fundo, a integração seria uma espécie de assalariamento disfarçado. Esse agricultor aparece apenas como objeto da ação demolidora do capital, sem que se leve em conta as diversas estratégias de ação perante o contexto em que ele atua e a sua pluralidade: como se verá, existem diversos graus de dependência perante o capital, e o processo de integração à agroindústria não é linear, podendo haver recuos.

Para Wanderley (2003), essas visões estão muito ligadas ao contexto em que se dava a discussão na época: a perspectiva hegemônica era a de modernização da agricultura com uma conseqüente urbanização do meio rural. Acreditava-se que ocorreria uma polarização dos atores sociais segundo um modelo equivalente às relações industriais, ou seja, capital e trabalho. Contudo, como demonstraram análises posteriores, não foi bem isso o que ocorreu:

É bem verdade que, desde então, o desenvolvimento das forças produtivas criou um novo patamar para a agricultura e o meio rural, definido pela modernização das suas atividades e pela integração socioeconômica global. No entanto, parece evidente que a imposição deste patamar não significou a implantação de uma forma social de produção única e homogeneizada, representada pelo modelo empresarial e do tipo industrial. (WANDERLEY, 2003, p.43).

Descontente com tais teorias que associam a organização familiar do trabalho na agricultura com o atraso/pequena produção por um lado; e com a definição de agricultores integrados (que em última análise repõe as perspectivas marxistas de diferenciação ou proletarização) por outro, buscou-se conhecer a literatura que define tal forma de organização do trabalho agrícola como “agricultura familiar”.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura não está necessariamente ligado a um processo maciço de assalariamento dos trabalhadores.

Como mostra o estudo de Abramovay (1992), ao contrário do que ocorreu na indústria, a modernização agrícola nos países desenvolvidos se fez em grande parte com base em estabelecimentos onde propriedade, trabalho e família são radicalmente associados.

A grande importância que adquiriu entre nós o assalariamento na agricultura fez com que grande parte dos estudiosos do assunto associasse o uso de trabalho assalariado no estabelecimento agrícola como medida do grau de modernização desses estabelecimentos.

Deve-se alertar também para a grande diversidade que é possível encontrar entre os estabelecimentos rurais que têm como característica fundamental a organização familiar do trabalho na propriedade rural. Mesmo num campo limitado como o que se propôs trabalhar na presente pesquisa, são encontrados agricultores em diversos graus de tecnificação do processo produtivo, vinculação com o mercado, ligação com o centro urbano, e importância da família na empresa agrícola.

Pode-se enunciar o problema da presente pesquisa a partir de um duplo descontentamento.

1. Por um lado, divergia-se das teses que definem esse agricultor como camponês ou pequeno produtor, nas suas duas formas: tanto aqueles que apontam para o fim inelutável desse ator social, quanto dos que prevêem sua continuidade sem mudanças estruturais internas, apontando sua funcionalidade dentro do capitalismo. Os autores que compartilham esse ponto de vista apontam alguma forma de articulação entre o modo de produção camponês e o capitalismo. Supõem dessa maneira que tais agricultores constituem uma sociedade parcialmente autônoma, que embora articulada ao sistema capitalista, constitui um modo de produção diferenciado, que opera por regras distintas daquelas do mercado.

Voltaremos a abordar com mais profundidade essa questão quando tratarmos da definição de camponês, contrapondo-a a definição de agricultores familiares. Por hora, é suficiente fazer uma crítica geral a esses autores, pois,

tanto uns quanto outros associam os agricultores em questão a formas tradicionais de sociabilidade e, logo, de produção. Contrapõem, portanto, essa agricultura (pequena, camponesa, tradicional) à agricultura moderna. Esta por sua vez é igualada à agricultura patronal; vista essa sim, como capitalizada e capaz de utilizar técnicas modernas.

Essa visão não corresponde à realidade, nem dos países desenvolvidos; como mostra Abramovay (1992); nem de parte relevante da agricultura brasileira⁴ (GUANZIROLI et al., 2001).

2. De outro lado, também não se concorda com aqueles que vêem nas relações desses agricultores com o Complexo Agroindustrial um processo que os levaria a um estado de subordinação equivalente à relação de assalariamento. Como já dissemos, identificar a relação de integração à agroindústria com a relação de assalariamento é uma maneira de transpor para o meio rural o modelo industrial de produção, calcado na oposição entre capital e trabalho. Embora o estabelecimento de relações econômicas com empresas agroindustriais suponha uma relação assimétrica, uma vez que se trata de médios e pequenos produtores rurais confrontados com grandes capitais, isso não implica necessariamente na perda de toda e qualquer autonomia por parte desses agricultores.

Considera-se excluída pela própria evidência histórica a hipótese do fim da organização familiar da produção na agricultura.

Partimos então, do pressuposto de que esses agricultores são atores sociais, que, mesmo quando subordinados por forças econômicas que lhes superam, não podem ser considerados um mero subproduto da expansão do capitalismo no campo. Esses agricultores agem, elaboram estratégias com o intuito de alcançar seus objetivos, sejam eles de acúmulo de capital ou, meramente, de manter sua condição de produtor rural, não proletarizado.

⁴ Em levantamento recente, foi apontado que a agricultura familiar representa 82,5% do número total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área agrícola total do país e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional.

Para compreender como esses agricultores se comportam, quais as estratégias que traçam, decidiu-se estudá-los, na pesquisa proposta para embasar a dissertação de mestrado, que se apresenta a partir do conceito de agricultura familiar. Considera-se esse o conceito mais adequado para caracterizar os agricultores estudados, já que permite captar, ao mesmo tempo, estruturas sociais e valores inerentes à sua forma de organização interna - sem ignorar as mudanças nessa forma de organização da produção que o novo contexto social estimula.

2.2 Aplicação empírica do conceito de agricultura familiar

Empiricamente, portanto, serão considerados como pertencentes à agricultura familiar aqueles estabelecimentos que, cumprida a exigência da direção, apresentem maior uso da força de trabalho familiar que da força de trabalho contratada (medida em trabalhador-dia/ano). Além de evitar confusões teóricas, a definição de agricultura familiar permite que situemos o corte entre os estabelecimentos agropecuários estudados com base nas relações de trabalho e produção dentro do estabelecimento, o que nos permite chegar mais próximos de uma caracterização social de tais agricultores que recortes baseados no tamanho da exploração, na renda, ou no nível tecnológico adotado.

Tendo em vista o que foi dito, foram postas em teste nessa pesquisa, duas suposições básicas.

A primeira é que a maioria dos agricultores em questão, produtores de frango do município de Conchas – SP integrados a agroindústrias da região são agricultores familiares, conforme definição que discutiremos em maior profundidade adiante.

Em segundo lugar, pretende-se mostrar que a forma predominante de organização do trabalho dentro do estabelecimento (patronal ou familiar) é variável relevante para a classificação social desses agricultores: ou seja, na análise dos sistemas em torno dos quais os estabelecimentos se estruturam, os produtores rurais do município de Conchas ligados à agroindústria avícola se dividem em dois grupos estatisticamente distintos. Divisão que corresponde, em grande parte, a dois grupos sociais portadores de características distintas.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA, HIPÓTESES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Ao longo de nossa história intelectual os agricultores familiares - objeto desse estudo - receberam diversas denominações. Conforme se avançava na discussão a respeito das características sociais definidoras do campo brasileiro se alteravam também as questões que se buscavam compreender a respeito do espaço rural, bem como a interpretação dada às informações provenientes desses estudos. Conseqüentemente, a maneira dos estudiosos enxergarem os atores sociais presentes nesse espaço também muda, acompanhando evoluções e discussões científicas e políticas que influem na maneira de se analisar a realidade social.

Faz-se necessário, então, a realização de uma pequena retomada bibliográfica dos estudos rurais no Brasil para que se possa situar a matéria aqui exposta dentro da discussão sobre o caráter e o lugar desse agricultor no rural brasileiro. Essa retomada é ainda mais importante por não se tratar de uma matéria nova, pelo contrário, trata-se de tema já bastante debatido no país, dentro e fora do espaço acadêmico. Acreditamos, porém, que ainda seja possível contribuir para essa discussão.

Não se pretende cumprir aqui uma revisão exaustiva da produção intelectual sobre o assunto, considerando a imensa quantidade de trabalhos existentes, mas apenas situar a pesquisa que se apresenta na literatura especializada, mostrando suas principais linhas de análise. Contamos para isso, com o apoio de revisões feitas por outros autores, como Abramovay (2002), Chalita (2006), Silva, J., (1980), Leite (1989/90), Wanderley (1985; 1998), e Wilkinson (1986).

Primeiramente, a visão que se tinha era pautada pela vertente que Abramovay (2002) chama "dualismo estrutural". Basicamente, a idéia era a de que o capitalismo no Brasil estava em sua fase introdutória, concentrando-se nos centros urbanos; por isso, a capitalista não era a forma de produção mais difundida no campo, onde predominavam relações de caráter pessoal.

O meio rural aqui, e a agricultura de um modo geral são vistos como um local onde predominam relações pré-capitalistas, portanto, como o *locus* do atraso sócio-econômico. A agricultura e suas formas “arcaicas” de produzir e viver são vistos como entraves ao desenvolvimento econômico, representado pelo modelo urbano-industrial.

Resumindo, trata-se do seguinte: dominada pelo latifúndio, a agricultura é incapaz de se desenvolver tecnicamente e de contribuir para a elevação permanente da produção. Tanto mais que a maior parte dos trabalhadores rurais, não tendo acesso a terra, não pode participar do processo social de progresso técnico. Assim, estes trabalhadores encontram-se à margem do mercado: pouco produzem e pouco consomem. Isso é um obstáculo ao desenvolvimento econômico como um todo, pois, se os trabalhadores rurais tivessem acesso a terra, passariam a gerar renda através da qual poderiam incorporar-se ao mercado interno nacional e contribuir, assim, ao próprio desenvolvimento capitalista do país. (ABRAMOVAY, 2002, p.96).

Eram duas as principais características do sistema agrário brasileiro para esses autores: a ligação entre o homem e a terra, representadas pelos vínculos personalizados, muitas vezes clientelísticos que ligavam grandes proprietários e agricultores; e a falta de integração desses agricultores ao mercado. Essas características são comparadas por esses autores ao modelo histórico que precedeu o capitalismo na Europa, daí as chamadas teses feudais.

Nesse contexto, o agricultor familiar, possuidor de um lote de terra – embora nem sempre proprietário – no qual controla o processo produtivo contando principalmente com a mão de obra de sua família é visto como camponês comparável ao camponês europeu feudal. Isso por conta de suas relações de dependência pessoal perante outros atores sociais, destacadamente grandes proprietários, que arrendam a terra ou fazem sistemas de parceria extraindo assim, sobre-trabalho desse agricultor. Werneck Sodré (1962) e Guimarães (1963) são dois dos principais autores dessa vertente de pensamento.

Com seu desenvolvimento, a forma capitalista de produção deveria tornar-se dominante, espalhando-se por todo o território nacional e sufocando as outras formas de produção, mais “primitivas”.

Politicamente, a saída que se aponta aqui é a distribuição fundiária, que tiraria esse agricultor da dependência pessoal perante o grande proprietário, e o incluiria como produtor independente no mercado. Com sua inclusão no mercado, como fornecedor de produtos agropecuários, o agricultor teria maior acesso ao dinheiro, o que lhe proporcionaria maior poder de compra de produtos industrializados. Assim, a reforma agrária seria um passo para a formação de um mercado interno para produtos industrializados, e como tal contribuiria para o avanço da economia do país: estimulando a indústria devido ao aumento da demanda.

É importante destacar que já nesse período havia uma voz discordante, a de Caio Prado Júnior. Seu argumento central é que, contrariamente ao que ocorreu nos países europeus enquanto predominou o modo de produção feudal, a economia camponesa não constitui a base das relações sociais predominantes no setor agrícola brasileiro, e, conseqüentemente, ela não é determinante de sua estrutura e sua organização econômica (PRADO JUNIOR, 2005).

Para Caio Prado, a colonização portuguesa na América obedece à lógica capitalista, embora em sua fase inicial de acumulação de capitais, o mercantilismo. Como fruto da expansão do mercantilismo europeu, a agricultura brasileira, calcada na grande propriedade monocultora e na utilização do trabalho escravo, não pode ser de maneira alguma, considerada camponesa (e/ou feudal).

A exploração "camponesa", que para o autor significa "a exploração parcelaria e individual do pequeno produtor camponês que trabalha por conta própria e como empresário da produção em terras suas ou arrendadas" (WANDERLEY, 1985, p.14), é secundária e dependente da grande produção voltada ao mercado externo. Essa sim é predominante no setor agrícola brasileiro, constituindo a base das relações sociais existentes.

Basicamente, podemos dizer que Caio Prado inverte o sentido da relação entre agricultor familiar e proprietário de terras. Para os dualistas, o colonato, a meação ou o arrendamento, eram formas pelas quais os agricultores familiares conseguiam acesso a terra, em troca do qual pagavam cedendo parte de seu

trabalho ao proprietário. Para Caio Prado esses agricultores familiares são trabalhadores assalariados ou em vias de assalariamento. O que ocorre é que parte do salário desses trabalhadores era paga com produtos ou com a cessão de um lote de terra.

Assim, o mesmo trabalhador que era visto como camponês, passa a ser visto como assalariado, e as relações predominantes no campo brasileiro adquirem um caráter capitalista, sendo reguladas pelas regras de mercado. O pagamento em espécie se deve à debilidade dos capitais investidos no setor agrícola nacional. Debilidade essa, explicável dentro das regras de funcionamento do mercado: o retorno proporcionado pelas atividades agrícolas não estimulava a imobilização de capital no setor, levando os fazendeiros a recorrer a outras formas de pagamento aos trabalhadores. Com o desenvolvimento do mercado interno para produtos agropecuários, o assalariamento deveria se tornar dominante no campo brasileiro.

Nestes termos, os produtores familiares teriam apenas duas saídas. De um ponto de vista, estariam fadados a ser substituído por grandes fazendas capitalistas, com a conseqüente expansão do trabalho assalariado para o campo (Caio Prado). De outro, seu destino seria um processo de diferenciação, conforme passassem de camponeses a agricultores capitalizados, o que oporia os agricultores enriquecidos - que se tornariam empresários rurais - àqueles que se empobreceriam e perderiam suas terras, tornando-se proletários (dualistas).

Para esses intelectuais, portanto, o pequeno agricultor só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica de diferenciação entre os produtores, bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas.

Crítica dessa primeira abordagem passa a predominar nos anos 60 e 70 do século XX uma outra visão sobre o papel da agricultura e dos agricultores na economia nacional. Embora utilizem argumentos diversos, o que faz com que cada uma dessas análises apresente diferentes desdobramentos, elas possuem em comum seu ponto de partida e de chegada.

O ponto de partida comum entre esses diversos autores é a afirmação de que a formação social brasileira é essencialmente capitalista: faz-se necessário, portanto, explicar seus diversos elementos a partir do processo real de acumulação do capital. Quanto ao ponto de chegada, que esses autores compartilham, pode-se dizer que todos apontam para a reprodução de relações pré-capitalistas, não capitalistas ou não especificamente capitalistas, articuladas e subordinadas à dominação do capital. As diferenças entre as análises apresentadas pelos autores desse grupo podem ser atribuídas às diversas maneiras de ver esse processo de articulação/subordinação.

Abramovay (2002) chama essa visão da agricultura de “funcionalista”, pois, aqui uma agricultura atrasada cumpriria o papel de produzir alimentos mais baratos, sendo funcional ao sistema capitalista. Entre os autores que defendem essa posição podemos destacar os trabalhos de Francisco de Oliveira (1973), José de Souza Martins (1975), José Graziano da Silva (1980), José Vicente Tavares dos Santos (1978) e Sérgio Silva (1976; 1977), entre outros.

Basicamente, os estudiosos que compartilharam dessa visão apontavam a articulação entre as formas avançadas e atrasadas de produção, colocando as segundas como funcionais às primeiras. Tal funcionalidade se materializava no barateamento dos produtos alimentícios consumidos pelo proletariado urbano, rebaixando os custos com mão-de-obra e aumentando os lucros das empresas de ponta, concentradas nos grandes centros urbanos. Assim, não apenas a expansão do capitalismo não sufocaria a produção camponesa, como a estimularia, na medida em que aumentasse a necessidade de produtos alimentícios para os trabalhadores da cidade.

Entre os autores referidos são diversas as classificações que atribuem aos agricultores familiares: camponeses, agricultura de subsistência, agricultura tradicional, pequenos produtores. Entretanto, importa assinalar que, em todas essas classificações, a agricultura continua sendo vista como o pólo atrasado da economia brasileira. Apenas inverteu-se a avaliação quanto às conseqüências desse atraso: de obstáculo ao desenvolvimento capitalista, passou a ser vista como parte do mecanismo de acumulação do capital no país.

Embora não se preocupe especificamente em analisar seu caráter social e classificar esse agricultor, mas de analisar a dinâmica da economia brasileira em geral, pode-se considerar o trabalho de Oliveira (1973) como o pioneiro dessa tendência. Isso porque sua contribuição fez deslocar a questão central do debate sobre a caracterização social do rural brasileiro, para o âmbito das relações intersetoriais. Em outras palavras, passa-se a procurar a explicação para o meio rural brasileiro na forma como o setor agrário se relaciona com os setores industriais.

Para Oliveira (1973), esta integração se baseia na possibilidade de reprodução da agricultura, sem que haja uma alteração significativa dos meios de produção e, conseqüentemente uma capitalização na agricultura. A condição para que a expansão capitalista no país ocorresse sem modificações radicais na estrutura agrária do país foi a expansão horizontal da ocupação agrícola – ou seja, expansão da área explorada sem que haja alterações relevantes no modo de produção – com baixíssimos níveis de capitalização e até sem capitalização alguma.

A expansão horizontal da ocupação agrícola ofereceu condições para a ampliação capitalista no país, permitindo que os capitais fossem direcionados para a indústria e não para a agricultura, ao mesmo tempo em que garantia o crescimento da produção agrícola; necessária para satisfazer as crescentes necessidades alimentares dos trabalhadores urbanos e para fornecer matéria-prima à indústria em expansão. Ao mesmo tempo, resulta dessa forma de expansão a manutenção, no setor agrícola de uma alta taxa de exploração da força de trabalho.

No trabalho coordenado por Silva, J. (1980), a persistência de estabelecimentos agrícolas familiares é associada à manutenção de relações não propriamente capitalistas no setor. Tal manutenção se deve a uma “relativa debilidade das transformações capitalistas na agricultura nacional” o qual não foi capaz de realizar a expropriação completa do trabalhador, nem revolucionar o processo de produção de modo amplo e dinâmico.

A dificuldade do capital em transformar a agricultura brasileira se traduz, em particular, em quatro pontos: a) no papel

determinante que assume a propriedade da terra; b) na persistência (e mesmo recriação) da pequena produção (pequenos proprietários, posseiros e arrendatários); c) no fato de que, por maiores que sejam os meios e os recursos envolvidos, instrumentos de política agrícola não terem conseguido maiores progressos, a não ser em algumas culturas especiais e regiões privilegiadas; e, finalmente, d) no alto grau de exploração a que se submete quer a mão de obra familiar, quer a mão de obra assalariada. (SILVA, J. 1980, p.227).

José de Souza Martins (1975) e Sergio Silva (1976; 1977) também procuram analisar a questão agrária brasileira tomando como ponto de partida o papel da agricultura no processo de acumulação de capital. Entretanto, esses autores recusam a referência a uma fragilidade do capital, retomando a questão da articulação intersetorial, já levantada por Oliveira (1973).

Martins desenvolve sua análise no sentido de mostrar como o processo de acumulação desestimula o florescimento de padrões empresariais no setor agrícola. O conceito central no pensamento desse autor é o “desenvolvimento capitalista de relações não capitalistas de produção”. Assim como a renda da terra não constitui uma relação propriamente capitalista, mas é apropriada pelo capital, tornando-se renda capitalista da terra, a produção camponesa é apropriada pelo capital através das relações comerciais, permitindo a extração de mais-valia sem que haja a desapropriação completa desse agricultor.

Como no Brasil, a vanguarda da economia capitalista se encontraria no comércio, esses capitais se apropriariam do excedente gerado pelo trabalhador, não permitindo uma remuneração vantajosa para os capitais investidos na produção agrícola. Assim, o próprio avanço do capitalismo levaria a recriação dessas relações não especificamente capitalistas no campo.

O argumento desenvolvido por Sergio Silva (1977) segue essa mesma linha de análise. O autor também considera que, no Brasil predominam no campo relações de caráter pré-capitalistas, subordinadas aos interesses do capital. Ele avança nessa explicação introduzindo o conceito de “dominação indireta” do capital.

Por dominação indireta do capital, isto é, dominação indireta do capital sobre o trabalho, ou ainda, dominação indireta das

relações capitalistas de produção na agricultura entendemos que a produção e, naturalmente, a sua expansão não dependem da acumulação do capital na agricultura. (Silva, S., 1977, p.9).

O conceito de dominação indireta visa esclarecer as especificidades do processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Nessa teoria, o fato fundamental é a subordinação das relações pré-capitalistas ao capital. Apesar de predominantes no meio rural, as relações pré-capitalistas só existem como formas subordinadas ao capital, mesmo que esse capital não esteja diretamente investido na agricultura - dominação indireta. Desse modo a reprodução de relações pré-capitalistas na agricultura reflete as contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo no país, e não uma contradição entre modos de produção, já que o modo de produção capitalista é dominante, ainda que indiretamente, também na agricultura.

Analisaremos aqui mais detalhadamente o trabalho de José Vicente Tavares dos Santos (1978), autor que estudou produtores de vinho camponeses do sul do país e seu processo de subordinação à indústria vinícola, pois esse autor descreve como se dá o referido processo de subordinação.

De modo sucinto, a conclusão a que esse autor chega é que ocorre uma subordinação formal do trabalho camponês ao capital. Subjaz a essa afirmação uma visão da forma familiar de organização do trabalho como típica a um modo de produção anterior ao capitalista (camponês) que, pelas especificidades da penetração do capitalismo no país de um modo geral, e no campo em particular, reproduz-se dentro do capitalismo, de maneira subordinada. A crítica a essa visão dual foi estabelecida anteriormente.

Segundo o autor em referência (Santos, 1978), na análise de Marx existem duas fases históricas do desenvolvimento da produção capitalista:

- (a) a subordinação formal do trabalho ao capital; e
- (b) a subordinação real do trabalho ao capital.

A primeira antecede historicamente a segunda. A submissão formal do trabalho ao capital corresponde a produção de mais valia absoluta, enquanto a mais valia relativa corresponde a submissão real do trabalho.

O autor relaciona quatro elementos, a seguir analisados, como sendo típicos da subordinação formal do trabalho ao capital.

Em primeiro lugar, o capital subordina o processo de trabalho tal como ele existe, o trabalho camponês continua sendo exercido do mesmo modo; isto é, a propriedade da terra e dos outros meios de produção continua pertencendo ao camponês, a força de trabalho utilizada é a família, o nível de mecanização é baixo, enquanto que os insumos industriais só tendem a reafirmar a força de trabalho familiar. (SANTOS, 1978, p. 128-129).

Como se verá mais adiante, isso não é verdade: apesar de continuar controlando parcialmente seus meios de produção, o agricultor familiar tenderá a modernizá-los em maior ou menor grau, revolucionando as técnicas produtivas e permitindo a produção de mais valia relativa.

O segundo item diz respeito à autonomia do trabalho, baseada na produção tradicional dos meios de vida. Embora o autoconsumo ainda seja uma estratégia relevante, o padrão de consumo dos agricultores familiares (principalmente dos bem-sucedidos) se alterou bastante, abrindo espaço para o consumo de produtos industrializados, mesmo alimentícios.

Como terceiro elemento afirma o autor em referência que a extração do sobretrabalho se efetiva em uma relação puramente monetária, ou seja, na relação comercial de troca. Como se verá adiante, nem sempre é assim, pois existem produtores vinculados diretamente à agroindústria, sem a mediação do mercado: os integrados.

O quarto e último elemento da subordinação formal, relaciona-se com a possibilidade de coexistir com o modo de produção capitalista. Embora se possa concordar que a organização familiar do trabalho coexista com o assalariamento - relação de trabalho típica do capitalismo - não se pode deduzir daí que se trate de um modo de produção distinto: um resquício de relações sociais pré-capitalistas subordinadas ao capital. Todavia, a forma familiar de organizar a produção agropecuária mantém algumas especificidades.

É possível verificar, a partir destes autores, a manutenção da visão dual entre produção agrícola capitalista moderna, identificada com explorações monocultoras voltadas à exportação, praticada em grandes extensões de terra e com grande utilização de trabalho assalariado, por um lado; e, por outro lado, a “pequena produção”, “produção camponesa” atrasada. Todavia, agora estas últimas não seriam mais entraves ao desenvolvimento capitalista, porém funcionais a ele, na medida em que sua produção fosse sendo transformada em mercadoria, submetida aos capitais industriais e comerciais.

No final da década de 70, início de 80 essa visão começa a ser contestada.

No trabalho de Paulo Sandroni (1980), podem ser evidenciadas as principais restrições à tese da funcionalidade. Segundo o autor:

1. Por um lado, com a modernização do país, e conseqüentemente, da agricultura a produção dos grãos que constituem a base da alimentação do trabalhador dos grandes centros urbanos já era, em grande parte, produzida em médios e grandes estabelecimentos agrícolas, os quais se supunham, funcionavam segundo moldes empresariais.

2. Em segundo lugar, mesmo que a pequena produção fosse capaz de baratear os preços desses produtos alimentícios, tal diferença seria apropriada pelo capital comercial (intermediário entre esse pequeno produtor e o consumidor) chegando tais mercadorias ao trabalhador da cidade com seu preço igualado ao preço de mercado. Sendo assim, a pequena produção agrícola não seria capaz de alterar os preços dos produtos básicos da alimentação do trabalhador da cidade e, conseqüentemente, nem de baixar seu custo de reprodução.

Quanto ao destino do pequeno produtor “camponês”, Sandroni (1980, p.31) nos diz que:

[...] embora nos estados onde a fronteira agrícola se encontra em expansão possamos identificar um processo de reconstituição da produção camponesa, o processo de

dissolução e diferenciação do campesinato nas regiões mais capitalizadas da agricultura brasileira parece ser irreversível.

Essa visão repõe a oposição entre um modo de produção moderno (nas áreas industrializadas) e outro "arcaico" (nas áreas de fronteira agrícola); e a destruição do segundo como tendência, na medida em que as fronteiras agrícolas alcancem as fronteiras políticas.

Embora apresentem noções diversas sobre o papel e o futuro dos pequenos produtores agrícolas dentro da sociedade capitalista, "dualistas" e "funcionalistas" tendem a convergir quando associam, por um lado, produção capitalista no campo (moderna e industrializada, efetuada em grandes extensões de terra e com trabalho assalariado, e apresentando alta produtividade e qualidade); e por outro, produção "camponesa" (atrasada, com baixo nível de tecnologia, efetuada em pequenas glebas, com trabalho predominantemente familiar, e apresentando baixa produtividade e qualidade).

Os autores que pensam a modernização da agricultura nesses termos não vêem a possibilidade de uma integração entre agricultura familiar e produção capitalista no campo. Mantém, portanto, a dicotomia entre produção familiar ("camponesa", "arcaica") e produção capitalista (moderna).

Segundo Paul Singer (1980, p.2):

[...] o que ocorreu nas décadas seguintes não correspondeu inteiramente às expectativas nem dos 'dualistas', nem dos 'funcionalistas'. Para dizê-lo em poucas palavras: as técnicas de produção agrícola começaram a ser rapidamente modernizadas, sem que as relações capitalistas de produção tomassem - ao menos na mesma medida - o lugar das relações de produção simples de mercadorias. Aconteceu o que menos se esperava; as técnicas modernas se mostraram compatíveis, dentro de amplos limites, com a produção familiar.

Uma primeira tentativa de superar a dicotomia apontada foi realizada por aqueles autores que pensam a modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos 80, em termos de Complexo Agroindustrial, entre eles, Geraldo Müller (1988; 1989).

Segundo esse autor, que foi um dos pioneiros dessa tese, é no Complexo Agroindustrial (CAI) que se materializa o “padrão agrário moderno” que vinha então se impondo na agricultura brasileira.

Pode-se designar por padrão agrário moderno as atividades agrárias industrializadas junto com a tendência a agroindustrialização e com as correspondentes mudanças sociais, políticas e culturais. (MÜLLER, 1988, p.230).

Sob tal perspectiva, o complexo agroindustrial seria uma espécie de fusão entre as atividades de produção (agrícola e industrial), comercialização e financiamento, com conseqüente fusão de capitais. A agricultura passa, portanto, a ser uma parte dentro de uma “estrutura” maior totalmente interligada e interdependente. Na formação desses complexos agroindustriais ocorre uma grande especialização da produção: insumos que antes eram produzidos na própria unidade produtiva agrícola passam a ser produzido por indústrias.

Nas palavras de José Graziano da Silva (2002, p. 138), outro autor partidário dessa tese:

[...] é como se aquilo que era anteriormente agricultura fosse num primeiro momento se subdividindo, se repartindo, se desestruturando. Expulsando de dentro dela uma série de atividades como, por exemplo, a fabricação de insumos orgânicos que se transformaram em insumos químicos. [...] Então, é como se da agricultura daquele grande complexo rural fossem saindo partes dele e formando ramo da indústria, formando os complexos agroindustriais.

A essa idéia básica de complexo agroindustrial como um bloco de capitais que atuariam na agricultura de forma razoavelmente coerente, foram se somando outras definições mais detalhadas do complexo agroindustrial que mostram a maneira como interagem os diversos capitais dentro desse complexo. Não é nossa intenção aqui fazer uma recapitulação da literatura sobre complexo agroindustrial (SILVA, J., 1991); (DELGADO, 1985; 2001), embora tenhamos utilizado tal literatura como referência, na medida em que esse conceito nos interessa apenas em sua relação com o agricultor familiar, foco desse estudo.

Nesse processo, a agricultura se transforma num segmento do complexo agroindustrial, o setor agrícola se torna caudatário do setor industrial, e o pequeno agricultor se transforma num “proletário com terra” (MÜLLER, 1989) ou num “trabalhador para o capital” (SILVA, J., 1983); (WANDERLEY, 1985) - ou seja, um trabalhador rural possuidor de uma parcela de terra, mas completamente subordinado à agroindústria a qual está ligado.

Para os autores que defendem esta tese, a expansão do padrão agrário moderno não só subordina o pequeno produtor ao capital como tende a homogeneizar os modos de vida das populações do país, sejam elas urbanas ou rurais. Segundo MÜLLER, (1989) “[...] a cidade lança seu modo de organizar socialmente a vida para o meio rural, suprimindo assim, a antiga distinção entre este e aquela”.

Geraldo Müller (1989) acaba levando o argumento defendido por Sandroni (1980) mais à frente, pois entende que, mesmo nas áreas de fronteira onde predomina uma agricultura “atrasada”, o arquétipo das relações de produção é ditado pelo padrão agrário moderno.

É possível concordar que o setor agrícola não pode mais ser analisado como algo externo, separado ou oposto ao setor industrial, pois a ele tornou-se interligado: a montante, como consumidor de insumos e maquinários agrícolas; e à jusante, como fornecedor de matéria-prima para a indústria de processamento.

Não é possível concordar, todavia, com esse tipo de análise, na medida em que se nega qualquer especificidade à atividade agrícola, ao espaço rural, e conseqüentemente, ao agricultor familiar. Noções como “proletário com terra”, quando aplicadas a pequenos produtores agrícolas acabam repondo o dualismo entre assalariamento e aburguesamento.

Há ainda certa confusão conceitual. A agricultura familiar é por vezes tratada por pequena produção, campesinato, agricultura tradicional, o que faz com que os autores não vejam a pluralidade contida nesse tipo de agricultura. A agricultura familiar moderna não é necessariamente pequena nem tradicional, pois é capaz de se modernizar, lançando mão das mais modernas técnicas

produtivas. Além disso, os agricultores familiares podem contratar trabalho assalariado (dentro de certos limites) sem perder seu caráter familiar.

Nas palavras de Mior (1992, p. 227):

Nesta visão o setor agrícola seria apenas caudatário do setor industrial. Esta vertente analítica pode ser vista como uma derivação da visão presente na noção de CAI. Nesta, o pouco espaço para as especificidades da produção agrária vem associado com a supervalorização do já grande poder agroindustrial. Este seria dado pela ocupação de posições oligopolistas e pelo domínio tecnológico que os grupos agroindustriais detêm em sua relação com o setor agrícola. Esta visão acaba reduzindo, e no limite, negando a presença, bem como a possibilidade de ação deste setor integrado.

Seguem essa linha os autores analisados que dissertam a respeito da integração dos produtores rurais de Concórdia - SC, com a empresa Sadia, (AZEVEDO 1993); (ESPÍNDOLA 2002), os quais mostram como o capital agroindustrial oligopolizado vai moldando o lado oposto, o pequeno agricultor familiar. Este aparece apenas como objeto da ação demolidora do capital e, portanto, sem nenhuma perspectiva de existência enquanto agente social. A articulação agroindústria/agricultor produz apenas um novo espaço de valorização do capital.

Importa considerar que essa visão possui duas falhas básicas.

A primeira é ver a apropriação das relações de produção no campo pelo capital como um processo contínuo e homogêneo. O capital aparece como unidade abstrata, não se considerando as diferentes estratégias adotadas pelas empresas frente a diferentes contextos sociais e as diferentes determinações naturais.

A segunda crítica a essa visão é a total falta de autonomia que se atribui ao produtor integrado. Vêem na agricultura familiar, unicamente, a forma sob a qual a relação capital-trabalho se expressa na agricultura, não lhe atribuindo qualquer especificidade social ou cultural.

Na abordagem acerca da agricultura familiar em geral e do agricultor familiar como ator social – que no caso da presente pesquisa está travestido da

condição de produtor integrado, sendo-lhe específica a relação com a indústria, passa-se a avaliar os autores que a estudaram.

John Wilkinson, em sua crítica à tese agroindustrial, aponta para a necessidade de se levar em conta as especificidades biológicas e orgânicas do processo de produção agrícola:

Assim, no contexto da dinâmica do capital em direção à apropriação de todo processo de produção valorizável, a terra como elemento natural, mais do que a terra como expressão de uma relação social, continua ser a barreira fundamental à subordinação real do processo de trabalho agrícola. (WILKINSON, 1983, p.210).

Por outro lado, para Sorj, Pompermayer e Coradini (1982), deve-se buscar o entendimento das condições e formas de integração que se concretizam entre a produção agrícola e a agroindústria, a partir do contexto social e histórico em que a mesma se desenvolve, principalmente na disponibilidade de produtores rurais em condições econômicas ruins, dispostos a serem integrados. Como mostra sua comparação do desenvolvimento de indústrias produtoras de frango em Santa Catarina e Minas Gerais, uma mesma empresa agroindustrial pode adotar estratégias diferentes de acordo com a localização geográfica e a situação sócio-econômica da região.

Mesmo nas duas visões críticas do Complexo Agroindustrial apresentadas, a questão da autonomia dos pequenos produtores perante a agroindústria é secundária. A apropriação do processo de produção agrícola pela lógica de reprodução do capital aparece como um processo histórico linear. Através dos Complexos Agroindustriais, o capital vai substituindo as relações sociais pré-existentes (sejam elas estruturais ou superestruturais) por relações sociais típicas da sociedade capitalista. Sendo assim, a possibilidade de resistência do agricultor familiar (com seu modo de viver e pensar diferenciado) à tendência homogeneizadora do capital parece-lhes pouco relevante.

Isso se deve a uma supervalorização do já grande poder agroindustrial sobre os produtores integrados. É claro que a relação entre esses dois atores é assimétrica, porém, ao contrário da visão predominante, esses agricultores não se definem pela relação de integração. Analisar o produtor integrado, como

trabalhador para o capital leva esses autores a ignorar suas especificidades sociais e culturais. Mesmo do ponto de vista estritamente econômico, o agricultor integrado não se define por sua relação com a empresa, pois se trata de um policultor, sendo a produção integrada apenas uma de suas atividades produtivas. Além disso, como explicitam os autores, alguns desses produtores podem abandonar a atividade integrada quando os preços não lhes são favoráveis, retornando a ela em outra oportunidade (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982).

Apesar de subordinado ao capital, o agricultor possuidor de um lote de terra que trabalha, prioritariamente, com a ajuda de sua família é portador de uma lógica própria, específica, que o diferencia do proletário urbano. Ou seja, apesar de ter que se adaptar à sociedade em que está incluído, submetido ao capital – representado principalmente pela indústria integradora – o fato de se manter familiar não é anódino. Ele representa a manutenção de valores e relações sociais que influenciam esses agricultores em suas tomadas de decisões, inclusive em suas estratégias perante as agroindústrias.

Críticos das teorias que postulam a perda total de autonomia do produtor integrado, as quais acabam aproximando a relação de integração ao assalariamento, Maria Ignez Paulilo (1990); (1991) e Luiz Carlos Mior (MIOR, 1992) mostram uma visão mais complexa dessa relação – sem dúvida assimétrica e conflituosa – entre agricultor e indústria.

Os trabalhos sobre integração lidos tinham como foco central de análise as empresas integradoras, no sentido de procurar explicitar os mecanismos de controle e de extração de sobretrabalho dessas mesmas empresas. Muito Pouco se tem dito sobre o outro pólo dessa relação – o produtor integrado. (PAULILO, 1990, p.21).

Segundo a autora, deve-se a esse fato - o foco das pesquisas centrar-se na indústria e no processo de industrialização da produção agrícola de um modo geral – a ausência na maior parte da literatura acadêmica sobre o processo de integração de uma discussão sobre o produtor integrado – uma

caracterização desse agricultor enquanto ator social. Ele aparece apenas como o lado passivo da relação: “o explorado”, “o subordinado”.

Essa literatura, que a autora chama de crítica da agroindustrialização, tem o mérito de desnudar as relações de exploração que se escondem por trás de uma forma de produção que pretende ser vista (no discurso das empresas e até de órgãos técnicos) como uma simples relação contratual regida pelas regras do mercado. Todavia, considerar esse agricultor como um simples assalariado é levar esse raciocínio ao extremo oposto, encobrendo, assim as diferenças entre esses agricultores e o proletariado rural.

Embora essa posição extrema tenha a virtude de tornar mais claros os mecanismos de exploração, ela, na mesma medida que ilumina a ação das empresas, do capital, obscurece todo um mundo que é parte integrante dessa realidade, o mundo do integrado, como é vivido por ele. (PAULILO, 1990, p.22).

Para suprir essa lacuna a autora se propõe analisar o sistema de integração a partir do produtor integrado, ou seja, como o produtor integrado vê a si mesmo enquanto parte da relação de integração. Não se trata de ignorar a empresa, mas de analisar o sistema de integração a partir desse produtor integrado, isto, é, tomando como ponto de partida sua própria visão de mundo, onde a relação com a empresa é apenas um dos aspectos relevantes.

Desse modo, a autora critica noções como “propriedade formal” ou “assalariamento disfarçado” por considerar que esses conceitos supõem a existência de uma tendência mais geral de proletarianização, que mais cedo ou mais tarde atingiria esses agricultores. É interessante frisar aqui que, dezesseis anos depois, essa suposta tendência não se afirmou.

Em contraposição a autora propõe analisar a relação de integração como um campo de forças, onde ambos os atores sociais – capitais e agricultores – atuam, às vezes de maneira mais consensual, às vezes de maneira mais conflituosa.

Mesmo a perda de autonomia é relativa se levarmos em conta que ela atinge somente a produção da matéria-prima

controlada pela agroindústria, a qual nem sempre é o produto principal e jamais o único. (PAULILO, 1990, p.20).

Ademais, a autora nos mostra que classificar esses agricultores, em sua maioria proprietários da terra onde trabalham, como proletariado pode ser bastante enganoso. Isso leva a maior parte dos autores a ignorar uma massa de trabalhadores temporários, aos quais são deixados os serviços mais pesados, que constituem o verdadeiro proletariado rural da região. No estudo de Paulilo esses trabalhadores são empregados na colheita do fumo.

No estudo que se apresenta constatou-se a presença desses trabalhadores, principalmente nas atividades de carregamento de frangos e na limpeza de cama-de-frango. Esses trabalhadores sim constituem o verdadeiro proletariado rural na região.

Simplificando um pouco, pode-se dizer que Mior (1992), basicamente, retoma o argumento defendido por Paulilo (1990). Contudo, em seu estudo o foco de análise deixa de ser o agricultor integrado tomado individualmente nas suas relações com a empresa, e passa a ser as formas de coletividade criadas por esses produtores. O autor então, analisa a relação de integração como um campo de forças onde se contrapõem dois atores sociais: as empresas agroindustriais e as associações e cooperativas de agricultores integrados.

A agricultura familiar não se confunde com pequena produção, técnicas atrasadas, ou modo de produção camponês. Ela pode ser altamente integrada ao mercado, ser capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder a políticas governamentais. É dessa agricultura familiar moderna que trata esse trabalho.

Por outro lado, o agricultor familiar não pode ser reduzido a mero resultado do processo de diferenciação induzido pela agroindústria: aqueles agricultores capazes de se adaptar às exigências do mercado em oposição aos demais pequenos produtores (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982). Tampouco se pode tratá-lo como um ator social que, de certa forma, é resultado da atuação do Estado na agricultura moderna (ABRAMOVAY, 1992).

Ambas essas acepções acabam ignorando que o agricultor familiar possui uma história, uma origem que é diferenciada de local para local, mas que deixa

sua marca na estrutura social dessa agricultura. Ignoram também que mesmo submetido às regras do mercado e à sociedade como um todo, aqueles agricultores possuem seus próprios planos e lógicas, suas próprias metas de futuro, as quais tentam adaptar à realidade que os cerca.

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. (WANDERLEY, 2003, p.48).

Buscou-se então, classificar esses agricultores como familiares, confiando-se que tal conceito permitiria, por um lado, captar suas especificidades organizativas em relação ao modelo predominante na sociedade capitalista, o modelo industrial. Ao mesmo tempo, considera-se que esse conceito permite fugir à armadilha estruturalista, que consiste em considerar a forma de organização familiar do trabalho no meio rural como algo imutável, independente do contexto, e imune às alterações do meio social do qual faz parte.

Resta, portanto, definir o que se compreende por agricultura familiar. Não se trata da reprodução pura e simples do campesinato, pois sua introdução na sociedade moderna termina por provocar mudanças significativas em seus traços característicos originais. Também não podemos considerá-lo mera consequência da expansão do capitalismo para a agricultura, ou como resultado de políticas públicas, visto que, isso implica ignorar sua condição de ator social, ou seja, alguém que estabelece estratégias próprias de ação, baseando-se em valores caros ao grupo.

Wanderley (2003, p.44) mostra quais são as questões em jogo na definição desse grupo.

Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato 'tradicional' com sua forma específica de

funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo 'personagem' na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos, freqüentemente vistos como 'gestados' pela própria ação do Estado? No primeiro caso, deve-se perguntar: a inserção desses camponeses na sociedade moderna não termina por provocar mudanças significativas nos traços característicos do campesinato original? O que muda? No segundo caso – os agricultores que se formam a partir dos estímulos das políticas públicas – não se corre o risco de desconhecer e negar sua própria história? Não seria esta uma história camponesa?

Com base no que foi dito acima, podemos formular uma definição provisória de agricultores familiares. Tais agricultores seriam aqueles que, mantendo a direção e controle da produção realizada no estabelecimento agropecuário⁵ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006), realizam essa produção, com base, prioritariamente, no trabalho da família.

Nosso objetivo é realizar uma caracterização social desse grupo de agricultores, levando em conta que se trata de atores sociais, dotados de uma história e de uma racionalidade próprias. Com esse intuito, levantamos dados que puderam ser usados para identificar os agricultores estudados, permitindo sua caracterização social.

Pode-se dizer, em síntese, que a hipótese primária testada no estudo empírico que se apresenta, efetivado entre os agricultores integrados à agroindústria avícola em Conhas - SP foi evidenciar que esses agricultores são em sua maioria, familiares.

Em segundo lugar, procurou-se demonstrar que esse conceito é o mais apropriado para se definir esses agricultores. Isso foi testado na comparação dos dados levantados entre dois grupos, definidos segundo o tipo predominante de mão de obra no estabelecimento: familiar ou patronal. Pode-se verificar que várias outras variáveis relativas à estrutura produtiva do estabelecimento oscilam, proporcionalmente, em função dessa divisão. Esses dados indicam uma correspondência notável entre esse indicador (tipo de mão de obra) e dois

⁵ “Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária”. O termo estabelecimento é mais bem definido no capítulo que trata das questões metodológicas, onde se discute a questão das unidades de análise.

grupos sociais diferentes no campo pesquisado, cada qual com suas características próprias.

Em outras palavras, trata-se de um estudo de caso no qual se propôs testar o conceito em questão, classificando os agricultores estudados como agricultores familiares. Já foram expostas, na revisão bibliográfica, as razões que nos levaram a propor o conceito de agricultura familiar como o mais adequado para classificar esses agricultores. Não se pretende retomar aqui toda a discussão já realizada; é suficiente dizer que o conceito de agricultor familiar permite analisar as relações sociais no campo sem transpor o modelo industrial de relações de trabalho: ou seja a contradição capital/trabalho.

Segundo a tipologia das pesquisas de campo proposta em Marconi e Lakatos, as pesquisas de campo dividem-se em três grandes grupos:

1. Quantitativo-descritivos – consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave. Qualquer um desses estudos pode utilizar métodos formais, que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses.
2. Exploratórios – são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador como um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.
3. Experimentais – consistem em investigações de pesquisa empírica cujo objetivo principal é o teste de hipóteses que dizem respeito a relações do tipo causa-efeito. Todos os estudos desse tipo utilizam projetos experimentais que incluem os seguintes fatores: grupo de controle (além do experimental), seleção da amostra por técnica probabilística e manipulação de variáveis independentes com a finalidade de controlar ao máximo os fatores pertinentes. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.76-77).

Deve ficar claro que a pesquisa que se apresenta se enquadra no primeiro grupo, quantitativo-descritivo, dado que se pretende analisar as principais características desses agricultores, propondo para tanto a classificação por mão de obra como variável-chave. Esse tipo de pesquisa

estaria no nível intermediário de complexidade dentro da classificação proposta: mais complexa que uma pesquisa exploratória, pois não se detém na formulação de uma questão ou problema, formulando também uma hipótese que pode ser testada quantitativamente, porém, menos complexa que uma pesquisa experimental, pois não se pretende estabelecer uma relação de tipo causa-efeito.

Dentro da classificação proposta (quantitativo descritiva) podemos situar a pesquisa que se apresenta no sub-tipo que Marconi e Lakatos (1990) denominam estudos de verificação de hipótese:

[...] são aqueles estudos quantitativo-descritivos que contém, em seu projeto de pesquisa, hipóteses explícitas que devem ser verificadas. Essas hipóteses são derivadas da teoria e, por esse motivo, podem consistir em declarações de associações entre duas ou mais variáveis, sem referência a uma relação causal entre elas. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.76).

Nesse estudo, foi apresentada uma hipótese a ser verificada (que os agricultores em questão são familiares) mas não se pretende aqui, demonstrar uma relação de causa-efeito, ou seja, não se propõe explicar porque a maior parte dos agricultores integrados à agroindústria avícola são familiares, mas apenas demonstrar essa relação.

Finalizando, deve-se lembrar aqui, que não se pretende situar cada um dos agricultores estudados no eixo que simbolizaria seu grau de integração no mercado (de camponês a empresa familiar agrícola) como proposto por Lamarche (1993). Apenas utilizou-se sua noção de agricultura familiar, para dizer que os agricultores familiares se situam entre essas duas forças: a adaptação ao mercado que lhes exige o ambiente social; e o peso da tradição, definido por sua história coletiva.

Como já foi dito, este estudo pretende testar a classificação baseada na forma predominante de organização do trabalho no estabelecimento agrícola como variável chave em torno da qual se podem identificar duas lógicas diversas regendo o funcionamento e reprodução desses estabelecimentos. Essas lógicas seriam a familiar e a patronal.

Para tanto, foi estabelecida uma definição de agricultura familiar, exposta no capítulo seguinte. É suficiente lembrarmos aqui que se trata de estabelecimentos onde família, propriedade e trabalho encontram-se intrinsecamente ligados. Tomou-se aqui a mesma visão adotada por Lamarche (1993) e também por Wanderley (2003), segundo a qual nem todos os agricultores familiares podem ser considerados camponeses, pois essa categoria abrange dentro de si uma grande diversidade. Os agricultores familiares se localizam entre duas forças: a tradição que carregam e a necessidade se adaptar à sociedade que os engloba, podendo assim, admitir graus diversos de modernização e integração aos mecanismos de mercado sem, no entanto, perder sua característica distintiva.

Todos nós conhecemos estabelecimentos em que a família desempenha um papel fundamental e outros estabelecimentos em que, ao contrário, esse papel é limitado, quando não totalmente inexistente. Entre esses dois extremos, existem obviamente múltiplas situações intermediárias. (LAMARCHE, 1998, p. 63).

Faz-se necessário nesse momento definir a unidade básica de levantamento de dados utilizada na pesquisa, ou seja, a unidade amostral. É sabido que os resultados da análise de um mesmo objeto podem variar consideravelmente de acordo com a unidade utilizada no levantamento de dados. Para chegar a uma definição coerente com os propósitos de nossa pesquisa recorreremos a alguns estudos que fizeram uma análise a respeito dos métodos de obtenção de estatísticas para o meio rural, e as unidades de análise que se podem utilizar nesses levantamentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006); (PINO, 1997; 2003); (SCHATTAN, 2003).

Pode-se definir unidade amostral da seguinte maneira:

Unidade amostral (ou unidade de amostragem, ou ponto amostral) é qualquer elemento (ou, em certos casos, grupos de elementos) de uma população alvo correspondendo usualmente à menor unidade a ser considerada nas inferências. (PINO, 2003, p.2).

As unidades amostrais utilizadas em levantamentos que dizem respeito ao meio rural estão usualmente fundamentadas num dos três princípios seguintes. Ou seja, existem três objetos diferentes que podem ser tomados como base para um levantamento de dados a respeito do mundo rural.

O primeiro toma a propriedade do terreno como unidade de análise, constituindo a chamada propriedade rural (ou agrícola).

Propriedade rural é um terreno de área contígua, ao qual corresponde um documento (título ou escritura) que autoriza o exercício do direito de propriedade, devidamente registrado em cartório como unidade de propriedade, localizado na zona rural ou utilizado para atividades rurais. (PINO 2003, p.2).

A segunda maneira constitui em tomar como unidade básica da análise o imóvel, compondo a unidade denominada imóvel rural.

Imóvel rural é o conjunto de propriedades contíguas do mesmo proprietário, isto, é, o terreno de área contígua que seja ou possa ser destinado à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial, independentemente de sua localização, na zona rural ou urbana do município. (PINO, 2003, p.3).

As duas unidades de análise citadas acima tomam por base a propriedade fundiária. Basicamente, a diferença entre elas é que, nos imóveis rurais, as propriedades contíguas pertencentes ao mesmo dono aparecem como uma só unidade, o que ajuda a identificar latifúndios, mesmo que o terreno esteja dividido em diversas propriedades diferentes.

A terceira maneira de se definir a unidade de análise baseia-se na forma de administração do negócio. Essa forma difere radicalmente das duas anteriores, pois, se funda num princípio diferente, não a propriedade da terra, mas a direção do processo produtivo aí realizado. Essa unidade é chamada estabelecimento agropecuário.

Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas,

subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Cada uma dessas definições possui suas vantagens e desvantagens, portanto, a unidade amostral deve ser escolhida de acordo com o assunto que se deseja pesquisar. No presente caso elegeu-se o estabelecimento como unidade amostral, uma vez que o interesse dessa pesquisa estava em analisar cada unidade agropecuária tomando por base sua organização e direção produtiva, mais que sua organização fundiária. Em outras palavras interessava mais analisar todos os outros dados levantados a partir de cada unidade agropecuária subordinada a um único produtor, que a partir da propriedade fundiária.

Como se trata aqui de uma pesquisa a respeito da organização social do trabalho dentro da unidade agropecuária (pretende-se testar se os produtores rurais de Conchas ligados à agroindústria são, em sua maioria, familiares, e até que ponto essa classificação determina outras variáveis) decidiu-se que a melhor alternativa seria utilizar o estabelecimento como unidade amostral, uma vez que tal unidade tem como delimitador a administração da unidade produtiva.

Além disso, definindo-se o estabelecimento como unidade básica da pesquisa, foi possível incluir aqueles produtores rurais responsáveis pela direção da exploração agrícola, mas que não são proprietários do lote onde trabalham, ou seja, os arrendatários e parceiros.

Como já foi dito na apresentação das hipóteses, não se pretende nesse trabalho, determinar o grau de modernização/integração ao mercado para cada um desses agricultores. Essa definição serve apenas para nos lembrar que a agricultura pode se modernizar sem perder seu caráter familiar; característica que continua pesando na determinação das lógicas que regem o funcionamento do estabelecimento.

Em termos empíricos, definiram-se como familiares àqueles produtores que cumpriam três exigências: dirigem o processo produtivo no estabelecimento; e cujo total de mão de obra familiar era maior que o contratado. Foi estabelecido também um limite de área de 450 hectares⁶.

Buscou-se nessa pesquisa comparar, dentre os agricultores de Conchas integrados à agroindústria avícola, os dois grupos acima definidos, patronais e familiares, buscando-se verificar a existência de lógicas diferenciadas, tanto nos aspectos relacionados à gestão da produção agrícola, como em diversas características da organização social desses agricultores como, por exemplo, sua relação com a terra e suas relações sociais perante a comunidade.

Para formular um método de análise que permitisse comparar as lógicas sociais de funcionamento dos dois grupos já mencionados – familiares e patronais – tomou-se a agricultura enquanto um sistema, como proposto por Diniz (1986), constituído por diversos subsistemas. Esses subsistemas dizem respeito tanto à organização interna do estabelecimento agrícola – como os sistemas social, funcional e de produção – quanto aos fatores externos ao estabelecimento – como o sistema político, econômico, ecológico e demográfico-cultural – com os quais esses estabelecimentos interagem, influenciando na sua organização interna uma vez que, como já se frisou, não se trata de unidades isoladas do resto da sociedade. É na análise de cada um desses subsistemas e suas inter-relações que podemos compreender o funcionamento de determinado sistema agrícola.

Cada um desses subsistemas engloba uma série de elementos definidores da organização social em cada estabelecimento e, conseqüentemente, do espaço rural. Como exemplo podem-se citar as características ligadas à propriedade da terra, à gestão dos meios de produção, ao trabalho, e às técnicas utilizadas, entre outros. Não se pretende aqui fazer uma análise completa do sistema agrícola predominante em Conchas, até porque essa tarefa exigiria uma equipe multidisciplinar, pela pluralidade de objetos de análise que engloba. Pretende-se, todavia, levantar as principais

⁶ Correspondente a 15 módulos fiscais. Esse limite corresponde ao definido no trabalho: BITTENCOURT, Gilson; et al., 2001.

características sociais, tanto internas quanto externas aos estabelecimentos, resultando numa caracterização dos agricultores estudados, que permita confrontar os dois grupos.

Os autores dos trabalhos nos quais se baseia a definição de agricultor familiar aqui utilizada e, conseqüentemente, a partir dos quais criou-se a metodologia de pesquisa empregada na análise comparativa desempenhada na pesquisa, Lamarche (LAMARCHE, 1993) e Maria Nazareth (WANDERLEY, 1995), também adotam uma visão sistemática da agricultura. Tomando por base, portanto, as contribuições metodológicas desses autores, foi possível estabelecer um questionário capaz de desvendar os elementos definidores de cada estabelecimento. A partir desses dados foi possível estabelecer uma comparação entre os dois grupos.

Os modos de funcionamento das explorações são comparados, na pesquisa internacional coordenada por Lamarche, segundo uma abordagem qualitativa que leva em conta as diversas entidades que a estruturam:

Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais. (LAMARCHE, 1993, p.23-24).

Para Lamarche e seus colaboradores, essas lógicas se definem em relação a cinco sistemas fundamentais os quais eles analisam para cada região pesquisada: os sistemas de produção, os sistemas fundiários, os sistemas familiares, os sistemas de valores e os de representação. Após uma exploração prévia dos campos de pesquisa, os autores elaboraram um questionário comum, composto de questões fechadas, que lhes permitiram analisar e comparar cada sistema com os demais. Vemos aí uma grande semelhança com a proposta de Diniz.

No artigo já anteriormente citado, Wanderley, que participou da pesquisa comparativa internacional coordenada por Lamarche, analisa os agricultores familiares brasileiros, em torno de quatro eixos, cada um composto por diversas variáveis:

Em primeiro lugar, os dados referentes à dimensão da área total dos estabelecimentos. Em segundo lugar, alguns indicadores do nível tecnológico [...].

O terceiro eixo das variáveis diz respeito ao nível de investimentos realizados no estabelecimento [...].

Finalmente, acrescentei dois indicadores referentes às práticas de autoconsumo. (WANDERLEY, 1995, p.38-39).

Para definirmos as diferentes lógicas de produção existentes em nossa área de pesquisa precisamos levar em conta tanto os aspectos ligados às práticas técnicas, econômicas e financeiras, quanto sociais e culturais. Sendo assim, decidiu-se elaborar um instrumento próprio para a consecução desta pesquisa. Tomando por base as categorias analisadas nas pesquisas citadas acima – as quais nos indicaram o que deveria ser perguntado, a maneira de se medir certos dados - foi criado um formulário adequado ao objeto específico dessa pesquisa.

Como visto em Marconi e Lakatos (1990), o formulário é um instrumento de observação direta da realidade social, cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.

Portanto, o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e informante, e ser o roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador, no momento da entrevista. (MARCONI; LAKATOS, 1990, p.100).

Considerou-se esse instrumento de pesquisa como o mais adequado por uma série de fatores. Em primeiro lugar, havia uma grande quantidade de temas a serem abordados, e uma grande quantidade de informantes, o que tornaria inviável uma pesquisa em forma de entrevistas. Além disso, várias das perguntas eram complexas, e precisavam ser modificadas no momento da aplicação, de acordo com certas características do entrevistado, exigindo assim, a presença do pesquisador. Essa exigência acabou sendo, por outro lado uma vantagem, pois permitiu o convívio entre o pesquisador e os agricultores estudados, o que é sempre enriquecedor.

Escolhido o instrumento de análise, foram definidos vários temas a serem pesquisados. Para cada um desses temas foram formulados diversos

medidores, às vezes em forma de perguntas diretas, outras em forma de tabelas para comparar dados quantitativos – como, por exemplo, quantidades de produções – que permitisse traçar um perfil geral desses agricultores. Assim, depois de colhidos os dados, a amostra foi dividida em dois grupos - familiares e patronais – os quais foram comparados em função de cada indicador.

Os dados agrupados no primeiro tema geral contêm informações a respeito do produtor e sua caracterização. Aqui foram agrupadas informações sobre a residência e naturalidade do produtor.

Também foi colocada aqui sua classificação de acordo com o tipo de mão de obra predominante na propriedade – patronal ou familiar. Esse último dado foi obtido comparando-se, para cada produtor, três características: a distribuição da mão de obra, a direção do estabelecimento e o limite fundiário (450 hectares). Foram considerados familiares apenas aqueles produtores que dirigiam a propriedade, cujo total de trabalho familiar (medido em trabalhador-dia⁷) fosse maior que o contratado e que o tamanho do estabelecimento não ultrapassasse o limite estabelecido.

O segundo tema segundo o qual foram agrupados os dados refere-se a indicadores de características gerais do estabelecimento, como sua situação fundiária e administração. Considerou-se aqui a localização do estabelecimento – bairro ou distrito em que se encontra; a situação do produtor em relação à propriedade da terra; quem exerce a exploração econômica do estabelecimento; se o produtor possui ou trabalha em outro estabelecimento; e se a propriedade é fruto de compra ou herança.

No que se refere à mão-de-obra além da divisão entre os estabelecimentos em familiares e patronais, incluída no primeiro item, foram calculadas e comparadas entre os dois grupos a quantidade média de mão-de-obra utilizada nas atividades agropecuárias e a mão de obra pluriativa⁸.

⁷ A medida de trabalho trabalhador-dia é igual ao trabalho médio realizado por um trabalhador no período de um dia. Sua vantagem é permitir homogeneizar o trabalho despendido no estabelecimento durante o ano, permitindo incluir na comparação, o trabalho contratado temporário. Essa noção se encontra em BITTENCOURT, Gilson; et al., 2001.

⁸ Por mão-de-obra pluriativa compreende-se todo trabalho não-agropecuário realizado pelo produtor ou algum membro de sua família, seja ela dentro ou fora do estabelecimento.

As quantidades de mão de obra em cada estabelecimento foram consideradas como descrito a seguir.

Em relação ao trabalho contratado, cada trabalhador assalariado permanente corresponde a 365 unidades trabalhador-dia; a quantidade de trabalho temporário foi calculada multiplicando-se o número de trabalhadores pelo tempo médio em que permanecem no estabelecimento.

Para calcular a quantidade de mão de obra-familiar estabeleceram-se divisores por idade: aos indivíduos entre 10 a 15 anos e aqueles acima de sessenta, que não exercem atividades pluriativas foi atribuída meia unidade trabalhador-dia. Para os demais membros da família (excetuando os pluriativos) foi atribuída uma unidade trabalhador-dia, independente do sexo, pois, constatamos que há uma tendência a subestimar o trabalho das esposas na atividade agrícola, dizendo muitas vezes que elas só realizam trabalho doméstico. Como a divisão entre o trabalho doméstico e agrícola realizado por essas mulheres é muito elástica (muitas ajudam na granja, cuidam das criações pequenas, de pequenas hortas e pomares) consideraremos o trabalho da esposa como de tempo integral: 8 horas. (PAULILO, 2004). O número total obtido foi multiplicado por 365.

Como já deve ter ficado óbvio, as quantidades médias de trabalho são comparadas pelo período de um ano.

Na parte dedicada à análise da produção agrícola, foram medidos os valores referentes a cada produto comercial produzido em cada um dos estabelecimentos estudados. A partir desses dados foi possível calcular a contribuição por tipo de estabelecimento – familiar e patronal – na produção agrícola comercial total e para cada produto específico. Também se procurou mostrar a relevância de cada produto agrícola comercial para cada tipo de estabelecimento; em outras palavras, quanto percentualmente, determinado produto agrícola contribui na formação da renda agropecuária dos estabelecimentos.

Foram considerados comerciais apenas os produtos da pecuária, pois nossos questionários experimentais mostraram que as lavouras com fins

comerciais são praticamente desprezíveis, predominando culturas para fins de autoconsumo ou como insumo para a pecuária.

Por se tratar de uma pesquisa entre avicultores, foi dada atenção especial a essa produção. Procurou-se medir até que ponto a produção de frango de corte é predominante para cada tipo de estabelecimento. Isso foi feito mostrando-se o número de produtores que se dedicam exclusivamente a tal produção, e o número daqueles em que mais de metade da produção agropecuária corresponde ao frango.

Os preços com base nos quais foram calculados os valores das produções foram averiguados em 06/12/2006. O preço do leite (R\$ 0,51) o litro foi definido segundo informantes locais; valor que coincidia quase completamente com o verificado no site do Instituto de Economia Agrícola⁹. Para calcular o valor do gado na produção agropecuária, precisamos dividir essa produção em dois conjuntos: o boi gordo, vendido por arroba e o garrote ou novilhas, vendidos por unidade. Para o primeiro, calculou-se um valor de R\$50,00 por arroba, verificado à época no site do Instituto de Economia Agrícola; estimando-se, segundo informações dos produtores locais uma média de 20 arrobas para um boi gordo, pudemos estabelecer seu preço unitário em R\$ 1000,00. Já os garrotes e novilhas valem em média R\$250, segundo os agricultores. Finalmente, calculamos o valor da produção de frangos atribuindo um valor médio de R\$ 0,30 por cabeça, conforme indicado pelos técnicos. Esse valor foi multiplicado pelo número médio de frangos produzidos no ano, que se obteve multiplicando a capacidade de alojamento de cada estabelecimento pelo número médio de lotes de frango adulto retirado.

Por último, ainda medimos dentro desse mesmo tema a produção voltada para o autoconsumo, medida em número de itens produzidos.

No tema em que foram agrupados os dados relativos à renda, fez-se uma comparação da renda per/capta média para cada grupo, e também para o total de agricultores.

A renda per/capta foi calculada somando-se todas as fontes de renda (agropecuárias e não-agropecuárias, inclusive aposentadorias) para cada

⁹ Órgão vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo.

estabelecimento. Dessa soma, resulta uma renda total anual aproximada. Dividindo-se esse valor pelo número de membros da família, e por mês, foi possível estimar uma renda per/capta aproximada para cada estabelecimento. Quanto ao trabalho externo de membros da família, foram consideradas como contribuintes para a renda total do estabelecimento, somente aqueles parentes que vivem no mesmo estabelecimento. Portanto, consideraram-se como participantes do estabelecimento, somente os membros da família que ainda possuem alguma ligação econômica com a unidade: moram ou trabalham nela.

É necessário, entretanto, dizer que a renda agropecuária pode estar um pouco superestimada, devido à dificuldade em se calcular os custos dos agricultores com a produção, uma vez que sua contabilidade não se efetua de modo empresarial: as despesas com a unidade produtiva e as despesas com a unidade familiar são indissociáveis na mentalidade da maior parte desses agricultores.

Além da renda per/capta, foram comparadas as proporções das rendas agrícolas e não agrícolas para cada grupo de estabelecimentos.

Na parte em que se trata do nível de tecnificação dos estabelecimentos, foram considerados os equipamentos agrícolas presentes em cada estabelecimento, bem como os números de barracões, manuais e automatizados, existentes em cada estabelecimento. A partir desses dados foram construídos dois indicadores.

O primeiro é o índice de mecanização na avicultura, dado pela proporção de barracões automatizados, frente ao número total de barracões existentes no estabelecimento. Esse índice considera apenas a atividade avícola, e nos dá uma idéia do grau de mecanização em que se encontra.

O segundo índice é o número médio de equipamentos existentes no estabelecimento, comparados entre as categorias patronal e familiar.

Foi também comparado, entre os dois tipos de estabelecimentos, o recurso a equipamentos que o estabelecimento não possui e a assistência técnica recebida, com exceção da empresa integradora.

O sétimo tema a ser analisado trata da relação entre estabelecimento e empresa integradora. Procura-se aqui comparar, entre os dois grupos de

estabelecimentos, alguns dados que podem nos indicar quão estável tende a ser a relação com a empresa integradora. Pretende-se também, através da análise dos financiamentos tomados para investir na atividade avícola, relativizar a dependência dos estabelecimentos frente às empresas.

Levantamos para análise, dados referentes à proporção do uso de financiamento para se investir na atividade avícola, tanto bancário quanto aqueles empréstimos tomados à própria empresa; dados referentes ao tempo de integração (dividindo os estabelecimentos por estratos de tempo de integração); além de informações sobre a existência de produção comercial de frango anterior ao processo de integração; e informações relativas a mudanças de empresas integradoras (proporção de estabelecimentos de cada grupo que já mudaram de integradora).

Na parte em que se trata da sociabilidade e dos valores, procurou-se questionar por estruturas de relacionamento entre os produtores que podem ser vistas como um resquício da sociabilidade de bairro descrita por Antônio Cândido (2001). Assim, contou-se a proporção de estabelecimentos em cada grupo que utilizam ajuda mútua vicinal, e a participação em festas tradicionais.

Também foram levantados dados sobre a participação desses agricultores em associações de classe, e seu grau de proximidade com a cidade.

A respeito dos valores, das representações mentais que norteiam as atitudes dos agricultores, utilizamos dois medidores: o desejo desses agricultores de continuar investindo em terras, e sua disposição em mudar para a cidade e/ou ou vender sua propriedade.

Finalmente, o último tema a ser analisado, é aquele onde foram agrupados os dados demográficos referentes às famílias dos agricultores entrevistados. Aqui se encontra o número médio de pessoas para cada estabelecimento, assim como a distribuição das pessoas por sexo, idade e escolaridade.

Para os dois últimos elementos, foram criados estratos, para permitir a comparação entre os dois grupos.

Nos anexos desse trabalho, é possível encontrar uma cópia do formulário aplicado a cada um dos agricultores entrevistados, com alguns comentários naquelas questões em que se fez necessária alguma modificação, de acordo com a situação do agricultor em questão. Também se encontra lá uma legenda dos dados presentes na tabela completa, com a respectiva tradução dos códigos para cada categoria.

4 AGRICULTURA FAMILIAR E AVICULTURA INTEGRADA EM CONCHAS-SP: definição do objeto de pesquisa.

Complexo Agro-Industrial.

O complexo agroindustrial é a junção dos três setores envolvidos nas atividades de produção agrícola, e representa a emergência de um novo padrão de relações sociais na produção agrícola: o padrão agrário moderno. O padrão agrário moderno seria marcado pela superação da dicotomia entre indústria e agricultura, e conseqüentemente, da diferenciação entre campo e cidade.

Os três setores que formam o complexo agroindustrial são: a indústria de máquinas e insumos para a agricultura, o setor agrícola propriamente dito e o setor das agroindústrias transformadoras, no qual se destacam as indústrias do ramo alimentício. Através dessa integração dissolver-se-iam as especificidades da empresa agrícola, que deixa de ser a unidade de análise privilegiada em favor do complexo agroindustrial.

O complexo agroindustrial seria uma espécie de fusão entre as atividades de produção (agrícola e industrial), comercialização e financiamento, com conseqüente fusão de capitais. A agricultura passa, portanto, a ser uma parte dentro de uma "estrutura" maior totalmente interligada e interdependente. Na formação desses complexos agroindustriais ocorre uma grande especialização da produção: insumos que antes eram produzidos na própria unidade produtiva agrícola passam a ser produzidos em indústrias.

A essa idéia básica de complexo agroindustrial como um bloco de capitais que atuaria na agricultura de forma razoavelmente coerente (MÜLLER, 1989), foi se somando outras definições mais detalhadas do complexo agroindustrial que mostram a maneira como interagem os diversos capitais dentro desse complexo. José Graziano da Silva (1991) divide os Complexos Agroindustriais de acordo com sua área de atuação: assim teríamos um complexo de produção de carnes, um complexo frutas, complexo olerícola, etc.

Para facilitar a análise, pode-se dividir o processo de agroindustrialização em dois momentos:

1. No primeiro ocorre o desmonte do chamado complexo agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 2002), ou seja, a estrutura das unidades agropecuárias previamente existentes, quase que auto-suficientes em matéria de produção de insumos e de transformação de produtos. Assim, por exemplo, instrumentos de trabalho antes fabricados pelo próprio agricultor são substituídos por maquinário agrícola industrializado; adubos produzidos no estabelecimento como subprodutos de outras atividades – como a pecuária - são substituídos por adubos químicos; os próprios recursos naturais, plantas e animais, antes reproduzidos no próprio estabelecimento passam a ser adquirido de empresas especializadas em melhorar e fornecer material genético para a agricultura, como as que vendem sementes ou animais.

Em resumo, atividades antes satisfeitas dentro do próprio estabelecimento agrícola foram se externalizando e se especializando, transformando-se em ramos da indústria.

2. No segundo momento, haveria um encadeamento dessas atividades, com conseqüente fusão dos capitais envolvidos nas varias etapas do processo produtivo. Assim, temos muitas vezes que a mesma indústria que vende insumos ao agricultor adquire seus produtos para processar e vender. É o caso da avicultura, onde a mesma industria responsável pelo abate, processamento e comercialização da carne de frango é responsável pelo fornecimento de insumo como ração e os próprios pintinhos ao avicultor. Como Veremos adiante essa relação entre produtor e agroindústria pode se dar através do mercado ou por contratos.

É claro que tal divisão é apenas analítica, na realidade esses dois processos vão ocorrendo simultaneamente, conforme a industrialização vai avançando em direção aos processos agrícolas.

A maneira como esse agricultor integrado (ou seja, relacionado ao complexo agroindustrial) é visto varia de autor para autor, mas como já

frisamos, aparece sempre como ator secundário, subordinado ao capital agroindustrial.

Müller (1989; 1994) não estabelece uma definição para o agricultor integrado ao complexo agroindustrial, mas podemos deduzir de seu trabalho que, assim como a atividade agrícola torna-se caudatária dos interesses dos capitais envolvidos nos complexos agroindustriais, o agricultor se torna dependente da agroindústria a qual se vincula. Tal dependência se dá através da imposição de um novo padrão tecnológico de produção agrícola (que ele chama de padrão agrário moderno), o qual excluiria os produtores que não conseguissem se adaptar, forçando os agricultores a uma maior integração ao mercado e a uma maior tecnificação da produção.

A modificação do padrão tecnológico de produção também aparece como variável determinante da integração do agricultor ao complexo agroindustrial nos textos de Wilkinson (1986) e Wilkinson e Sorj (1984). A subordinação do agricultor tradicional (pequeno produtor) ao latifúndio é substituída por sua subordinação ao complexo agroindustrial, processo no qual o crédito ocupa papel central, permitindo a modernização de alguns desses agricultores (diferenciação horizontal), ao mesmo tempo em que os tornam dependentes de insumos externos, e crédito para financiar a modernização dos processos produtivos.

Nenhum dos textos citados nos fornece uma definição de agricultor integrado, nem entra em detalhes sobre a relação de integração. Para todos esses autores a adoção de um novo padrão tecnológico de produção seria determinante das relações sociais, modificando a maneira dos agricultores se relacionarem com a sociedade englobante. A alteração dos padrões tecnológicos de produção no campo faria com que esses agricultores se vissem obrigados a modernizar e comercializar sua produção, tornando-os dependentes do capital agroindustrial. A integração aparece aqui como um processo meio difuso, de subordinação do agricultor ao capital agroindustrial em geral.

Produtores Integrados

A idéia de produtor agrícola integrado é um desdobramento da noção de CAI: Complexo Agroindustrial (MÜLLER, 1989).

No texto baseado em pesquisas sobre o processo de integração dos agricultores à indústria avícola, Sorj, Pompermayer e Coradini (1982) estabelecem uma diferenciação entre o que consideram as duas formas centrais de articulação dos agricultores com o complexo agrícola industrial:

a) integração direta com a indústria de transformação

Nessa forma de articulação foram praticamente eliminados os efeitos diretos do mercado nas relações entre integradora e produtor rural.

b) integração através do mercado

Nessa forma de articulação, o mercado ainda organiza as relações entre os agentes.

Os autores definem a relação de integração da seguinte maneira:

Em geral, por contrato de integração é designado o relacionamento e dependência direta entre produção agropecuária e empresa integradora, que pode ser formulada explicitamente através de contratos escritos, cadastros ou oralmente. O conteúdo desses 'contratos' ou 'pactos', formulados juridicamente ou não, diz respeito substancialmente à exclusividade na aquisição dos insumos por parte do produtor rural, ao padrão tecnológico e manejo a ser posto em prática sob orientação e assistência técnica da empresa e, fundamentalmente, à exclusividade e garantia da produção agropecuária por parte da empresa integradora. (SORJ; POMPERMAYER; CORADINI, 1982, p.41).

Apesar de apontarem duas formas diferentes de articulação dos produtores rurais com as empresas agroindustriais, os autores destacam suas similaridades, pois, em ambos os casos a relação se reveste de um caráter oligopólico e oligopsônico, na medida em que se trata de uma miríade de pequenos produtores confrontados com grandes empresas agroindustriais.

José Graziano da Silva e seus colaboradores (GRAZIANO DA SILVA et al., 1983) se apropriam dessa definição para desenvolvê-la. Para eles o produtor rural apoiado no trabalho familiar (pequena produção/produção camponesa) é sempre subordinado, quer seja ao proprietário fundiário, ao capital comercial ou

às agroindústrias e cooperativas. A agroindústria representaria apenas uma nova forma de subordinação do camponês ao capital, através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, criando no produtor uma dependência e forçando-o à adoção de novas tecnologias; e também, através da venda num mercado monopsônico de matéria-prima agrícola.

Assim como no trabalho anterior, a forma de articulação desse agricultor (pequena produção) com o capital se estabelece num mercado oligopólico e oligopsônico, onde o comprador impõe as regras da comercialização, e às vezes até mesmo da produção. A diferença com relação ao trabalho anterior se estabelece justamente nesse ponto, o controle do processo produtivo. Apesar de equiparar as duas formas de integração (direta e através do mercado) enquanto formas de subordinação do trabalho do agricultor ao capital, os autores diferenciam dois tipos de contrato:

- a) Quando a firma compradora funciona apenas como se fosse um capital comercial modernizado: através de contratos de compra impõe o preço e condições de pagamento não interferindo na esfera da produção agropecuária propriamente dita. (SILVA, J., et al., 1983, p.33).
- b) Quando a firma compradora, através dos contratos, impõe não apenas o preço e as condições de pagamento, mas estabelece cláusulas determinando a própria maneira de produzir das unidades camponesas. (SILVA, J., et al., 1983, p.34).

Como exemplo desse segundo tipo de integração, os autores citam justamente a produção avícola, assim como a produção de fumo.

Rubens Altmann (1997) analisa em maior profundidade a articulação do agricultor familiar (já utiliza esse termo) ao capital agroindustrial. O autor diferencia três tipos de contratos de produção que podem se estabelecer entre a empresa e os agricultores:

- a) Contratos de integração: os insumos e a tecnologia são fornecidos pela agroindústria, ficando a cargo do produtor a mão de obra e os investimentos em instalações e equipamentos.
- b) Contratos de semi-integração: o produtor fornece parte dos insumos, e responde pela mão de obra e investimentos em instalações e equipamentos.

c) Contratos de fornecimento: há apenas um compromisso de compra dos animais por parte da agroindústria, não implicando, necessariamente, fornecimento de insumos. (ALTMAN, 1997, p.16).

Todas essas formas de contrato de produção são estratégias adotadas pelas empresas para controlar e baratear o fornecimento de matéria-prima, através do controle do processo de produção agrícola, pelo qual as agroindústrias procuram assegurar um suprimento contínuo em quantidade, qualidade e prazo de fornecimento previamente definido.

Suponhamos que uma unidade de produção (uma granja por exemplo) esteja integrada a montante e a jusante pela mesma empresa agrícola, que lhe fornece os insumos e assistência técnica e lhe adquire toda a produção. Nesse caso, a adoção do contrato de integração alteraria os ciclos de valorização do capital, que passam a ser controlados diretamente pela empresa, sem a mediação do mercado nas relações entre empresa e agricultor. Isso proporcionaria para a empresa um barateamento dos custos de produção, proporcionando-lhe um ganho relativo em relação às outras empresas do setor.

Dessa maneira, o produtor recebe da indústria, exclusivamente, a remuneração pelo seu trabalho, uma vez que esta lhe adiantou os meios de produção, e a empresa se exime da necessidade de alguns investimentos produtivos, compartilhando com o produtor os riscos do investimento no processo de produção, mas não os ganhos. Apesar disso, pode ser constatado em muitas unidades agrícolas integradas um aumento do valor da receita total, resultado dos ganhos de produtividade obtidos com a transferência de tecnologia (ALTMANN, 1997).

Os agricultores familiares que estamos estudando estão situados no município de Conchas - SP, e possuem contrato de integração com indústrias avícolas da região (das quais as principais são o frigorífico Frango Forte, a Granja Roseira e a Avicultora Céu Azul) da maneira como foi descrita acima.

Como diversos autores apontam (Sorj et al., 1982); (Graziano et al., 1983); (Altmann, 1997) - as empresas integradoras têm preferência por agricultores que dirigem a propriedade e trabalham com a ajuda da família, pois os consideram mais cuidadosos e mais produtivos que os agricultores

patronais. Destacam também o fato do caráter familiar dessa agricultura permitir a esses produtores adotar a atividade integrada, mesmo quando essa não seria lucrativa do ponto de vista capitalista. Assim, as empresas se utilizam da racionalidade econômica própria da unidade produtiva familiar, forçando a redução da remuneração e reduzindo dessa maneira seus custos de produção.

No caso do município em que estamos realizando a pesquisa, pudemos notar que a maioria dos agricultores integrados às avicultoras se encaixa no perfil de agricultor familiar.

Camponeses

Como foi dito por Marcel Jollivet (1998), por muito tempo, a própria existência da sociologia rural - um ramo da sociologia voltada aos estudos do mundo rural - teve como fundamento a existência de um campesinato tradicional, ou seja, na suposição de uma sociedade rural relativamente autônoma em relação à sociedade que a engloba. A sociologia rural, portanto, se confundia com o estudo da transformação desse campesinato, na medida em que os camponeses se inseriam na sociedade de mercado, perdendo sua especificidade social para se tornar um grupo profissional como os outros.

Adotando-se como base a revisão feita por Abramovay (1992), pretende-se retomar brevemente os principais modelos explicativos dessa sociedade rural - ou camponesa. É claro que não se tem a pretensão de realizar aqui um levantamento exaustivo da bibliografia sobre o assunto, mas apenas de levantar as principais interpretações, permitindo estabelecer uma conceituação clara de camponês, que permita esclarecer suas diferenças e semelhanças em comparação ao agricultor familiar moderno, bem como situar a bibliografia nacional levantada.

Abramovay inicia seu levantamento pela literatura marxista, em função da grande influência que essa literatura teve, marcadamente no Brasil, no estudo da sociedade rural. Para o autor, não é possível encontrar na obra teórica de Marx, um conceito de camponês, como categoria social do capitalismo. "De fato, o que é próprio à lógica de desenvolvimento do capital é o problema da renda fundiária - ou seja, das contradições de reprodução do

capital ali onde um dos elementos da produção não é mercadoria" [...]. (ABRAMOVAY, 1992, p.48).

Essa ausência de uma caracterização teórica do campesinato se explica pelo fato do foco dessa teoria estar voltado para o estudo do processo de evolução do capitalismo, processo esse que tende a levar à dissolução das estruturas sociais precedentes, com a tendência a mercantilização de todas as relações sociais. A tendência apontada é a da substituição da produção simples de mercadorias pelo modelo industrial, conseqüentemente, a divisão do trabalho no campo tende para a mesma polarização encontrada na indústria: Capitalistas e trabalhadores.

Não há, portanto, lugar no esquema Marxista de pensamento para o campesinato enquanto categoria social. O camponês não é, por definição, uma das classes que compõem a sociedade capitalista contemporânea. Assim sendo, não pode ser tratado como categoria objetiva da realidade social, dado que na teoria marxista, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria construída.

Essa característica diferencia radicalmente, dentro do marxismo, o camponês de outras categorias sociais como a classe operária, a classe capitalista e a classe dos proprietários fundiários. Essas são categorias objetivas da vida social, ou seja, são classes sociais constituintes do sistema capitalista, enquanto o campesinato seria uma classe social própria de outro modo de produção, o modo de produção simples de mercadorias. O camponês deveria assim, ceder espaço para relações de produção organizadas industrialmente tão logo o capitalismo dominasse a produção agrícola.

Embora a questão camponesa tenha sido longamente tratada por clássicos Marxistas como Lênin, Kautsky e Engels, não é possível atribuir à maneira como tais autores trataram o campesinato, o mesmo estatuto dado às classes constitutivas do capitalismo. O camponês é também na obra desses autores, uma categoria social estranha ao capitalismo: seu papel na sociedade depende do contexto político em que se inserem.

Qualquer tentativa de absolutizar as formas como Lênin, Kautsky ou Engels trataram a questão camponesa, isto é, de imprimir a seus resultados o estatuto de categorias sociais objetivas da realidade social, não leva em conta que, no marxismo, dada a função que a questão da produção familiar preenche nas lutas políticas de cada época, o camponês não pode ser senão uma categoria socialmente construída. (ABRAMOVAY, 1992, p.48).

Não há, portanto, no marxismo uma teoria do campesinato. Por não se tratar de uma classe social constituinte do capitalismo, não existe uma análise que trate de suas características próprias, de sua ordem interna de funcionamento.

Conseqüentemente, restam ao camponês, duas possibilidades: por um lado, como foi apontado tanto por Kautsky quanto por Lênin, o peso que as unidades familiares de produção representavam então na economia agrícola não impedia que a tendência fosse sua substituição pelo modelo industrial dominante. Por outro lado, dentro do campo teórico marxista, aqueles autores que não acreditavam em tal vaticínio procuraram encontrar, nas contradições dentro do desenvolvimento do próprio capitalismo, a razão para a sobrevivência da produção agrícola familiar.

Em todo o caso, a produção familiar aparece como uma sobrevivência, uma espécie de fóssil vivo das relações sociais; estranho à sociedade capitalista; mesmo para aqueles autores que apontam sua associação ao mesmo.

É dentro do grupo de economistas russos que ficou conhecido como populistas; que tem em Chayanov seu autor principal; que vão surgir os primeiros modelos que buscam explicar o campesinato a partir de suas características internas. Chayanov e seu grupo propõem modelos microeconômicos do equilíbrio camponês para demonstrar a racionalidade do comportamento desse grupo dentro da economia capitalista.

Para Abramovay, a principal contribuição dessa linha de análise foi mostrar que:

Mesmo quando avesso à conduta que dele esperavam agências de desenvolvimento e cientistas, o camponês procedia de maneira racional. (ABRAMOVAY, 1992, p.99).

O estabelecimento camponês responde a um modelo de funcionamento bem particular na sua maneira de organizar a exploração agropecuária. Lamarche (1993), define o modelo de funcionamento do estabelecimento camponês individual, baseando-se na análise de Chayanov, a partir dos três princípios seguintes:

1. inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo.
2. trabalho é familiar (na sua maior parte) e não pode ser avaliado em termos de lucro, pois o custo objetivo do trabalho familiar não é quantificável.
3. tem como objetivo produzir valores de uso e não de troca.

Esse modelo tem como objeto de análise a unidade individual de produção e suas escolhas econômicas, como é característico da própria microeconomia, dando pouca atenção ao contexto onde essas escolhas ocorrem, e as particularidades que permitem a existência dessa autonomia na lógica de funcionamento da atividade econômica camponesa.

Existe entretanto uma ambigüidade básica nesta contribuição. Na maioria dos casos, os economistas não analisam de maneira minimamente satisfatória o ambiente social onde a vida camponesa transcorre e suas leis operam. (ABRAMOVAY, 1992, p. 100).

Devido a essa lacuna – a não elucidação das condições exteriores que permitem o funcionamento do equilíbrio entre trabalho e consumo – a família camponesa torna-se uma entidade abstrata e sem história, pois parece que tem, por si só, a capacidade de produzir as leis econômicas pelas quais opera, independentemente do conjunto de circunstâncias externas em que está envolvida.

Essa visão é levada ao extremo pelos autores que se utilizam do conceito de “modo de produção camponês”: capaz de existir nas mais diferentes condições sociais e épocas históricas sem perder sua identidade própria.

O próprio desenvolvimento posterior das análises sobre o campesinato mostrou os limites da racionalidade econômica camponesa: esta depende do ambiente em que se desenvolve; é incompleta, pois, depende da existência de outros critérios de relações humanas - não econômicos – que são organizadores da vida.

Assim, foi a partir da contribuição dada pelos estudos antropológicos voltados para as comunidades rurais que surgiu uma definição coerente de sociedade camponesa, que é a adotada neste trabalho. Apesar de se apresentar sob formas diversas, todos os autores que procuram definir essas sociedades camponesas – Redfield, Kroeber, Wolf, Mendras - as apresentam como “sociedades parciais”, dotadas de uma “cultura parcial” (ABRAMOVAY, 1992, p.102).

É a capacidade desses grupos de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas; como a vida em comunidade, e vínculos personalizados; que faz das sociedades camponesas, sociedades parciais. São sociedades parciais por possuírem mecanismos de mediação que permitem que esses grupos mantenham essa especificidade perante a sociedade na qual estão incluídas. Esses mecanismos de mediação estão apoiados em relações sociais que fogem à lógica econômica; caracterizadas por seu caráter pessoal; que supõe o conhecimento mútuo entre os atores.

Lamarche (LAMARCHE, 1993) também aponta a necessidade de se estabelecer uma dimensão mais sociológica de análise, levando-se em conta as relações entre a exploração camponesa, a sociedade local e a sociedade como um todo.

Devemos, então, procurar na forma como se dá a inserção das famílias camponesas no quadro da divisão social do trabalho os mecanismos que permitem manter sua autonomia relativa em relação à lógica dominante. “É sobre a base destes vínculos particulares à vida camponesa que se estrutura a

relação econômica que as unidades de produção mantêm com a sociedade como um todo". (ABRAMOVAY, 1992, p.102).

Pode-se dizer que as famílias camponesas se caracterizam, em suas relações com o mercado, por uma "integração parcial a mercados incompletos". Vejamos melhor como Abramovay define essa característica:

É portanto na maneira como vende os produtos de seu trabalho e compra os elementos necessários a sua reprodução, nas estruturas determinantes de suas relações mercantis, que reside o segredo de sua organização econômica 'interna'. Aí se encontram os fatores socialmente explicativos das racionalidades camponesas. (ABRAMOVAY, 1992, p. 103).

A integração parcial ao mercado significa que o camponês não depende totalmente das relações de compra e venda para sua reprodução social. Assim, pode mudar seu grau de integração a este conforme lhe pareça vantajoso. Essa autonomia parcial em relação ao mercado se dá graças a duas características: a flexibilidade entre consumo e venda e a autoprodução dos meios de produção.

A flexibilidade que os estabelecimentos camponeses estabelecem entre consumo e venda significa que, quando o mercado não se encontra propício, esses agricultores podem focar uma parcela maior do trabalho familiar naquelas culturas ligadas à subsistência da família, permitindo assim que seu objetivo central, alimentar a família, não seja fatalmente comprometido por situações ruins de mercado. O oposto também é verdadeiro: quando a situação de mercado se encontra favorável o camponês pode privilegiar aqueles produtos voltados para a comercialização, comprando depois os produtos que consome.

Os mercados aos quais esses camponeses se integram são chamados incompletos, pois neles as relações mercantis sofrem a mediação de relações pessoais. Isso se deve ao fato de as sociedades camponesas serem fundamentadas em relações de interconhecimento. São sociedades de interconhecimento, ou seja, grupos não muito grandes onde as pessoas se conhecem. Pressupõe-se que tal sociedade de interconhecimento englobe outros atores sociais além dos agricultores (como os comerciantes, agentes do

estado, grandes proprietários) permitindo assim que as interações entre eles sejam mediadas por relações de caráter pessoal.

Assim, por exemplo, o comerciante ou um grande proprietário vizinho pode intermediar um empréstimo bancário para um agricultor que não possa fazê-lo diretamente. Dessa maneira, esse empréstimo adquire então o caráter de um favor pessoal, que deverá ser pago posteriormente pelo camponês, não necessariamente em forma monetária.

Definida dessa maneira, a sociedade camponesa ganha limites claramente definidos:

Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social. (ABRAMOVAY, 1992, p. 117).

Agricultores Familiares

Na introdução do estudo internacional que coordenou, após definir as principais características da sociedade camponesa, Lamarche diz: “[...] a exploração camponesa é uma exploração familiar sem dúvida alguma; [...] mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. (LAMARCHE, 1993, p.16).

O autor alerta que as explorações familiares podem assumir diversas, dependendo do ambiente em que se encontra e ao qual se adapta, por isso, não podem ser todas compreendidas num único modelo. A busca dessas diferentes formas que a agricultura familiar apresenta ao redor do mundo é o objeto do estudo que coordenou, e que utilizamos aqui para fundamentar nossa definição de agricultor familiar.

Nessa pesquisa, o autor propõe como ponto de partida, uma definição prévia de agricultura familiar, bastante ampla. Essa definição ganha contornos mais específicos quando são apresentados os resultados de cada local pesquisado. “A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. (LAMARCHE, 1993, p.14).

O autor propõe como forma de estruturar a análise a classificação dos estabelecimentos familiares segundo uma tipologia das explorações familiares cujo eixo é dado pelo seu grau de integração ao mercado. Esses tipos em que podemos encaixar os estabelecimentos agrícolas familiares variam desde um “Modelo Original” - que equivaleria ao estabelecimento camponês, em suas diferentes formas locais - até um “Modelo Ideal”, definido pelos projetos e ambições dos agricultores, determinados em função do ambiente social em que se encontram.

De um outro ponto de vista, esse eixo corresponde também aos respectivos níveis de influência sobre o funcionamento das explorações, estando de um lado, o patrimônio sociocultural que cada explorador e sua família dispõem e, de outro, as escolhas políticas que lhe dizem respeito, efetuadas pela Sociedade Global. O funcionamento da exploração familiar deve ser analisado dentro dessa dinâmica e cada tomada de decisão importante é resultante de duas forças, uma representando o peso do passado e da tradição e a outra, a atração por um futuro materializado pelos projetos que ocorrerão no porvir. Os exploradores organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que têm para o futuro. (LAMARCHE, 1993, p.16).

Embora não se pretenda nessa dissertação classificar esses agricultores familiares no eixo citado – integração ao mercado – tomamos como base para nosso trabalho a noção de que os agricultores familiares se situam - de maneiras e em lugares diversos do eixo – pressionados entre duas forças: uma delas vem do seu passado, revivido em seus costumes e tradições; a outra diz respeito ao futuro, representado pelos projetos e estratégias desses agricultores, futuro no qual a continuidade da exploração familiar depende de sua adaptação ao contexto social em que se inserem.

Como estamos vendo, a reflexão que os autores propõem a respeito da agricultura familiar se organiza em torno do eixo definido pelo grau de

integração no mercado, concebido em seu sentido mais absoluto, ou seja, tanto no plano técnico econômico como no sócio-cultural. Estão admitindo, portanto, que a um determinado grau de integração no mercado corresponda uma determinada relação com a sociedade de consumo, e conseqüentemente, um determinado modo de vida e de representação.

As tipologias das explorações familiares se organizariam, portanto, nesse eixo que partiria de um “Modelo Original” ideal de agricultura quase auto-suficiente, que estaria próximo da definição de sociedade camponesa. Esse “Modelo Original” possui um papel fundamental no modo de funcionamento da produção familiar, quer seja mais ou menos conscientemente referido pelo agricultor.

No outro extremo do eixo encontraríamos então, o que Lamarche chama de “Modelo Ideal”, definido pela imagem que o agricultor projeta para o futuro de sua exploração. É em direção a essa situação esperada que ele tende a organizar suas estratégias e tomar suas decisões com relação ao futuro.

É entre esses dois extremos, entre esses dois modelos de análise que o autor vai situando as diferentes tipologias das explorações familiares, de acordo com o eixo já referido integração/independência em relação ao mercado.

No caso da pesquisa que estamos desenvolvendo o modelo original é dado pelo sítio caipira tal como definido por Antonio Candido (CANDIDO, 2001). Também utilizaremos textos de Maria Isaura (QUEIRÓS, 1976; 1973), e Maria Silvia (FRANCO, 1974) para nos ajudar a construir referências sobre o camponês do interior de São Paulo, que representaria esse “modelo original”, ou seja, o caipira.

Acredita-se que dessa maneira conseguimos uma definição de agricultura familiar coerente com aquilo que foi proposto desde a apresentação dessa dissertação, ou seja, uma definição capaz de responder às duas perguntas: o que muda e o que se mantém nesse processo de integração ao mercado que é a passagem de uma agricultura camponesa a uma agricultura familiar modernizada. Em outras palavras:

Os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante. (WANDERLEY, 2003, p.47-48).

Esse enunciado é suficiente para definir o que se compreende por agricultor familiar no plano teórico. Essa definição estará presente em toda essa dissertação. Todavia, consideramos que, no plano empírico, se faz necessário precisar melhor o agricultor familiar.

Como bem destacam diversos autores estudados não é fácil traçar a linha que separa, empiricamente, a agricultura familiar da agricultura patronal, bem como aqueles empreendimentos familiares de menor porte de unidades agrícolas não produtivas (como ranchos de descanso ou residências que se encontram em âmbito rural, mas abrigam pessoas que trabalham na cidade).

Segundo Veiga (1995, p.128) “Durante muito tempo a comunidade acadêmica brasileira considerou que a principal diferença entre as formas de produção do setor agropecuário residia no tamanho dos estabelecimentos”.

Este não é um bom critério de divisão, uma vez que a agricultura familiar pode, principalmente através da mecanização, trabalhar uma área considerável. Além disso, podem existir pequenas unidades agrícolas patronais.

Abramovay (ABRAMOVAY, 1995) estende a crítica às pesquisas que se baseiam também na estratificação por valor de produção. Delimitar a agricultura familiar a partir desses critérios acaba levando a sua identificação com a noção de pequena produção. Já vimos a crítica a essa identificação no primeiro capítulo dessa dissertação.

Segundo esse mesmo autor, os estudos de Kageyama e Bergamasco ofereceram uma importante contribuição na tentativa de superar essa limitação, conduzindo uma das primeiras pesquisas no país que procurou estratificar as explorações agrícolas por tipo de organização do trabalho.

Baseando-se nos dados do Censo, que não utiliza essa diferenciação em seu levantamento, as autoras (KAGEIAMA; BERGAMASCO, 1989/90) tiveram que recorrer a aproximações. Não podendo medir os volumes de cada tipo de força de trabalho empregada, as autoras fizeram sua classificação baseando-se no caráter da mão de obra empregada. Segundo esse critério, a classificação realizada ficou assim:

a: empresas não familiares: estabelecimentos dirigidos por administrador e aqueles que não utilizam nenhum membro não remunerado da família.

A esses estabelecimentos se opõe um grande conjunto de explorações agropecuárias; o conjunto familiar; composto por todos aqueles estabelecimentos que não são dirigidos por administradores contratados e utilizam alguma forma de trabalho familiar. Nesse grande conjunto encontramos:

b.1: familiares puros: não contratam nenhum tipo de trabalho externo à família

b.2: Familiares complementados por empregados temporários: apresentam algum tipo de trabalho temporário, mas não permanente.

b.3: empresas familiares: aquelas que utilizam trabalhadores permanentes, podendo ou não utilizar trabalhadores temporários.

Para Abramovay (ABRAMOVAY, 1995), a criação da categoria à parte, empresa familiar, demonstra que as autoras pressupõem que a presença do trabalho assalariado permanente mostra uma dependência tão grande com a mão de obra contratada que merece ser colocado numa categoria à parte. No fundo, as autoras estabeleceram duas grandes classes: os que usam trabalho permanente e são considerados empresas familiares e os que não utilizam trabalho contratado ou o fazem somente a título temporário.

A delimitação proposta por Veiga (VEIGA, 1995) segue no mesmo sentido. Segundo o autor, em sua pesquisa:

Só foram considerados estabelecimentos não-patronais aqueles que não empregavam trabalhadores assalariados permanentes e que também não recorriam a mais de cinco temporários em algum mês. (VEIGA, 1995, p. 131).

Embora o próprio autor admita que a exclusão completa dos estabelecimentos com trabalhadores assalariados permanentes deixe escapar algumas unidades familiares, considerou essa medida mais segura para não superestimar o universo familiar.

Em pesquisa posterior, Sonia Bergamasco (BERGAMASCO, 1994), baseando-se nos dados da PNAD (pesquisa nacional por amostra de domicílios) apresenta uma delimitação diferente.

A partir das categorias da PNAD: empregado, parceiro de empregado, trabalhador volante com intermediário, trabalhador volante sem intermediário, empregador, parceiro de empregador, conta própria e membros da família não remunerados; a autora considera como constituindo a agricultura familiar as categorias: trabalhadores por conta própria, parceiros por conta própria, e os membros não remunerados da família.

Essa delimitação, como se pode ver centram-se demasiado no estabelecimento de tipos para a mão de obra contratada utilizada na propriedade, tendendo a classificar todas aquelas que fazem uso de assalariados permanente como patronais (ou ao menos empresa familiar, um tipo especial de agricultura familiar).

Buscaremos nessa pesquisa, estabelecer uma classificação que tenha por base a relação quantitativa entre o uso de trabalho familiar e não-familiar em cada propriedade. Consideraremos como familiares àqueles estabelecimentos agrícolas dirigidos por um membro da família, que detém a posse da terra (seja ou não proprietário, o que significa que incluímos arrendatários e parceiros), e em que o trabalho familiar supera o trabalho contratado, medidos em trabalhador-dia¹⁰ por ano (GUANZIROLI et al. 2001).

Abramovay (1995), em sua pesquisa baseada em amostras do IEA (Instituto de Economia Agrícola do estado de São Paulo), já havia tentado estabelecer a diferenciação entre unidades patronais e familiares, com base na relação entre o uso de mão de obra.

Em seu texto, ele classifica os agricultores como se segue:

¹⁰ Cada unidade da categoria trabalhador-dia corresponde ao trabalho médio de uma pessoa pelo período de um dia. Essa unidade foi selecionada por facilitar a comparação das quantidades de trabalho utilizadas nos estabelecimentos.

Classe 1: composta por aqueles que não recorreram, durante o ano de 1991, a qualquer forma de trabalho assalariado (nem permanente, nem temporário).

Classe 2: formada por aqueles imóveis que recorreram a trabalho assalariado (seja permanente, seja temporário) mas em proporção menor (medida em tempo) que o trabalho familiar.

Classe 3: imóveis onde o trabalho assalariado é superior ao familiar.

Classe 4: imóveis onde nenhum membro da família declarou trabalhar.

(ABRAMOVAY, 1995, p.145)

Com a preocupação de estabelecer uma delimitação entre os estabelecimentos patronais e familiares que leve em consideração a proporção entre o tipo de mão de obra utilizada, utilizaremos como ponto de divisão entre o universo familiar e o patronal, a mesma definição utilizada na pesquisa conduzida pelo convênio FAO/Incrá (GUANZIROLI et al.,2001, p.50).

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor.
- b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

A esses dois critérios soma-se um limite de área, pois, embora a agricultura familiar não possa ser definida, sob o ponto de vista conceitual, a partir do tamanho do estabelecimento, considerou-se pertinente estabelecer uma área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares, visando diferenciá-los de latifúndios improdutivos. Essa área máxima é definida pelos autores do trabalho de referência como de 15 módulos fiscais. Para o município de Conchas, segundo tabela disponível na Casa de Agricultura de Botucatu¹¹, cada módulo fiscal corresponde a 30 hectares. Isso significa que não poderão ser considerados familiares àqueles estabelecimentos maiores que 450 hectares.

A primeira variável, direção do estabelecimento pôde ser verificada por um item do questionário.

¹¹ Anexo 1.

Para medir a segunda variável; quantidade de trabalho; foram criadas duas tabelas pelas quais foi levantado o número de pessoas da família e de funcionários contratados trabalhando na propriedade. Também se levou em consideração, no caso de empregados temporários, a sazonalidade do trabalho. Isso foi feito calculando-se a média de dias trabalhados no ano por funcionário contratado.

A partir desses dados compararemos quantidades de trabalho familiar e contratado despendidas ao longo do ano, considerando familiares apenas aqueles cuja quantidade de trabalho dos membros da família, medida em trabalhador-dia, ultrapassar a quantidade de trabalho contratado.

4.1 Apresentação do objeto empírico de pesquisa

O alvo específico de nossa pesquisa são os agricultores que se encaixam nas duas categorias descritas na definição dos conceitos utilizados na pesquisa: são agricultores familiares e integrados, pois possuem contrato de integração com alguma das empresas avícolas da região.

Para conduzir esta pesquisa recortou-se como área definida para análise o município de Conchas, interior de São Paulo. Esta escolha será justificada a seguir, onde se apresenta melhor o município.

Pretende-se, como foi dito, analisar esses produtores integrados à indústria, a partir do conceito de agricultura familiar. Como explicitado nesta discussão, existem diferentes lógicas produtivas atuando entre esses agricultores, congregando desde aqueles agricultores menos modernizados em relação às técnicas produtivas e mais apegados aos valores familiares até aqueles altamente tecnificados e integrados ao mercado. Essas lógicas produtivas diversas regem a ação dos agricultores determinando diferentes graus de dependência em relação à indústria e ao mercado, bem como graus diversos de importância das estratégias familiares nas unidades.

Levando-se em conta o levantamento feito pelo Projeto Lupa¹², pode-se ter uma idéia do tamanho do universo da pesquisa. O Lupa é o levantamento de dados realizado de dez em dez anos (no ano 5 da década) pela CATI¹³. A unidade básica utilizada nesse levantamento de dados é a UPA¹⁴, unidade de produção agropecuária, assim definida:

[...] a fim de conciliar todos os objetivos com a facilidade de levantamento, e tendo em vista o conceito normalmente usado na SAA (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo), considerou-se o imóvel rural como unidade de produção agropecuária (UPA), sendo preenchido um questionário para cada UPA, isto é, um questionário para cada imóvel. (PINO, 1997, p.6).

¹² Levantamento de dados das unidades de produção agropecuária.

¹³ Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do estado de São Paulo.

¹⁴ Unidade de produção agropecuária.

O último levantamento cujos dados já estão disponíveis, e que utilizamos nessa pesquisa foi feito em 1995. Os dados do Levantamento de 2005/2006 ainda não foram divulgados.

Embora a unidade de análise dessa pesquisa seja diferente da utilizada neste trabalho, (no caso do Lupa unidades de produção agrícola) os números se aproximam: o Lupa aponta um total de 769 unidades agrícolas produtivas para o município de Conchas. Levantamento realizado em convênio do Incra¹⁵ com a FAO¹⁶ (que utiliza a mesma unidade adotada aqui: estabelecimento), aponta um total de 744 estabelecimentos agrícolas no município. Como os números se aproximam, considerou-se válido utilizar os números do Lupa para ter conhecimento do número de produtores integrados no município.

O Lupa mostra que existiam na época 198 unidades trabalhando com avicultura de corte. Não é especificado nesses dados se todas essas unidades trabalhavam no sistema de integração, que é o recorte adotado nessa pesquisa, mas visitas preliminares a campo mostram que o número de estabelecimentos integrados à agroindústria avícola, pode ser ainda maior, haja visto o crescimento do setor nos últimos dez anos.

O universo em questão seria constituído então por, aproximadamente, 198 estabelecimentos agrícolas integrados à agroindústria avícola. Desse número, conseguimos coletar um total de 95 formulários, o que significa uma amostra de aproximadamente 48% do universo.

Conchas é um município do interior de São Paulo, que se caracteriza pelo notável predomínio de agricultores familiares, grande parte dos quais, vinculados à agroindústria avícola. O município de Conchas, que possui uma área territorial de 468 km² e 16792 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2005) se encontra na região central do estado de São Paulo, à margem sul do rio Tietê, como podemos ver no mapa a seguir.

¹⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁶ Organização das Nações unidas para Agricultura e Alimentação.

Mapa 1

Localização do município de Conchas no Mapa do Estado de São Paulo por municípios.



Capital: São Paulo

Número de Municípios: 645



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Acesso: 19 abril 2006.
Organização: Gabriel Campos Volpi

Conchas é basicamente um município agrícola, como pode se deduzir pela grande participação da agropecuária no conjunto de suas atividades econômicas: 25% do valor total adicionado em 2004, em comparação com uma média de 6,5% para o estado como um todo no mesmo ano (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2006). Além disso, do total de trabalhadores ocupados no município em 2003, 22% realizavam atividades agropecuárias. Para o estado como um todo apenas 3,6% da mão de obra ocupada estava ocupada na agropecuária.

Não foi possível encontrar a proporção de habitantes divididos entre os meios rural e urbano. Entretanto, considerando a baixa densidade demográfica do município (35,5 habitantes por Km²; para o estado de São Paulo a densidade é de 160,7 habitantes por Km²) e o grau de urbanização relativamente baixo – 78,4%, contra 93,6% do estado) podemos dizer que se trata de um município em que grande parte da população vive no meio rural.

O município de Conchas integra a Região Administrativa de Sorocaba, e dentro desta, a Região de Governo de Botucatu (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2006). Segundo a classificação da CATI, o município pertence à regional agrícola de Botucatu (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

Inicialmente, o que nos chamou a atenção para tal município, foi a diferença no tipo de agricultura lá desenvolvida quando comparada com grande parte do estado de São Paulo; diferença essa constatável já na paisagem da área rural para quem passa pelas estradas da região. Enquanto em boa parte do estado dominam as grandes plantações monocultoras (principalmente a cana-de-açúcar), em Conchas e outros municípios próximos encontramos grande quantidade de sítios que, embora modernizados, ainda lembram muito aquele modelo tradicional que temos na memória: com pomar, hortinha no quintal, galinhas soltas pelo terreiro, etc.

Fazendo uma comparação proporcional da cultura de cana-de-açúcar no município e na região de Ribeirão Preto temos uma idéia dessa diferença: em Conchas aproximadamente 22% das unidades agrícolas produzem cana, ocupando apenas 2% do território agrícola. Na regional de Ribeirão Preto 63%

das propriedades plantam cana, utilizando aproximadamente 51% do território (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005). Esse é um dado relevante, pois, " [...] mais da metade do valor da produção dos imóveis que dependem exclusivamente de mão-de-obra assalariada vêm de dois produtos: cana-de-açúcar (39,01%) e laranja (16,91%)" (ABRAMOVAY, 1995). Na tabela abaixo temos a comparação proporcional das culturas de cana-de-açúcar em número de UPAs que plantam cana e de hectares plantados entre o município de Conchas e a regional agrícola de Ribeirão Preto (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

Tabela 1
Comparação da difusão da cultura de cana-de-açúcar entre o município de Conchas e a Regional de Ribeirão Preto.

Município de Conchas:			
	Total	Cultura da cana	%
Nº UPAs	769	172	22
Ha	38532	790	2

Regional de Ribeirão Preto:			
	Total	Cultura da cana	%
Nº UPAs	5995	3804	63
Ha	642036	328655	51

Adaptado de: ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, LUPA 1995-96. Acesso: 22 de out. 2005.

Essa impressão fica mais clara quando fazemos a análise da distribuição fundiária do município. Segundo dados do Projeto Lupa (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005), a área agrícola total é de 38532,3 hectares, divididos entre 769 unidades agrícolas produtivas. Como podemos ver na tabela abaixo, onde comparamos a distribuição fundiária do município com a do estado de São Paulo, vemos neste uma concentração de terras muito menor. Enquanto na média do estado as unidades com até 50 hectares ocupam aproximadamente 18% da área total, no município elas ocupam 30%. É notável também, a ausência de unidades com mais de 2000 hectares no município.

Tabela 2

Distribuição fundiária: comparação Conchas-estado de São Paulo¹⁷

Categorias de área em ha	Estado de São Paulo	Conchas
0-50	17,76%	30,08%
50-100	11,15%	18,21%
100-200	13,44%	16,58%
200-500	20,27%	15,81%
500-1000	14,00%	8,67%
1000-2000	10,92%	10,65%
2000-5000	7,94%	0
5000-acima	4,52%	0

Adaptado de: ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, LUPA 1995-96. Acesso: 22 de out. 2005.

O predomínio da agricultura familiar no município fica claro a partir da análise dos seguintes dados.

Segundo pesquisa conduzida pelo convênio FAO/Incrá, mais de 82,5% dos estabelecimentos rurais do município são classificados como familiares. Quando comparamos dados da mesma pesquisa para o estado de São Paulo como um todo, encontramos que do total de propriedades no estado de São Paulo 68,8% são familiares. Mesmo descontando-se propriedades pertencentes a entidades públicas, instituições religiosas e propriedades desconhecidas, esse percentual vai para aproximadamente 69,5%, o que ainda denota uma diferença razoável, mostrando que o município apresenta uma concentração de agricultores familiares acima da média para o Estado.¹⁸

A partir dos dados obtidos por pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil realizada pelo Convênio FAO/INCRA baseada no censo do IBGE de 1995/96 no Município de Conchas são encontradas 614 estabelecimentos classificados como familiares. Isso representa 82,5% de um total de 744 estabelecimentos no município.

Essa constatação é reforçada quando comparamos as tabelas entre o município e o estado de São Paulo, que discriminam o tipo de mão de obra utilizado nos estabelecimentos. Vemos aí que do total de 744 estabelecimentos

¹⁷ Nessa tabela comparamos a área ocupada por UPAs de cada uma das categorias de área, em função da área agrícola total para o município de Conchas e para o estado de São Paulo em geral.

¹⁸ Tabelas disponíveis em <http://www.incrá.gov.br/sade/default.asp>. Pesquisa publicada em: BITTENCOURT, Gilson; et al., 2001

do município, 425, ou seja, 57,1% operam utilizando apenas mão de obra familiar. Para o estado como um todo, de 218016 estabelecimentos, 98728 operam somente com mão de obra familiar, o que significa 45,2%.

Trata-se de agricultores familiares que, em sua maioria têm como atividades principais a criação de frango e de gado (de leite e de corte). A criação de frango se faz no chamado sistema de integração às agroindústrias da região, o que faz com que a relação do agricultor familiar com o chamado complexo agroindustrial seja de vital importância na pesquisa. São três as principais agroindústrias avícolas atuando na região: "Top Frango", "Roseira" e "Céu Azul".

Os dados do Lupa (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005) referentes à mão de obra também apontam para a predominância da agricultura familiar no município. Enquanto para o estado de São Paulo e para a regional agrícola de Botucatu como um todo temos, respectivamente 72,88% e 70,08% das unidades com pelo menos um familiar do proprietário trabalhando na propriedade, em Conchas esse número sobe para 97,92%. Ou seja, segundo levantamento feito pelo SAA-SP, 97,92% das UPAs do município possuem pelo menos um membro da família do proprietário trabalhando na propriedade.

A comparação do número de empregados permanentes também é relevante. Enquanto as estatísticas para o estado como um todo mostram 42,48% de unidades com trabalhadores permanentes, e para a regional indicam 38,48%, em Conchas apenas 21,45% das unidades possuem pelo menos um trabalhador permanente, como podemos ver na tabela a seguir:

Tabela 3

Comparação da distribuição de mão de obra por UPAs no estado, na regional agrícola e no município:

	Estado de São Paulo	Regional de Botucatu	Município de Conchas
% de UPAs com mão de obra familiar	72,88%	70,08%	97,92%
% de UPAs com pelo menos um funcionário permanente	42,65%	38,48%	21,45%

Adaptado de: ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, LUPA 1995-96. Acesso: 22 de out. 2005.

Essa predominância da agricultura familiar, aliada à boa distribuição fundiária existente no município, se faz notar também nos indicadores sociais. Apesar de não se tratar de um município rico (o PIB per/capta de 2004 ficou em torno de 11,544 milhões de reais) as outras dimensões levadas em conta para se medir o desenvolvimento humano apresentam bons índices. Assim, ainda segundo o perfil municipal do SEADE (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2006), vemos que o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) alcança 0,796, numa escala de zero a um, colocando o município no grupo 3 do índice paulista de responsabilidade social, ou seja: aqueles municípios em que o nível de riqueza é baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões.

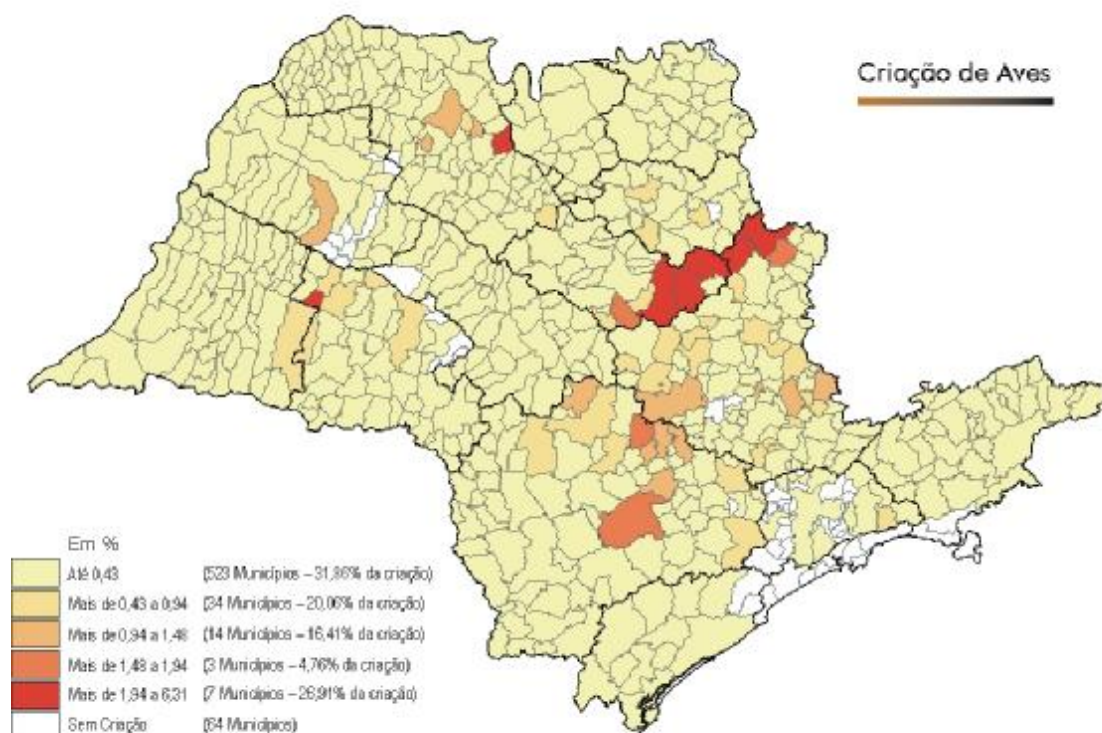
Não só a agropecuária, mas, embora relativamente baixo se comparado a municípios muito industrializados, também a indústria ocupa um lugar importante na economia de Conchas. A indústria do município participou com 40% do total do valor adicionado em 2004; e gerou 46% dos empregos ocupados em 2003.

Dentro do pouco diversificado parque industrial do município (formado basicamente por olarias, extração de terra e areia, uma indústria têxtil, laticínios pequenos e a indústria de abate de frangos) podemos destacar a participação da agroindústria avícola, muito relevante para a economia do município e da região.

Como podemos ver no mapa abaixo, o município de Conchas está estrategicamente situado no centro de uma das regiões que concentram a produção de aves de corte no estado, envolvendo os municípios de Anhembi, Bofete, Laranjal Paulista, Conchas, Pereiras, Piracicaba, Porangaba e Tietê. Entre os municípios citados, muitos dos quais fazem divisa com Conchas, podemos destacar esse município como o maior produtor de frango de corte, situando-se entre os três municípios que concentram entre 1,48 a 1,94% da produção de aves de corte do estado; o que significa que Conchas é um dos dez maiores produtores de aves de corte do estado.

Mapa 2

Distribuição percentual da avicultura de corte no estado de São Paulo por município.



Fonte: FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS [SEADE], Acesso: 27 jan. 2006.

Organização: Gabriel Campos Volpi.

Analisando-se os fatores descritos, pode-se considerar justificada a escolha do município em questão como campo de análise desse estudo, uma vez que se trata de uma área que congrega duas características que, como nos

propusemos mostrar nesse estudo, não são excludentes: uma produção agropecuária modernizada (a agroindústria avícola) organizada principalmente, com base em estabelecimentos familiares.

Conseqüentemente trata-se de uma área onde a produção agropecuária é bastante modernizada, integrada à indústria e ao mercado, inclusive ao mercado internacional. Essa modernização da produção agropecuária deve-se em grande parte à presença maciça no município de agricultores integrados, já que esse é o sistema predominante na produção avícola. Não pode ser considerada, portanto, uma região onde predomine uma agricultura “atrasada”, “tradicional” ou “camponesa”.

Ao mesmo tempo, como ficou demonstrado, o município apresenta um número proporcionalmente grande de agricultores familiares, muitos deles, ligados à produção de frangos.

Não se almeja aqui levantar a história completa do município, até porque, não se trata de uma pesquisa histórica. Pretende-se apenas contextualizar historicamente o campo de pesquisa.

As informações a respeito da formação e desenvolvimento do município foram tiradas das seguintes fontes: o texto “História de Conchas”, localizado no site da prefeitura¹⁹, do pequeno histórico presente no perfil municipal do SEADE (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2006) e de artigos de jornal escritos por Paulo Fraletti (FRALETTI, sd).

O território onde se encontra o atual município de Conchas engloba dois núcleos de povoação inicialmente independentes, que depois passaram a fazer parte do mesmo município. Esses núcleos são o Bairro do Pau-cavalo – hoje um bairro rural de Conchas - e o núcleo que mais tarde ficou conhecido como Bairro da estação, por causa da estação ferroviária.

As primeiras povoações começam a surgir às margens do rio Tietê, atual bairro pau-cavalo, por volta de 1700, formadas em sua maioria por escravos fugidos e caboclos, que formaram assim, o primeiro povoado de Conchas. Apesar de sua primazia cronologia esse bairro se desenvolveu mais lentamente,

¹⁹ Prefeitura Municipal de Conchas, “História de Conchas”, site da prefeitura: <http://www.conchas.sp.gov.br/>

por isso, o centro urbano do município se formou a partir do outro núcleo de povoamento.

O território hoje ocupado pelo município foi uma zona de litígio entre os municípios de Tatuí e Tietê, cujas divisas foram estabelecidas em 1874, ao ser criada a capela de Pereiras, povoação que deu origem ao município de mesmo nome, vizinho à Conchas, pertencente então ao município de Tatuí. A região onde hoje se encontra o município de Conchas pertencia então, em sua maior parte, ao município de Tietê.

Essas terras, situadas no caminho entre Tietê e Botucatu, serviam de pouso a tropas e comerciantes que circulavam pela região. Aí se formou e desenvolveu o núcleo populacional que deu origem ao que é hoje, a sede do município. Esse desenvolvimento se deve em grande parte a essa circulação de pessoas e mercadorias por esse o caminho que levava à Botucatu, no alto da Cuesta, e daí à região da Alta Sorocabana.

A primeira sesmaria situada no município pertenceu a Francisco Martins Bonilha, tendo sido doada no dia dez de Maio de 1819, mas segundo Fraletti, já havia diversos posseiros ocupando a área por essa época.

Por volta de 1880, formou-se no local – Bairro da Estação – um pequeno núcleo onde se estabeleceram duas famílias: a de André Ferreira e a de Germano Weiss.

No dia cinco de Dezembro de 1986, é criado, sob a Câmara de Tietê – pertencia, portanto, a esse município - o distrito de Conchas. Antes de se tornar um município independente, o distrito de Conchas foi transferido duas vezes: primeiramente para Pereiras – já então município – em quatorze de Setembro de 1899; e depois, em doze de Julho de 1902, novamente, para Tietê, e assim permaneceu até ser elevado à categoria de município em 4 de Dezembro de 1916.

Mapa 3 Município de Conchas



5 ESTABELECIMENTOS FAMILIARES E PATRONAIS LIGADOS À AVICULTURA EM CONCHAS-SP: Análise comparativa.

Como visto no capítulo de elaboração das hipóteses apresentadas nesse trabalho, praticou-se aqui um estudo quantitativo-descritivo cujo objetivo era a verificação de uma hipótese definida, derivada da teoria.

Essa hipótese pode ser enunciada da seguinte maneira: dentre os agricultores integrados à agroindústria avícola da cidade de Conchas – SP, a maior parte pode ser classificada como familiares. Depois de demonstrada essa hipótese primária, desenvolveu-se o trabalho no sentido de mostrar a definição proposta como a mais adequada para os agricultores em questão.

Para tanto, a amostra foi dividida em dois grupos: patronais e familiares. Efetuou-se então a comparação entre os dois grupos, utilizando para tanto diversos indicadores escolhidos entre os dados levantados, com o intuito de fazer transparecer as diferenças entre os dois grupos, e conseqüentemente, a relevância da classificação dos agricultores por tipo predominante de mão de obra.

Em outras palavras, o que se pretende demonstrar é se, e até que ponto, é possível tomar a forma predominante de organização do trabalho no estabelecimento - patronal ou familiar - como variável chave, ou seja, aquela em torno da qual podemos inferir outras características essenciais do estabelecimento.

Apresentam-se aqui os principais resultados da pesquisa e seus respectivos comentários, organizados por temas, como definidos no capítulo anterior.

5.1 Caracterização do produtor, exploração da propriedade e mão de obra.

Apresentamos nesse primeiro sub-item da análise comparativa dos dados obtidos na pesquisa de campo, informações relativas à classificação dos estabelecimentos (conforme categorias propostas), características fundiárias e administrativas, além de dados sobre a mão de obra.

Pretende-se delinear uma caracterização dos estabelecimentos e dos agricultores que os administram, expondo tendências diferenciais de comportamento entre os estabelecimentos familiares e os patronais.

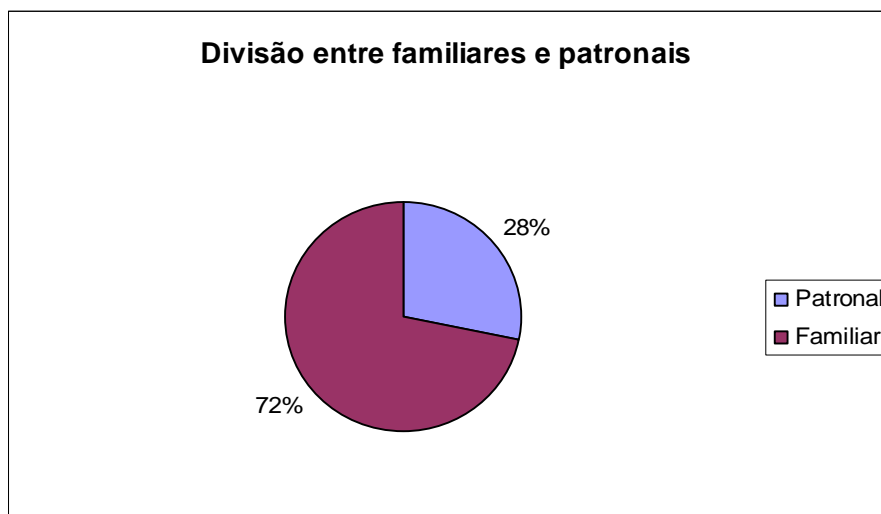


Gráfico 1: Divisão percentual dos estabelecimentos pesquisados entre familiares e patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

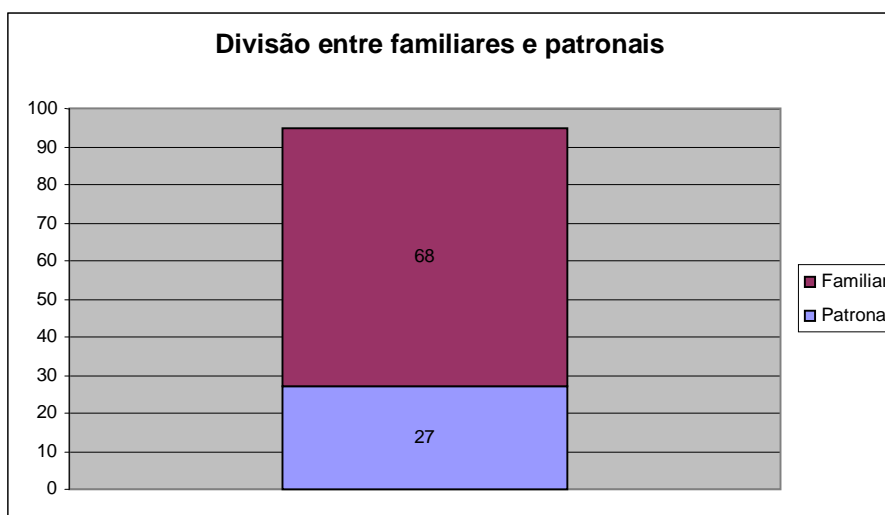


Gráfico 2: Divisão numérica dos estabelecimentos pesquisados (95) entre familiares e patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Pode-se observar no primeiro gráfico a distribuição percentual dos agricultores entrevistados entre os dois grupos nos quais foram classificados – patronais e familiares. Também é possível observar o número total de estabelecimentos classificados em cada grupo – 27 patronais, 68 familiares. Há, portanto, uma clara predominância de agricultores familiares na amostra.

Uma vez que os formulários foram colhidos aleatoriamente; na casa de agricultura durante a campanha de vacinação contra febre aftosa, e nos estabelecimentos acompanhando-se os técnicos da empresa integradora; pode-se supor que essa proporção entre familiares e patronais se mantenha em todo o universo de pesquisa.

Esse dado confirma a hipótese primária deste trabalho: que os agricultores integrados do município são, em sua maioria, familiares. Procurar-se-á agora, através da comparação desses dois grupos, verificar até que ponto essa classificação é capaz de polarizar os dois grupos, na análise dos outros aspectos estudados.

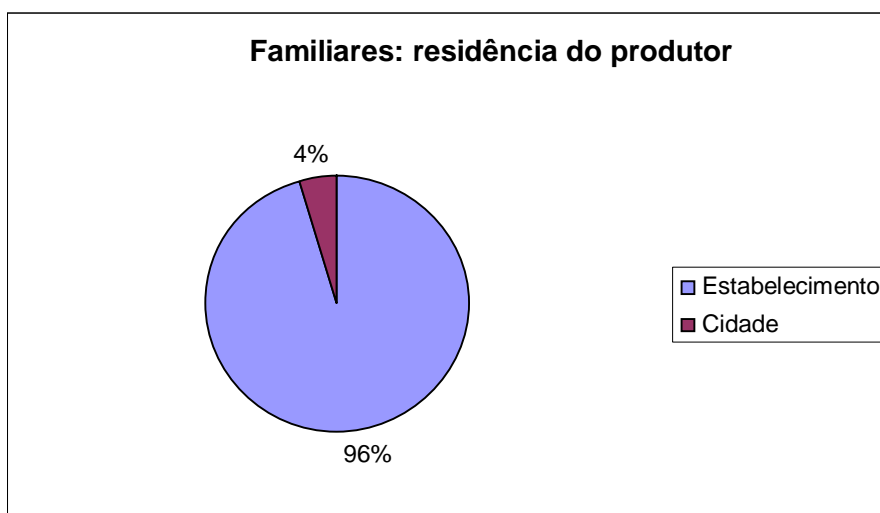


Gráfico 3: Residência do responsável entre os estabelecimentos familiares.
 Fonte: Pesquisa de campo.

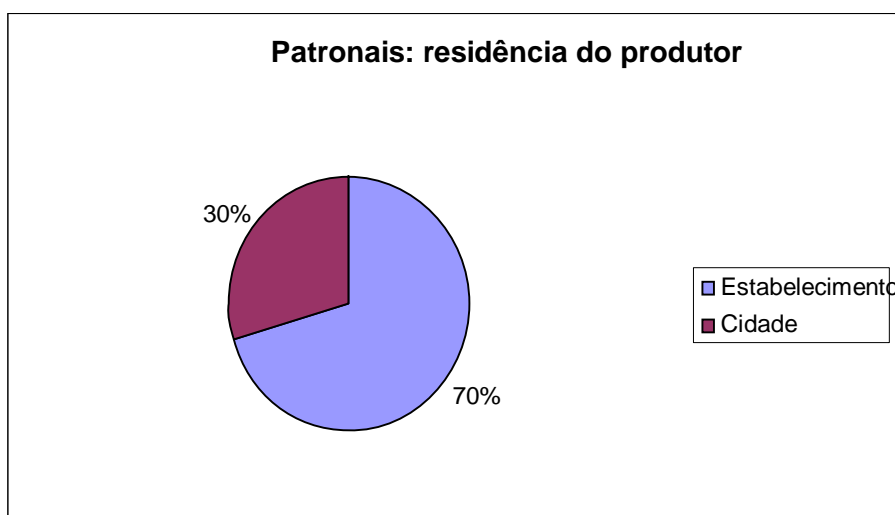


Gráfico 4: Residência do responsável entre os estabelecimentos patronais.
 Fonte: Pesquisa de campo.

Os gráficos 3 e 4, examinam o local de residência do agricultor – foi considerado o local de residência do responsável pela administração do estabelecimento. Vemos claramente ai, a predominância da residência no estabelecimento para os dois grupos, contudo, essa predominância é significativamente maior nos estabelecimentos familiares. Podemos deduzir daí que os agricultores familiares, quase todos, residem no estabelecimento.

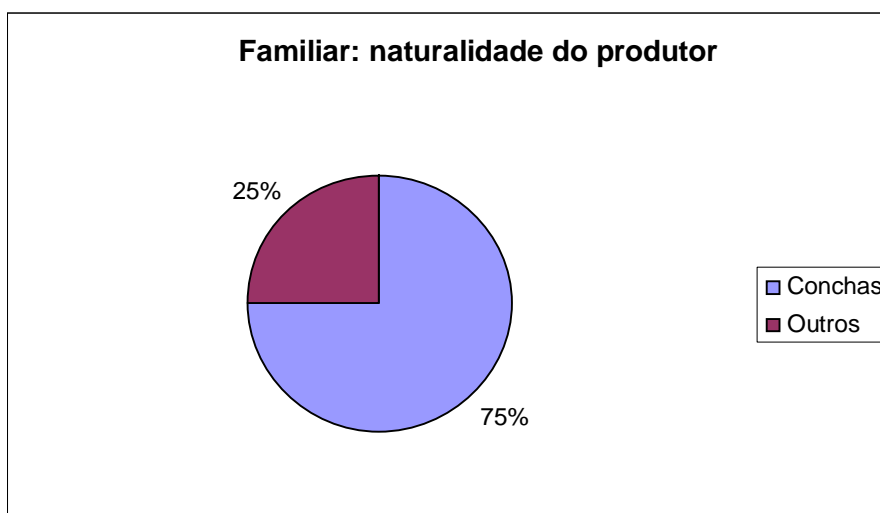


Gráfico 5: Naturalidade do responsável entre os estabelecimentos familiares
 Fonte: Pesquisa de campo.

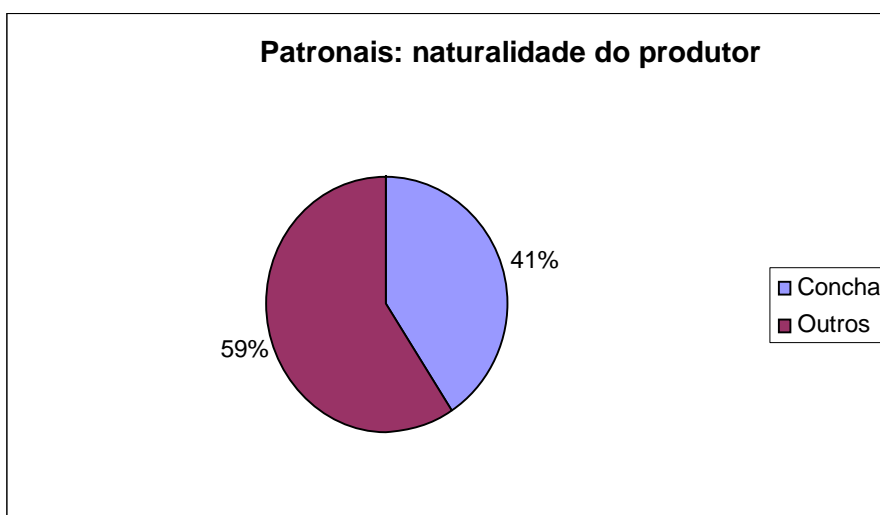


Gráfico 6: Naturalidade do responsável entre os estabelecimentos patronais
 Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao local de nascimento do produtor também encontramos uma variação considerável mostrando que os agricultores familiares, em sua maioria, nasceram no município; enquanto entre os patronais os nascidos em Conchas são minoria. Esse dado pode indicar uma maior ligação afetiva com a terra entre os agricultores familiares, que procuram se manter no estabelecimento que um dia pertenceu a seus pais.

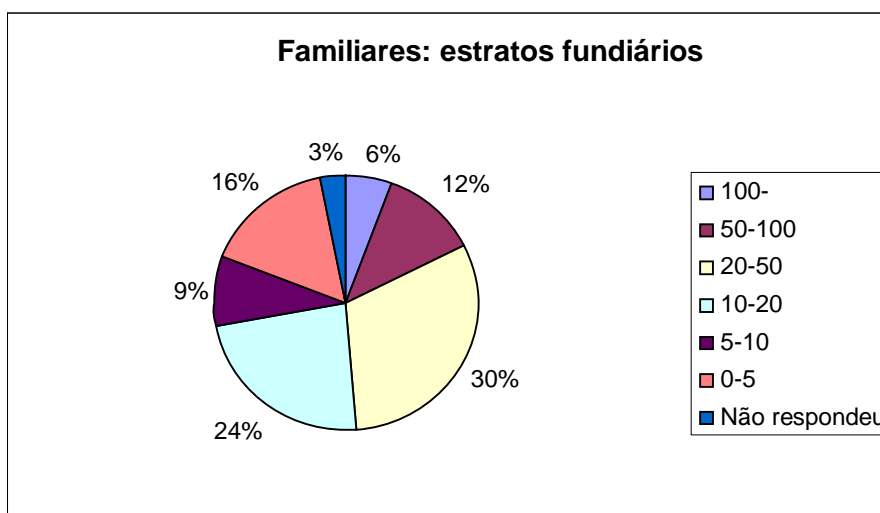


Gráfico 7: Distribuição fundiária dos estabelecimentos familiares
 Fonte: Pesquisa de campo.

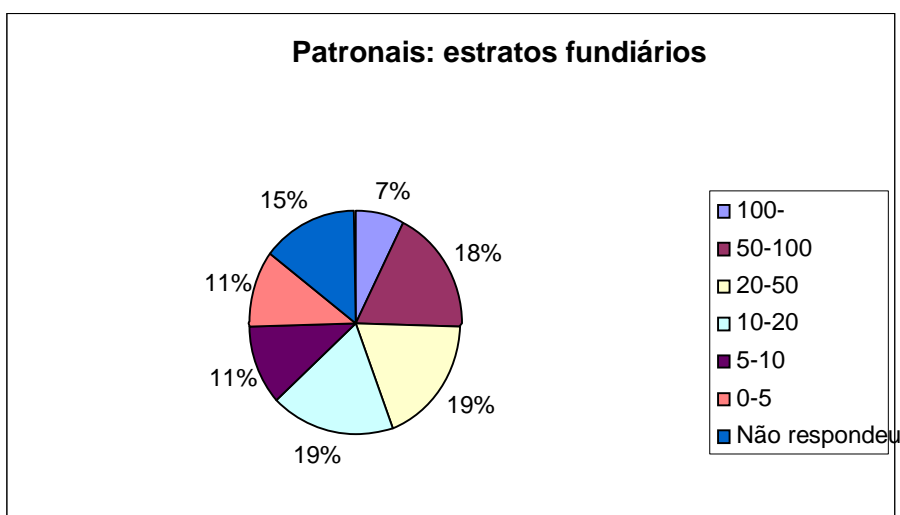


Gráfico 8: Distribuição fundiária dos estabelecimentos patronais
 Fonte: Pesquisa de campo.

Os gráficos 7 e 8 acima mostram a distribuição fundiária entre os estabelecimentos pesquisados. Nos dois primeiros pode-se comparar essa distribuição para cada grupo. Vemos aí que não há uma diferença gritante entre a distribuição nos estratos fundiários entre os dois tipos de estabelecimentos. Em ambos os grupos a maior parte dos estabelecimentos se concentra nos dois estratos entre 10 e 50 hectares. A diferença mais notável é que, para os patronais essa concentração nesses estratos não é tão forte, existindo um numero quase igual de estabelecimentos situados entre 50 e 100 hectares. Além disso, pode-se notar que o número de estabelecimentos no menor estrato é um pouco maior entre os familiares.

Pode-se concluir desses números que, embora a maioria dos estabelecimentos familiares possam ser considerados pequenos, estabelecer o recorte fundiário como delimitador de tipos sociais na agricultura pode ser bastante enganoso. Nem todos os pequenos estabelecimentos são familiares. Por outro lado, a diferença da distribuição por tipo nos dois maiores estratos é pequena, indicando que, muitas vezes, os estabelecimentos familiares são capazes de aumentar sua área.

Caso tivéssemos estabelecido um limite de área muito rígido para os agricultores familiares, estaríamos descartando um número relevante de produtores médios – nenhum dos pesquisados pode ser considerado grande detentor de terras, uma vez que o maior lote possui 500 hectares – e assim, comprometendo a fidedignidade da amostra.

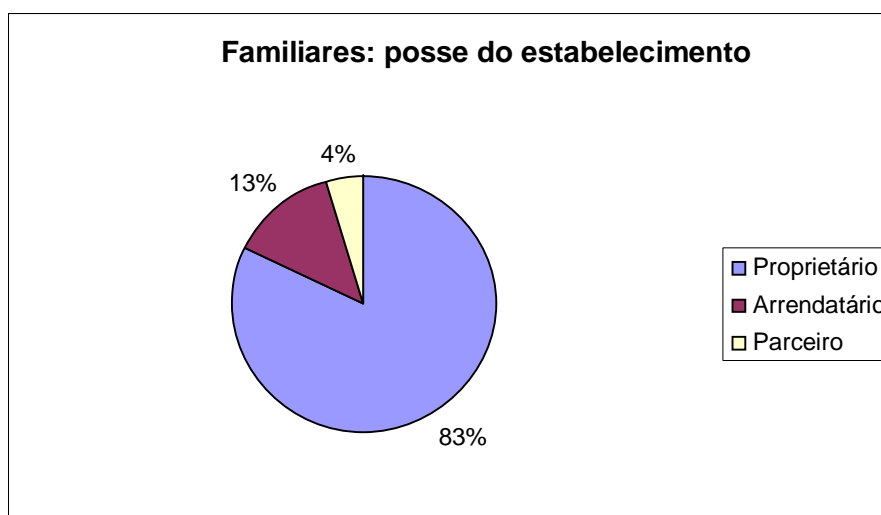


Gráfico 9: Tipo de posse entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

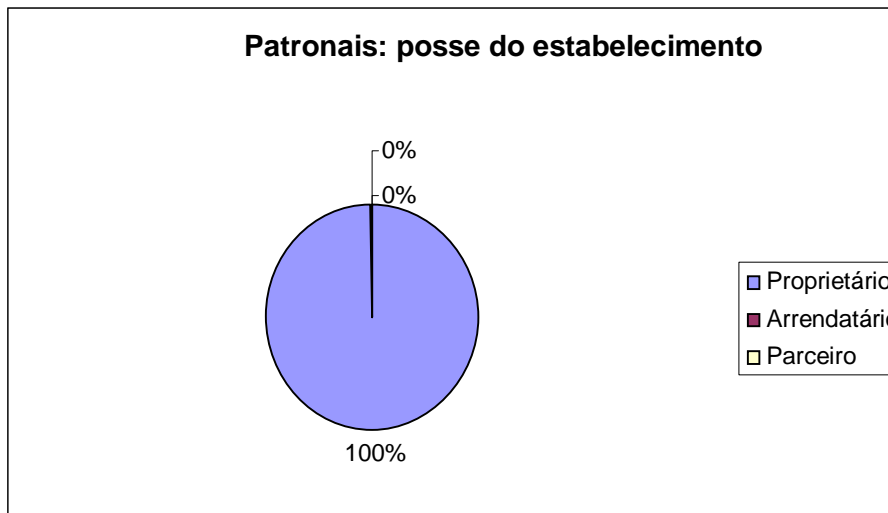


Gráfico 10: Tipo de posse entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Os gráficos que mostram os dados a respeito da posse e exploração dos estabelecimentos (9 a 12) confirmaram as tendências esperadas: que os agricultores patronais fossem proprietários dos estabelecimentos que exploram, e que os agricultores familiares fossem responsáveis pela exploração de seu estabelecimento.

Contudo, devemos ressaltar que a ausência absoluta de agricultores patronais não proprietários causa alguma surpresa. Embora fosse esperado que a grande maioria desses agricultores detivessem o título da terra que exploram, era possível encontrarmos algum arrendatário que trabalhasse prioritariamente com mão de obra contratada.

Quanto à posse dos estabelecimentos, também entre os familiares, os proprietários são a maioria, embora seja possível encontrar duas outras formas: arrendamento e parceria. Por parceiros compreendem-se aqueles produtores responsáveis pelo processo produtivo, que recebem somente sobre uma porcentagem pré-estabelecida da produção. Não há, portanto, para esses agricultores um salário fixo. Seu rendimento depende diretamente da produtividade que são capazes de alcançar. A maioria desses produtores é responsável somente pela produção do frango no estabelecimento, enquanto outras atividades ficam a cargo do proprietário.

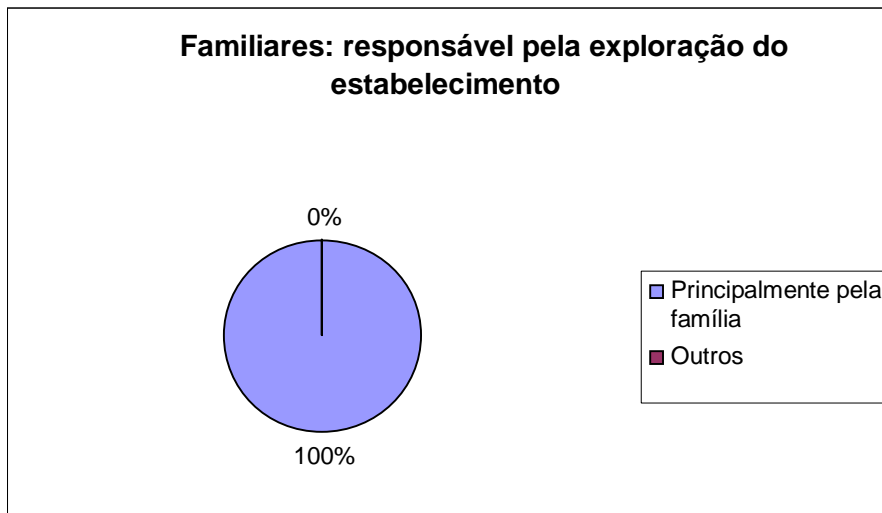


Gráfico 11: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

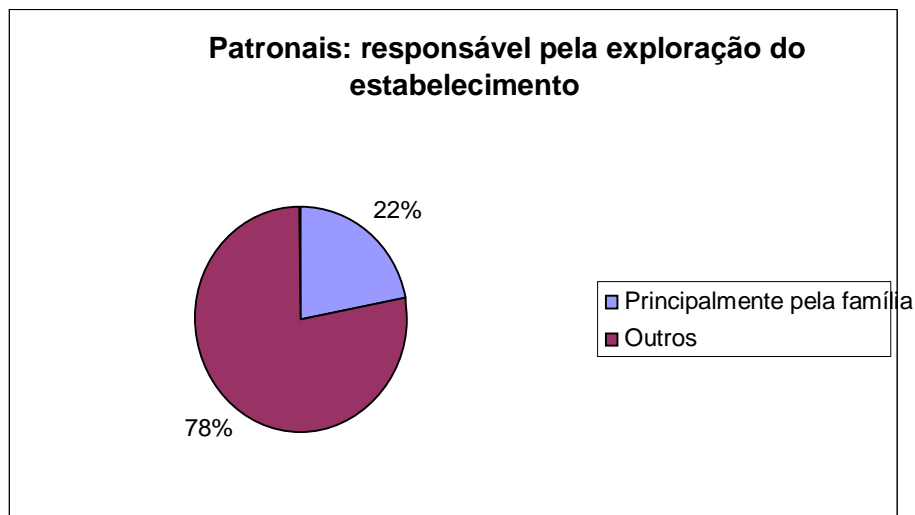


Gráfico 12: Responsável pela exploração entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

No que se refere à exploração dos estabelecimentos os dados confirmam a tendência esperada mostrando que tal responsabilidade recai, entre os agricultores familiares, principalmente sobre a família, enquanto um número significativo, embora minoritário de agricultores patronais deixam a exploração da propriedade a cargo de outros. Foi possível constatar que um número relevante desses proprietários exerce outra profissão, geralmente na cidade.

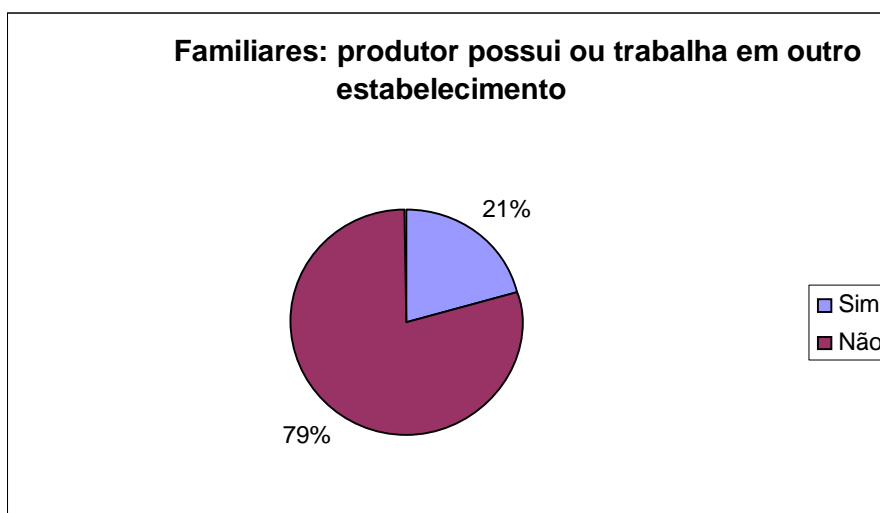


Gráfico 13: Posse ou trabalho do responsável em outro estabelecimento entre os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

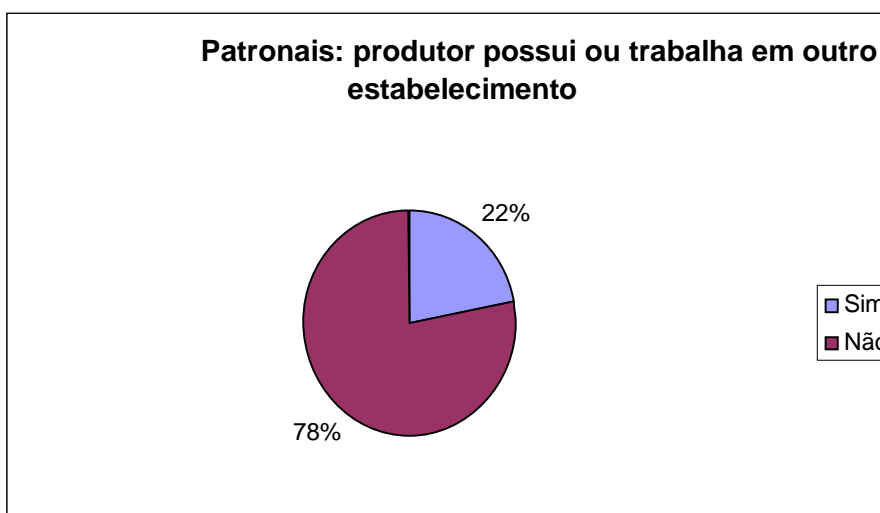


Gráfico 14: Posse ou trabalho do responsável em outro estabelecimento entre os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os gráficos acima (13 e 14) mostram se o produtor possui ou trabalha em outro estabelecimento (incluindo arrendamento e parceria). Os dados apontam uma diferença percentual irrelevante entre estabelecimentos familiares e patronais. Duas conclusões emergem desses dados: que a maioria dos agricultores pesquisados possui apenas um estabelecimento; e que o fato de serem familiares ou patronais não afeta a possibilidade do agricultor atuar em mais de um estabelecimento agropecuário.

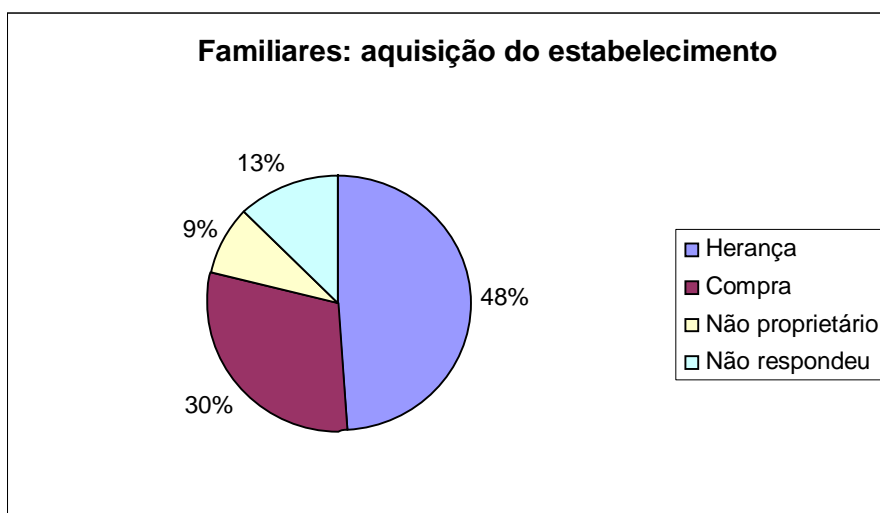


Gráfico 15: Aquisição do estabelecimento nos estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

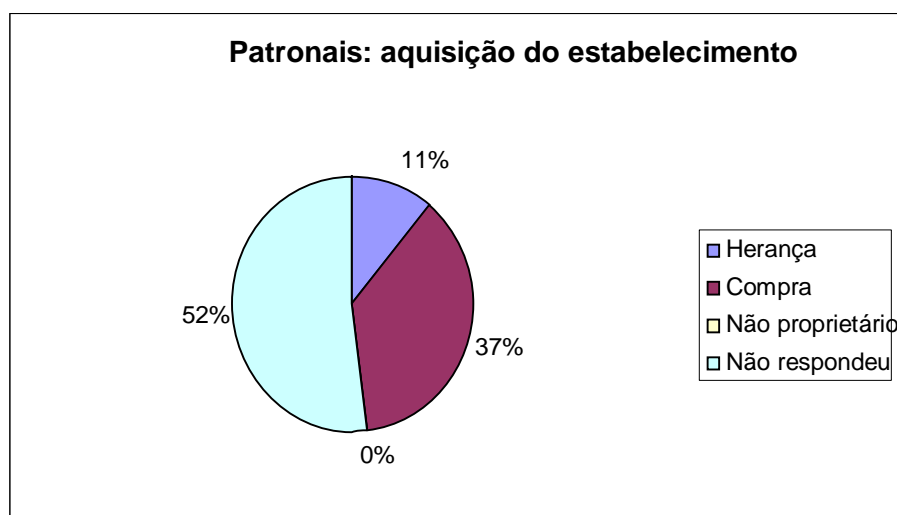


Gráfico 16: Aquisição do estabelecimento nos estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Acima, vêem-se os gráficos que analisam como foi adquirido o estabelecimento, cujo objetivo era indicar se haveria entre os dois grupos uma diferença visível entre herança e compra.

Faz-se necessário dizer, primeiramente, que o grande número de respostas inválidas entre os estabelecimentos patronais dificulta a análise. Isso se deve tanto à resistência de alguns agricultores em revelar esses dados, quanto ao fato de que, entre os estabelecimentos patronais, muitas vezes o formulário foi respondido por funcionários, que não possuíam tal informação.

Mesmo considerando-se tal limitação, fica claro que a herança é muito mais relevante entre os familiares como meio de acesso ao estabelecimento que entre os patronais.

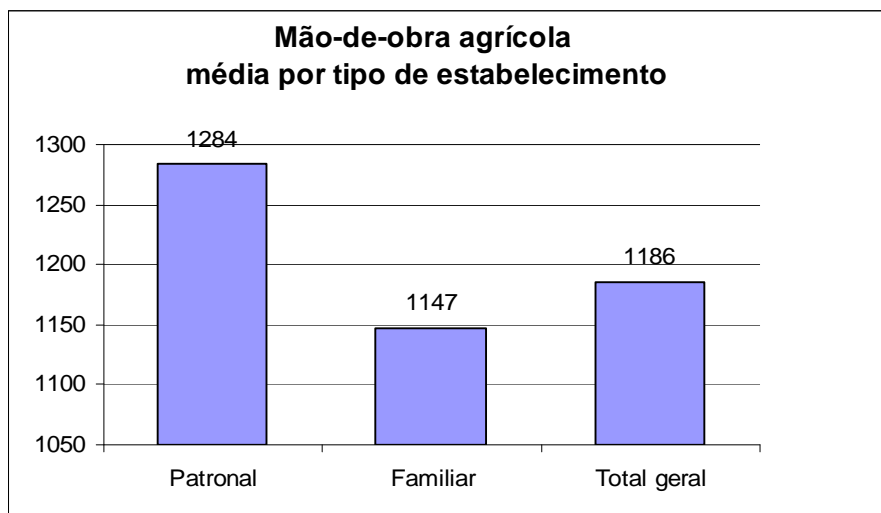


Gráfico 17: Média anual da mão de obra utilizada em atividades agropecuárias dentro do estabelecimento, por tipo de estabelecimento. Medida em trabalhador/dia.
Fonte: Pesquisa de campo.

Vê-se no gráfico acima (17) a média da mão de obra utilizada nas atividades agropecuárias (extraída a partir da mão-de-obra total utilizada na agropecuária, familiar e contratada) para cada grupo. Pode-se notar que a mão de obra média utilizada nos estabelecimentos patronais é significativamente maior que a utilizada nos estabelecimentos familiares. Esse dado contrariou nossas expectativas de que o uso de mão de obra seria mais intenso nos estabelecimentos familiares; conforme a teoria de Chayanov (1974).

Todavia, é compreensível que seja desse modo, devido à maior capacidade dos estabelecimentos patronais em contratar mão-de-obra, e ao fato de a industrialização das atividades agrícolas permitir que parte da mão de obra familiar busque trabalho em outras áreas quanto isso é compensador.

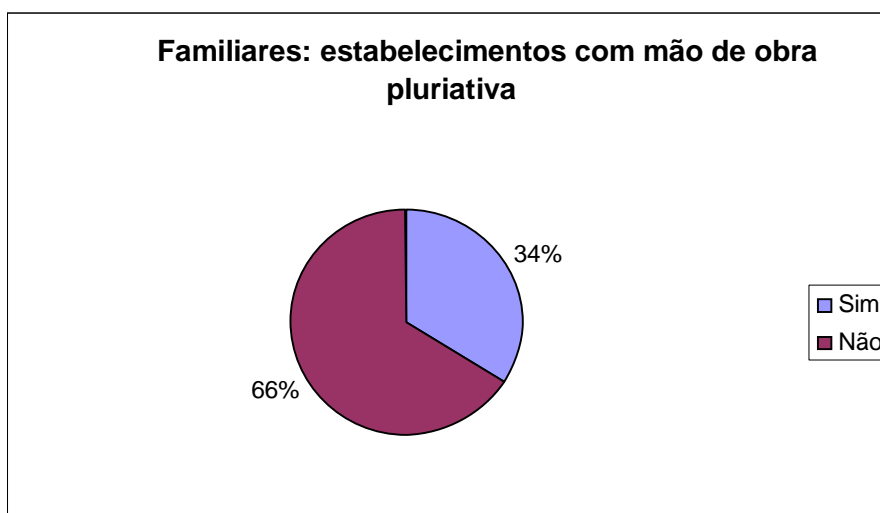


Gráfico 18: Porcentagem dos estabelecimentos familiares com ao menos um membro da família que se dedica a atividades não-agrícolas ou externas ao estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

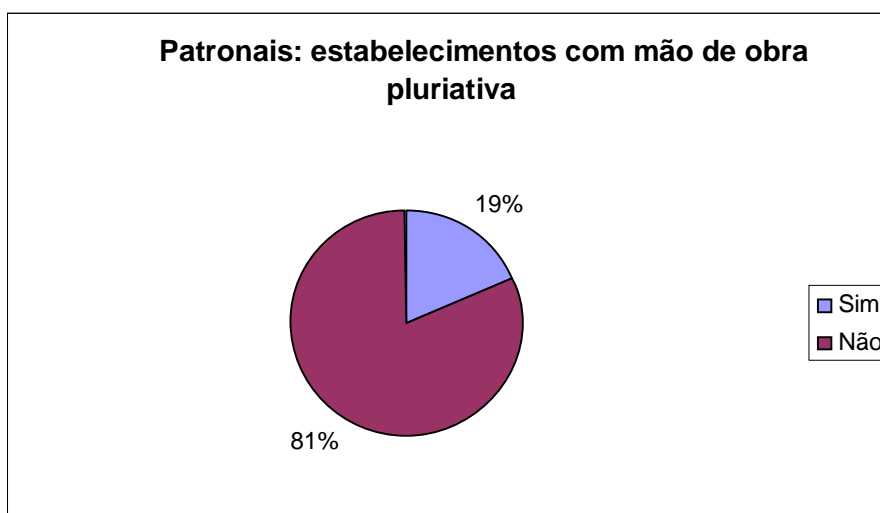


Gráfico 19: Porcentagem dos estabelecimentos patronais com ao menos um membro da família que se dedica a atividades não-agrícolas ou externas ao estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados referentes à mão de obra pluriativa (gráficos 18 e 19) também apontam nesse sentido. Vemos no segundo e terceiro gráficos o número de estabelecimentos com pelo menos um de seus membros trabalhando fora da propriedade ou dentro da mesma em atividades não-agrícolas. O número de estabelecimentos em tais condições é maior entre os familiares.

Todavia, mesmo entre os familiares os estabelecimentos com pelo menos um membro pluriativo são minoritários; indicando que no município, os estabelecimentos rurais são principalmente unidades produtivas e não apenas moradia para trabalhadores de outros setores.

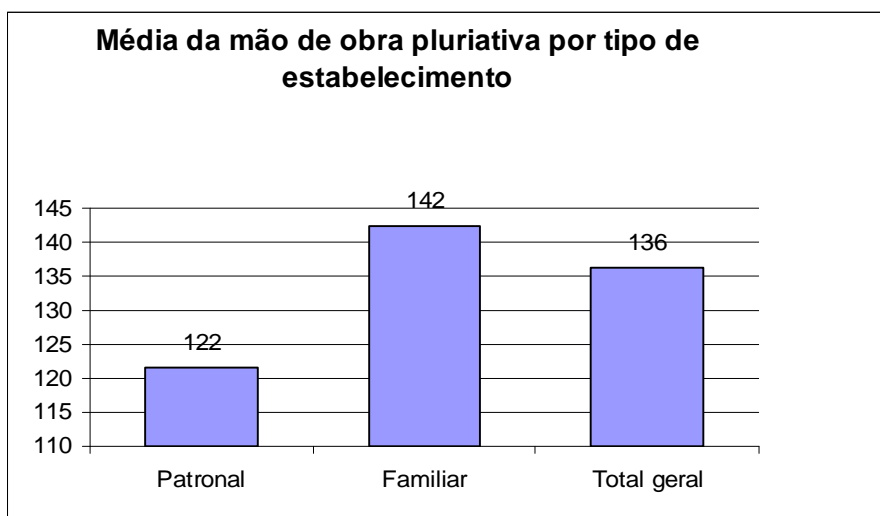


Gráfico 20: Valor médio da mão de obra pluriativa por estabelecimento, para cada grupo de estabelecimentos.

Fonte: Pesquisa de campo.

As duas assertivas anteriores são reforçadas pelos dados contidos no último gráfico, onde se pode ver que na média por trabalhadores-dia por ano os estabelecimentos familiares possuem mais mão-de-obra pluriativa que os patronais. Ao mesmo tempo, vemos que para os dois grupos essa quantidade não é muito grande, principalmente quando comparada à quantidade de mão de obra utilizada na agropecuária, mostrando que os estabelecimentos de Conchas são unidades predominantemente agrícolas.

5.2 Caracterização da produção agrícola.

Nesta seção, tratamos dos dados relacionados à produção agropecuária propriamente dita. Pretendemos medir a importância de cada produto agrícola para cada grupo de produtores, bem como a contribuição de cada grupo de produtores para o valor total de cada produto comercial.

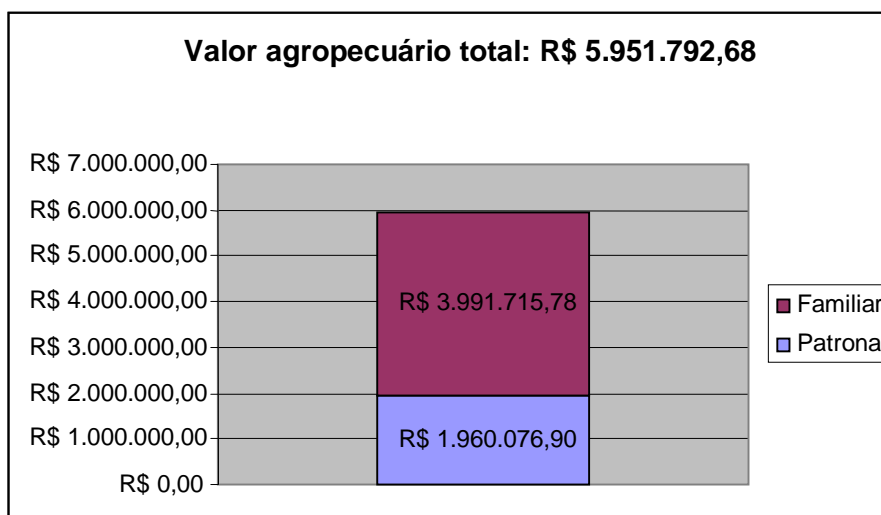


Gráfico 21: Divisão numérica do valor agropecuário total produzido em um ano por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

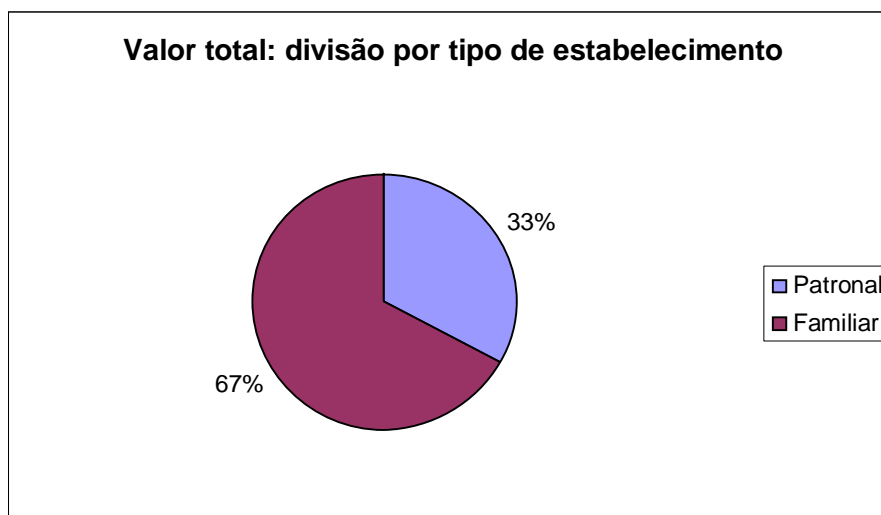


Gráfico 22: Divisão percentual do valor agropecuário total produzido em um ano por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

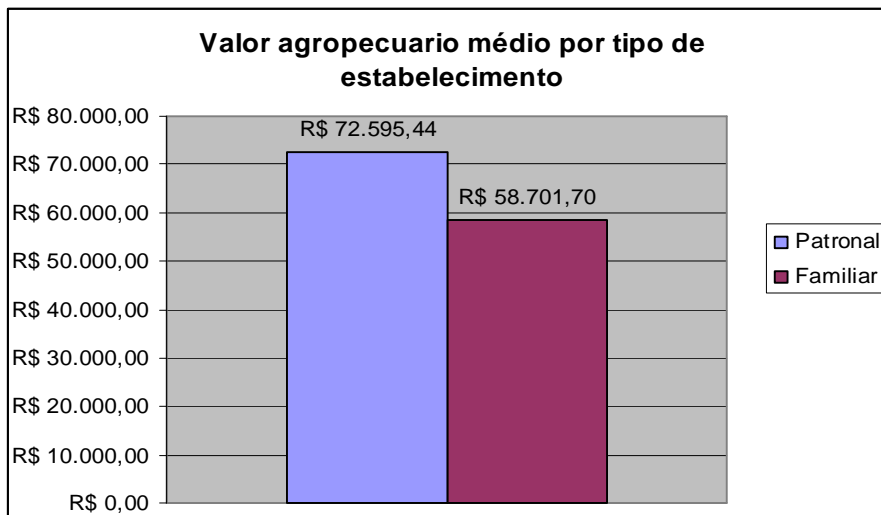


Gráfico 23: Comparação numérica do valor agropecuário médio produzido anualmente por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.



Gráfico 24: Comparação percentual do valor agropecuário médio produzido anualmente por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

Nos quatro primeiros gráficos dessa seção (21 a 24), vemos a participação dos agricultores patronais e familiares na produção total. Pode-se verificar que, em média, os estabelecimentos patronais produzem mais, medido em valores. Também podemos ver que os agricultores patronais são responsáveis por uma parcela maior do valor total produzido.

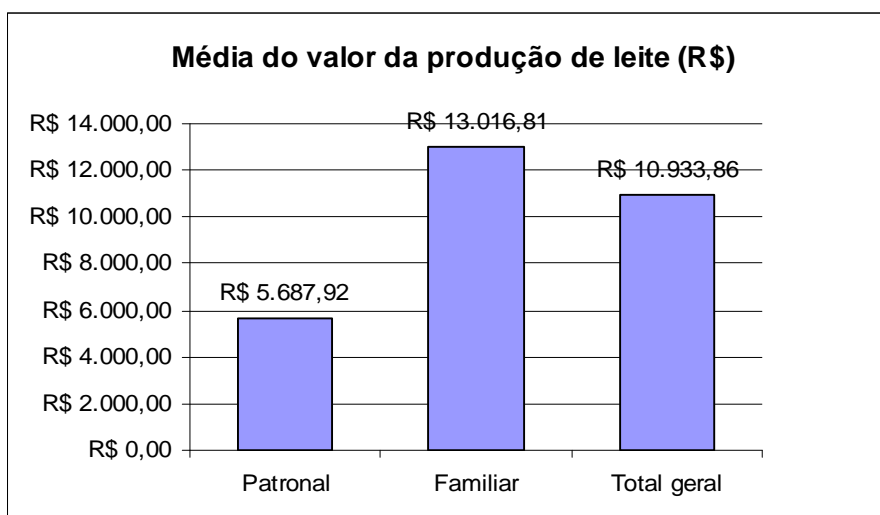


Gráfico 25: Comparação numérica do valor médio da produção anual de leite por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

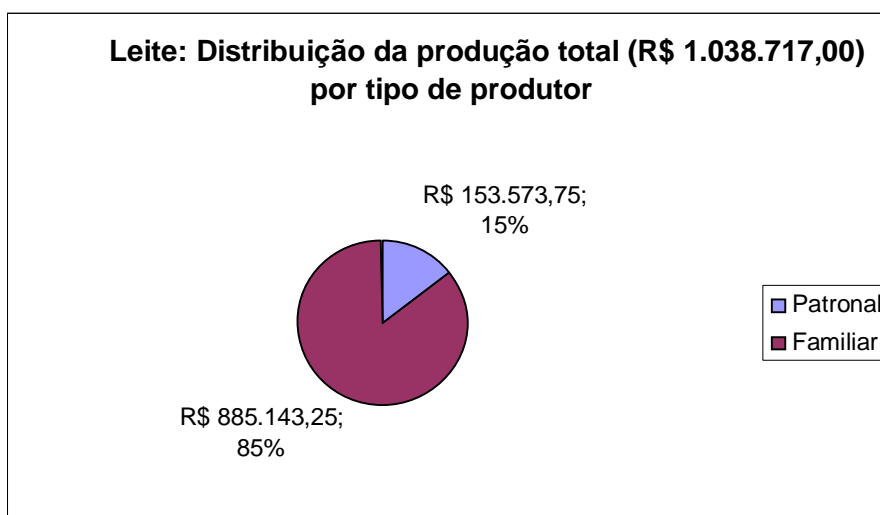


Gráfico 26: Comparação percentual do valor médio da produção anual de leite por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

Em seguida passamos a analisar os mesmos dados para cada produto comercial produzido nos estabelecimentos. Vê-se então que, na produção de leite, predominam os estabelecimentos familiares, respondendo por 85% da produção. A média de valor em reais proveniente da atividade leiteira por produtor também é maior entre os familiares.

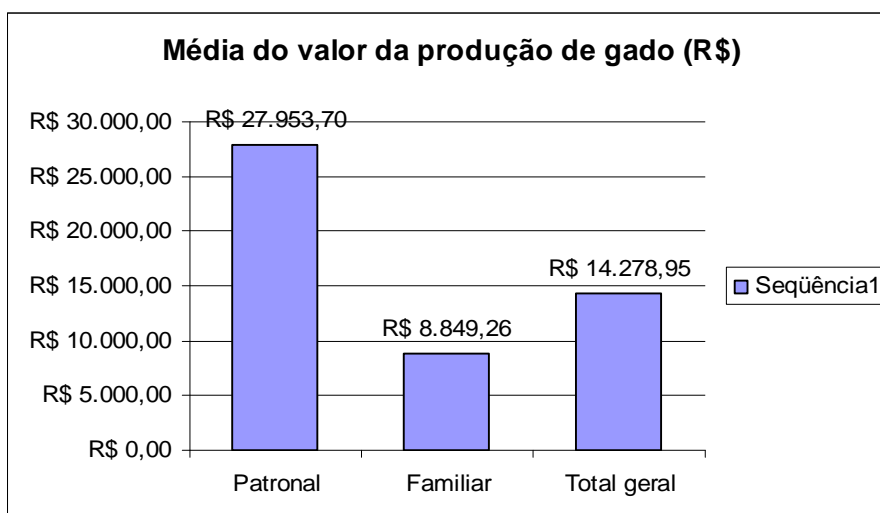


Gráfico 27: Comparação numérica do valor médio da produção anual de gado por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

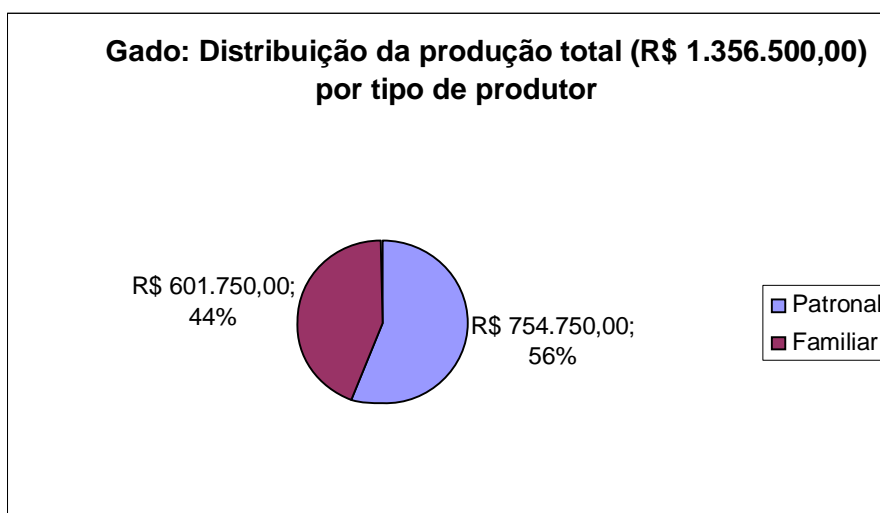


Gráfico 28: Comparação percentual do valor médio da produção anual de gado por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.

Fonte: Pesquisa de campo.

Já na produção de gado pode-se observar o fenômeno oposto. Os agricultores patronais são responsáveis por 70% do valor produzido com o gado, possuindo também uma média por produtor bastante superior aos agricultores familiares.

Podemos compreender isso, considerando a intensidade das atividades. A atividade leiteira é mais intensiva, exigindo maior uso de mão de obra, e proporcionando um ganho menor. Todavia, tende a exigir menores extensões de terra, e proporcionar um ganho muito mais constante que a produção e engorda de gado de corte. Esta atividade tende a exigir pastos maiores, e seu

retorno pode ser bastante irregular – depende do preço da arroba no momento, e exige um tempo maior para recuperar o investimento – o que lhe confere um caráter de investimento, mais que de ganho de vida.

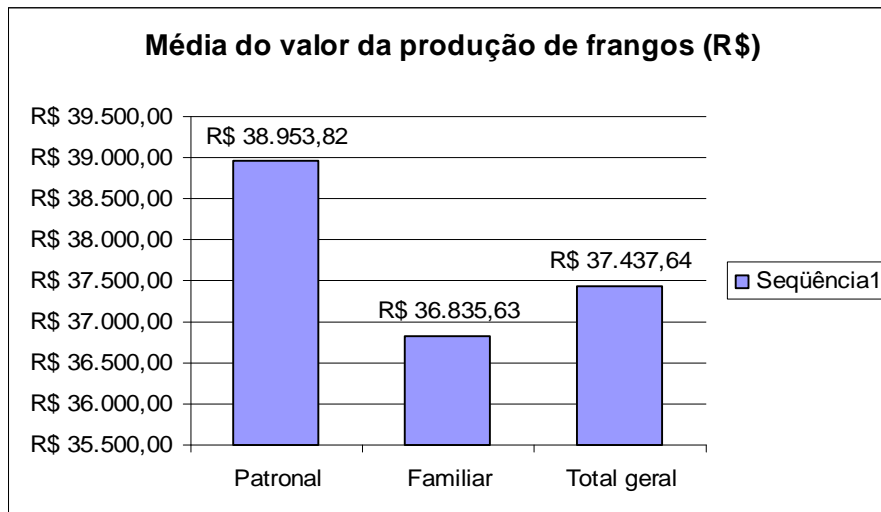


Gráfico 29: Comparação numérica do valor médio da produção anual de frangos por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

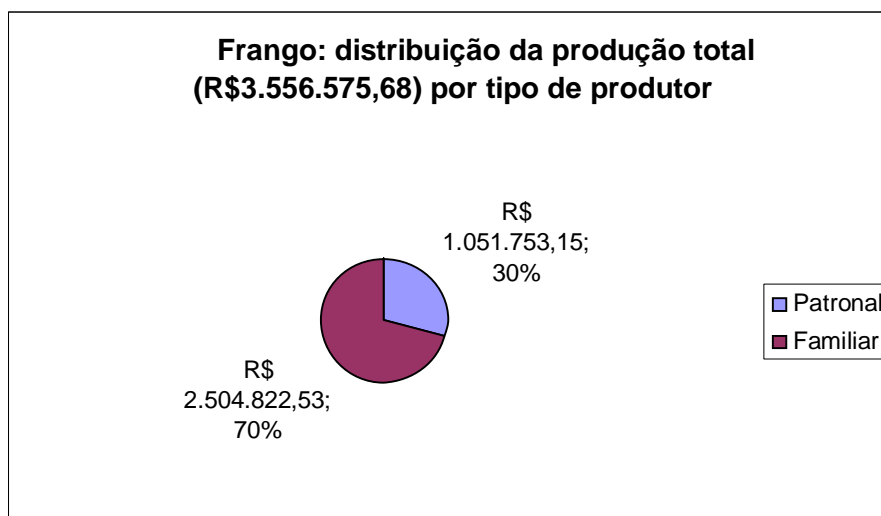


Gráfico 30: Comparação percentual do valor médio da produção anual de frangos por estabelecimento. Por tipo de estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

Na produção de frangos há um desencontro entre o valor produzido médio para cada tipo de estabelecimento e, a contribuição por tipo de estabelecimento para a produção total. Os estabelecimentos patronais produzem, em media, mais frango que os familiares – por isso recebem mais – mas, considerando-se os números totais os agricultores familiares são

responsáveis por uma parcela maior da produção de frangos. Isso ocorre devido ao maior número de agricultores familiares ligados à avicultura. Podemos deduzir desses dados também que a produção de frangos é mais esparsa entre os agricultores familiares e mais concentrada entre os patronais; isto é, cada estabelecimento patronal tende a produzir uma quantidade maior de frangos que os familiares, que preferem operar em escalas menores.

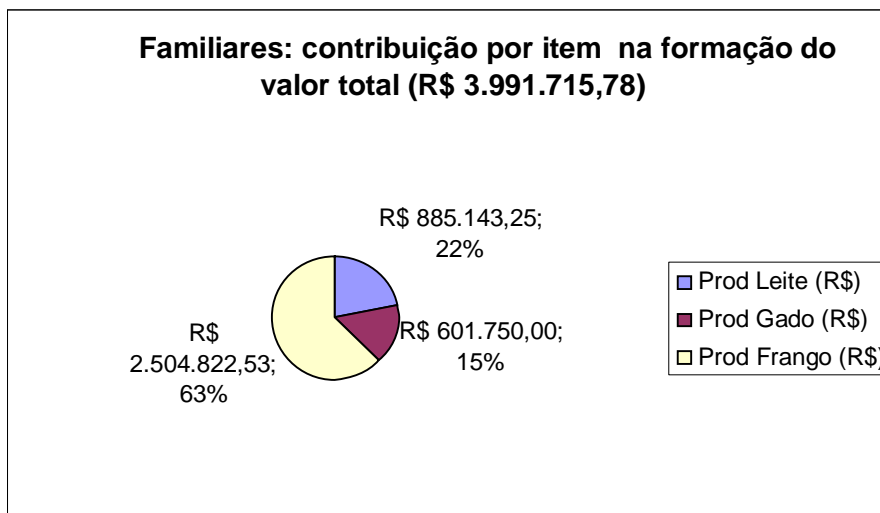


Gráfico 31: Contribuição proporcional de cada produto na formação do valor total para os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

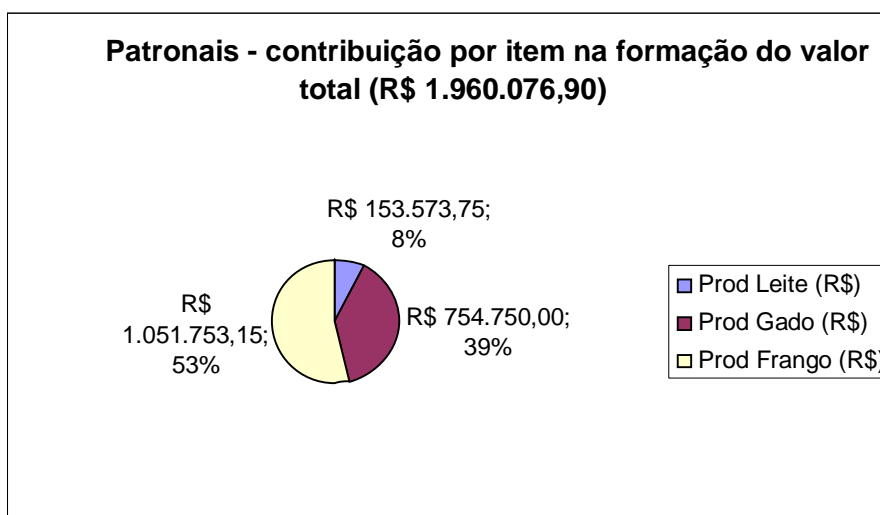


Gráfico 32: Contribuição proporcional de cada produto na formação do valor total para os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

A seguir, examinamos a contribuição de cada um dos principais produtos comerciais na formação do valor agropecuário total por grupos de produtores

(gráficos 31 e 32). Em ambos os grupos a produção mais importante é a de frango, respondendo por mais de metade da soma do valor gerado. Confirma-se aqui, a tendência já percebida à concentração da produção de leite entre os estabelecimentos familiares e de gado entre os patronais. Esses produtos ocupam, respectivamente para cada grupo de produtores, o segundo lugar em termos de geração de valor.

Em ambos os grupos a produção de frango é predominante. Entre os familiares essa proporção é ainda maior, o que indica que esses agricultores são mais dependentes da produção avícola que os patronais. Todavia, isso não significa que o frango ocupe um lugar mais importante na estrutura produtiva desses estabelecimentos que entre os patronais. O que ocorre é que a produção de gado, segundo principal produto entre os patronais é mais bem remunerada que a produção de leite, que ocupa o segundo lugar entre os familiares. Isso faz com que a produção de frango responda por uma parcela maior da renda agropecuária entre os agricultores familiares sem necessariamente significar uma priorização maior dessa atividade.

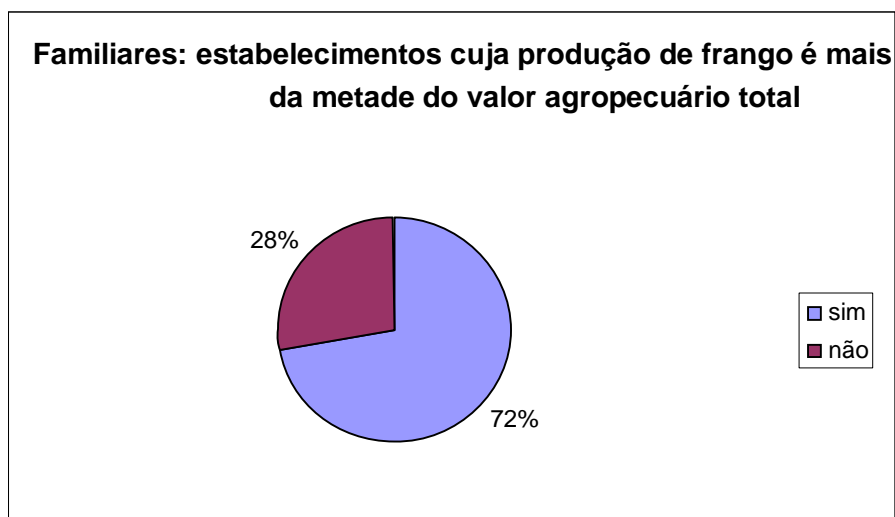


Gráfico 33: Proporção dos estabelecimentos familiares nos quais a produção de frango responde por mais de 50% do valor agropecuário total.

Fonte: Pesquisa de campo.

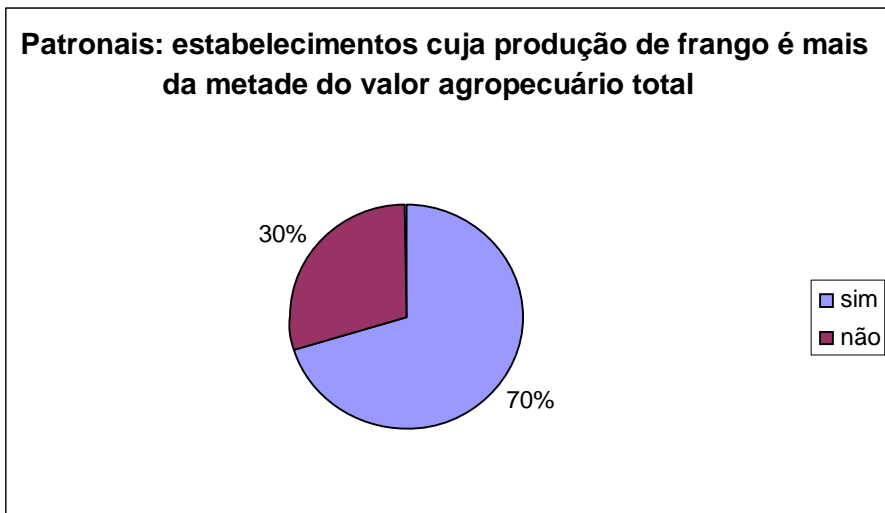


Gráfico 34: Proporção dos estabelecimentos patronais nos quais a produção de frango responde por mais de 50% do valor agropecuário total.
Fonte: Pesquisa de campo.

Essa impressão é reforçada quando analisamos os gráficos seguintes (33 e 34), que trazem, para cada grupo de produtores, a proporção daqueles cuja produção de frango corresponde a mais de metade do valor total agropecuário produzido no estabelecimento; e a proporção dos produtores que se dedicam exclusivamente à avicultura.

Quanto ao primeiro dado, vemos que o número de estabelecimentos onde a produção de frango corresponde a mais da metade do valor produzido é majoritário (aproximadamente 70% nos dois grupos). Isso significa que a avicultura é a maior fonte de renda para esses agricultores, implicando, portanto, na necessidade de permanecer na produção avícola. Significa também que patronais e familiares são igualmente dependentes dessa atividade.

Certamente o fato de dependerem muito da produção avícola se constitui numa fragilidade para esses agricultores, que se tornam mais dependentes da indústria avícola, perdendo poder de negociação.

Por outro lado, vemos que aproximadamente 30% dos produtores não têm na avicultura sua principal fonte de renda – considerando somente as rendas provenientes das atividades agropecuárias – o que representa um número significativo, forçando-nos mais uma vez a rever as teses que aproximam esses agricultores do proletariado.

É necessário lembrar também que, mesmo que a produção de frangos seja a principal, isso não significa necessariamente que seja a única. O recurso a outras fontes de renda pode aumentar o poder de barganha dos agricultores frente as agroindústrias que, devemos lembrar, também concorrem entre si.

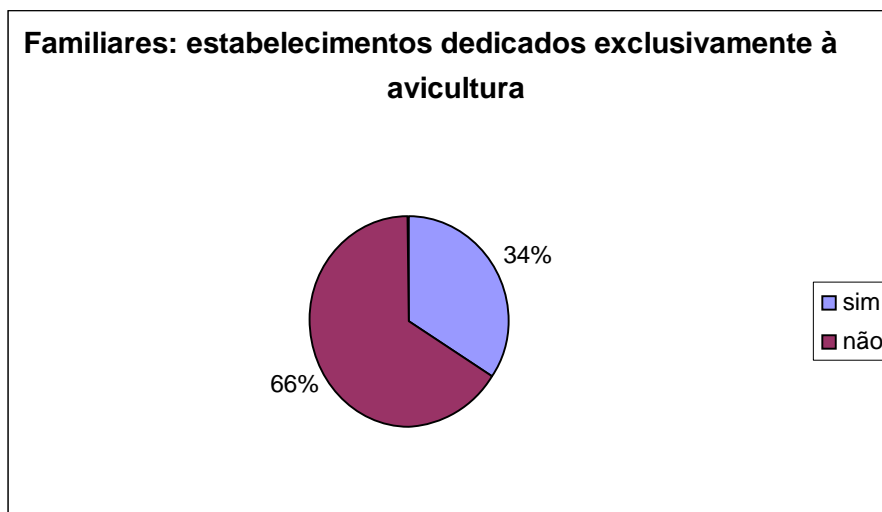


Gráfico 35: Proporção dos estabelecimentos familiares dedicados exclusivamente à avicultura.
Fonte: Pesquisa de campo.

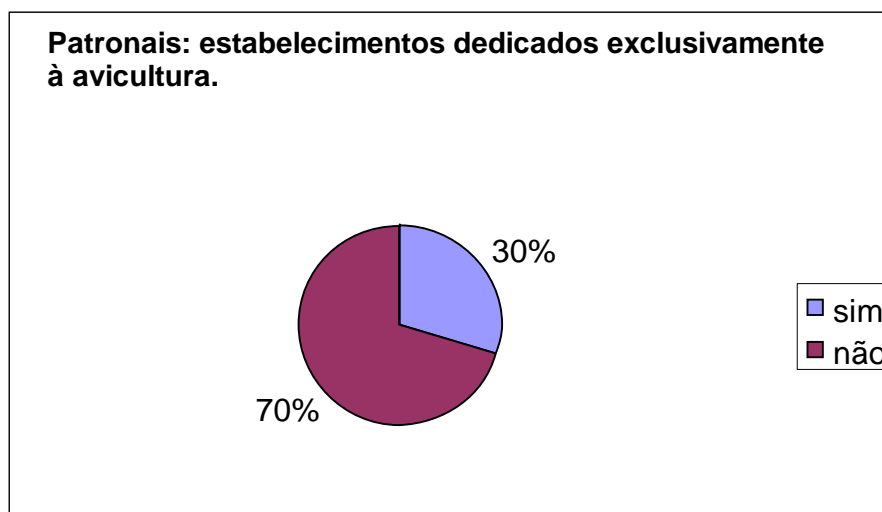


Gráfico 36: Proporção dos estabelecimentos patronais dedicados exclusivamente à avicultura.
Fonte: Pesquisa de campo.

Essa impressão é reforçada pela análise dos gráficos que mostram a proporção de produtores dedicados exclusivamente à avicultura. Aí a proporção se inverte, sendo de aproximadamente 30% a quantidade de produtores dedicados exclusivamente a essa atividade. A maioria dos produtores pode,

deste modo, ser considerada policultores (PAULILO, 1990), pois não dependem somente de um produto.

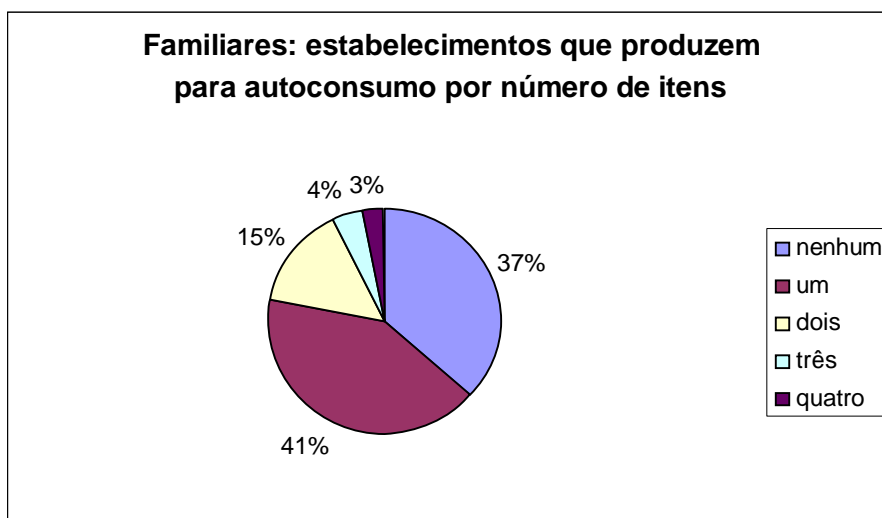


Gráfico 37: Proporção dos estabelecimentos familiares que produzem para autoconsumo por número de itens.

Fonte: Pesquisa de campo.

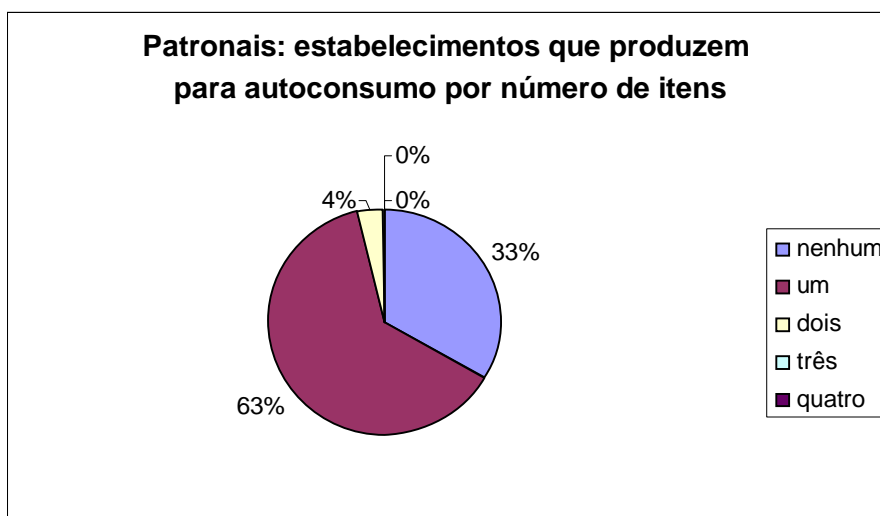


Gráfico 38: Proporção dos estabelecimentos familiares que produzem para autoconsumo por número de itens.

Fonte: Pesquisa de campo.

Nos gráficos acima analisamos a produção voltada para o autoconsumo. Surpreendentemente, a proporção de estabelecimentos que produzem ao menos um item para consumo próprio é maior entre os patronais. Isso se explica porque, muitas vezes, os patrões permitem que seus funcionários tenham hortas ou criem animais para consumo próprio. Quanto aos estabelecimentos familiares, embora apresentem uma proporção maior entre os

que não produzem qualquer item para consumo próprio, encontram-se nesse grupo os estabelecimentos que produzem o maior numero de itens voltados ao consumo interno.

Abaixo, encontram-se os gráficos relacionados à renda dos produtores estudados.

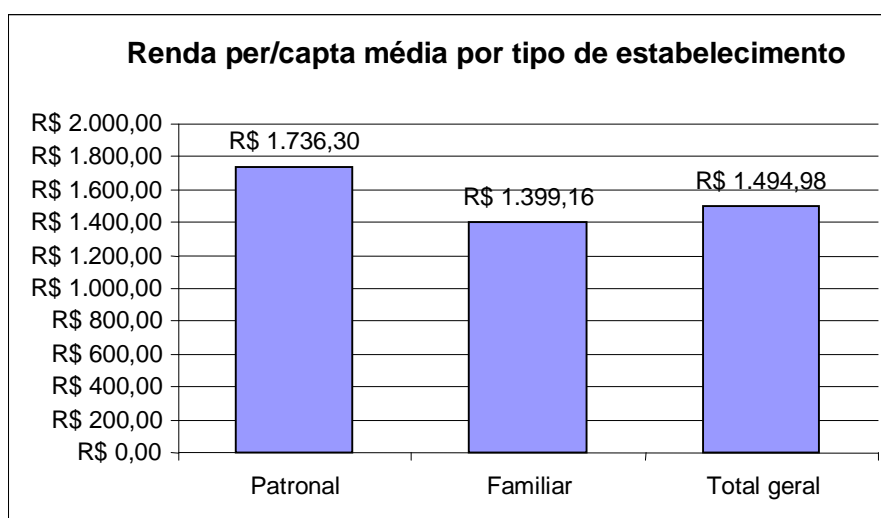


Gráfico 39: Renda per/capta média por tipo de estabelecimento
Fonte: Pesquisa de campo.

O gráfico 39 acima traz a estimativa da renda média por tipo de estabelecimento. É necessário ressaltar que a renda deve estar superestimada, pela dificuldade em se calcular os custos de produção. Todavia, em nossas visitas a campo pudemos ver que realmente, o padrão de vida dos agricultores do município é relativamente elevado, quando comparado aos trabalhadores da cidade. Mesmo entre os funcionários, a avaliação geral era de que a vida no campo ainda se mostrava mais compensadora que na cidade, considerando-se claro, as alternativas de trabalho possíveis para esses indivíduos. Pudemos inclusive encontrar famílias que haviam migrado no sentido contrario ao tradicional, ou seja, mudaram-se da cidade para o campo.

É preciso ter cuidado quando se compara os padrões de vida, e as rendas provenientes de trabalhos da cidade ou do campo, pois as médias podem ser enganadoras: qual a alternativa real para um trabalhador, muitas vezes com pouca escolaridade, que deixa o campo em direção à cidade? Provavelmente não irá ocupar as profissões mais compensadoras, que puxam a

média citadina para cima. Comparando-se suas alternativas reais de trabalho, o agricultor tende a desejar permanecer no campo. Devemos no entanto abrir uma exceção para os filhos que muitas vezes conseguem, graças ao relativo conforto proporcionado pelo estabelecimento familiar, alcançar um grau mais elevado de educação formal, deixando, aí sim o estabelecimento dos pais em busca de atividade mais compensadora na cidade.

Embora as rendas estejam superestimadas, pode-se acreditar que estejam igualmente superestimadas para os dois grupos. Portanto, a relação ainda é válida. Temos assim, que a renda média é maior para os patronais que para os familiares.

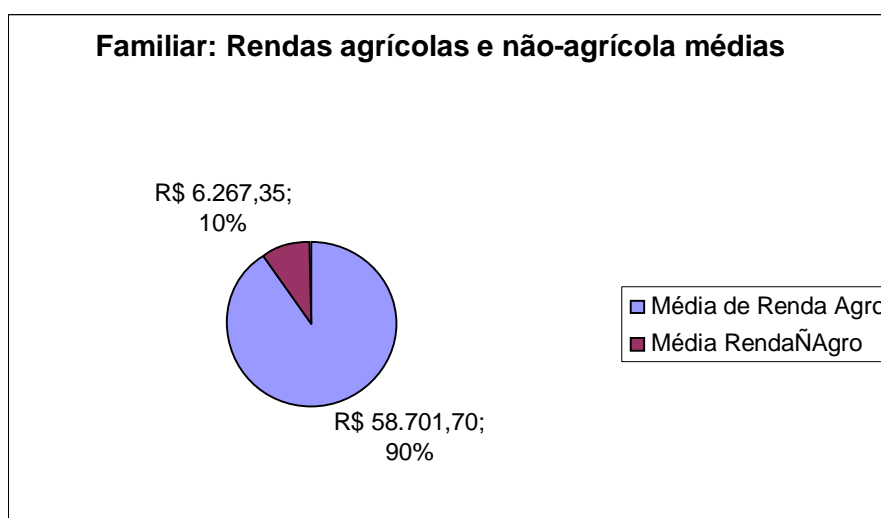


Gráfico 40: Comparação proporcional das rendas agrícolas e não-agrícolas para os estabelecimento familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

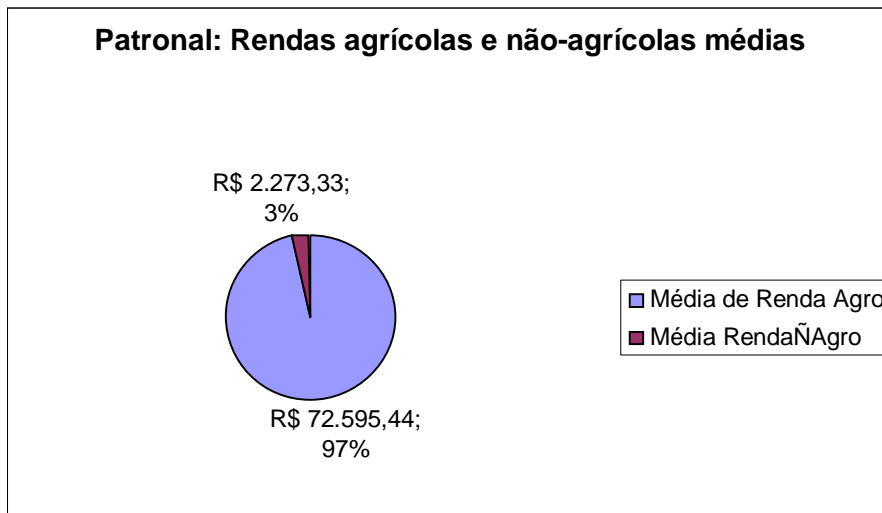


Gráfico 41: Comparação proporcional das rendas agrícolas e não-agrícolas para os estabelecimento patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Nos dois outros gráficos (40 e 41), onde se comparam as rendas provenientes das atividades agropecuárias, com aquelas provenientes de atividades não-agrícolas, pode-se notar que essa segunda fonte de renda tem maior importância para os estabelecimentos familiares.

5.3 Caracterização da produção integrada de frangos.

Apresentam-se nesta seção alguns dados indicativos da relação estabelecida entre empresa e agricultor, bem como dados a respeito do nível de mecanização dos estabelecimentos. Tomamos por pressuposto a conclusão demonstrada nos trabalhos de Paulilo (PAULILO, 1990) e Mior (MIOR, 1992), de que a relação entre integrados e integradores deve ser compreendida como um campo de forças. Ou seja, é uma relação conflituosa e desigual. Porém, isso não significa que os agricultores estejam completamente submetidos à empresa: eles agem, procurando, entre as alternativas possíveis, aquela que lhes proporcione uma melhor situação.

Não se pretende construir um índice para medir o grau de dependência/autonomia dos produtores em relação à empresa. Apenas analisaremos alguns indicadores a respeito desse relacionamento, e comparamos os resultados para os dois grupos de estabelecimentos definidos.

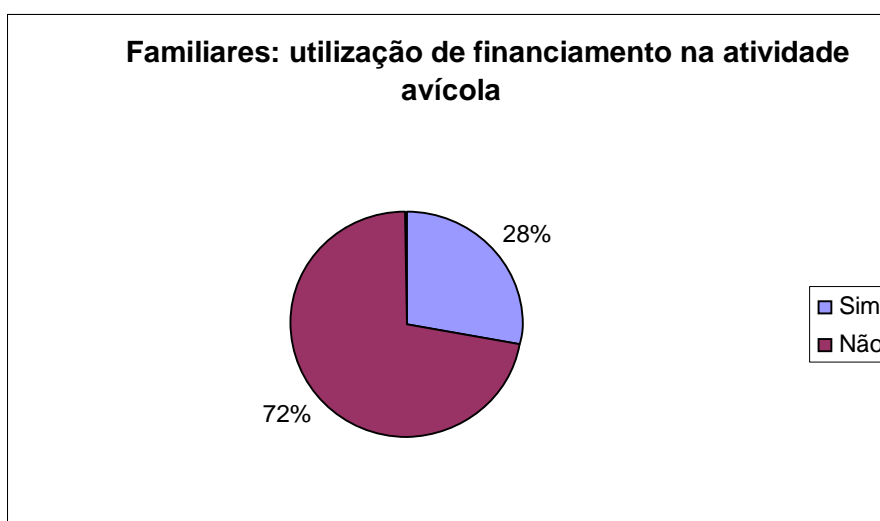


Gráfico 42: Porcentagem de estabelecimentos familiares que fizeram uso de financiamento para investir na avicultura.

Fonte: Pesquisa de campo.

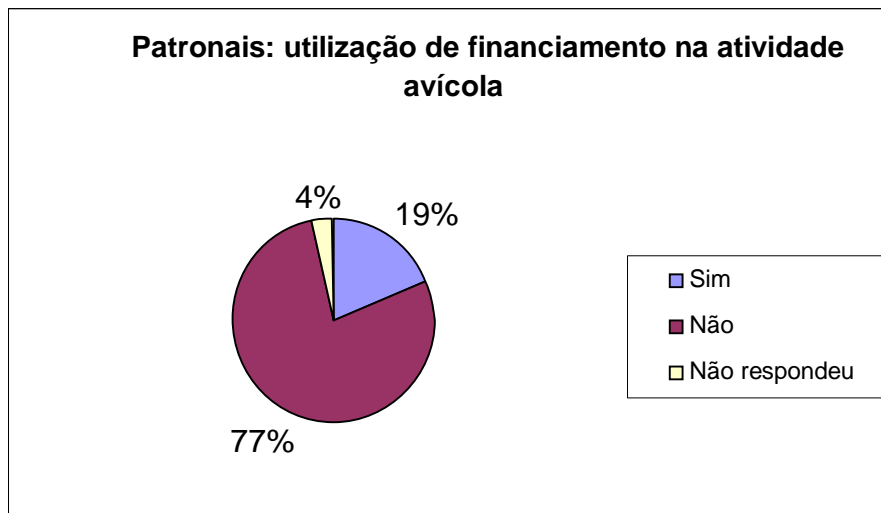


Gráfico 43: Porcentagem de estabelecimentos patronais que fizeram uso de financiamento para investir na avicultura.
 Fonte: Pesquisa de campo.

Os primeiros dois gráficos desta seção (42 e 43) mostram a utilização de financiamento com a finalidade de investir na atividade avícola para os dois grupos. Vemos aí que a porcentagem de estabelecimentos que utilizaram financiamento para investir na atividade avícola é minoritária nos dois grupos. Foi possível perceber nas conversas com os agricultores certa resistência ao financiamento, um medo de contrair dívidas que não se sabe se poderá saldar.

Apesar dessa resistência, a necessidade de dinheiro para investimentos produtivos leva alguns agricultores a recorrerem a empréstimos em instituições financeiras, geralmente bancos. Essa situação é minoritária nos dois grupos, embora representem uma parcela maior entre os agricultores familiares. O maior uso de financiamento por parte desses agricultores é, provavelmente, consequência da renda mais baixa.

Familiares: adiantamento da empresa para investir na atividade avícola

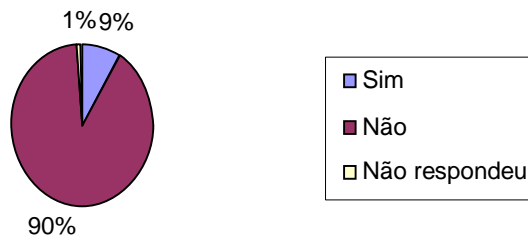


Gráfico 44: Porcentagem de estabelecimentos familiares que fizeram empréstimo junto à agroindústria para investir na avicultura.

Fonte: Pesquisa de campo.

Patronais: adiantamento da empresa para investir na atividade avícola

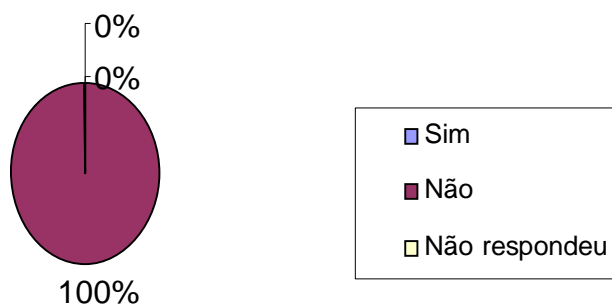


Gráfico 45: Porcentagem de estabelecimentos patronais que fizeram empréstimo junto à agroindústria para investir na avicultura.

Fonte: Pesquisa de campo.

Nos gráficos 44 e 45, que mostram a utilização percentual de adiantamentos por parte da empresa avicultora para se investir em equipamentos nos barracões, vemos uma resistência maior ainda a esse tipo de endividamento. Nenhum agricultor patronal fez uso desse recurso, e apenas 9% dos familiares o fizeram, o que parece indicar uma aversão dos agricultores em se endividar. Aversão que aumenta quando o credor passa a ser a integradora. As suposições de que o agricultor integrado ficaria preso à empresa devido ao débito contraídas junto à mesma, que alguns autores

chegam a comparar a uma escravidão por dívida (PAULILO, 1991), não se confirmam diante desses dados.

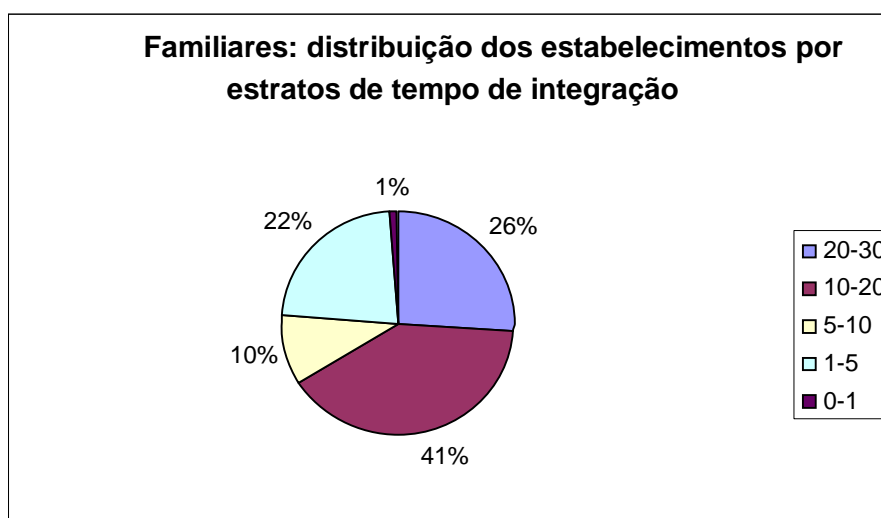


Gráfico 46: Distribuição dos estabelecimentos familiares em função do tempo que praticam a avicultura integrada.
Fonte: Pesquisa de campo.

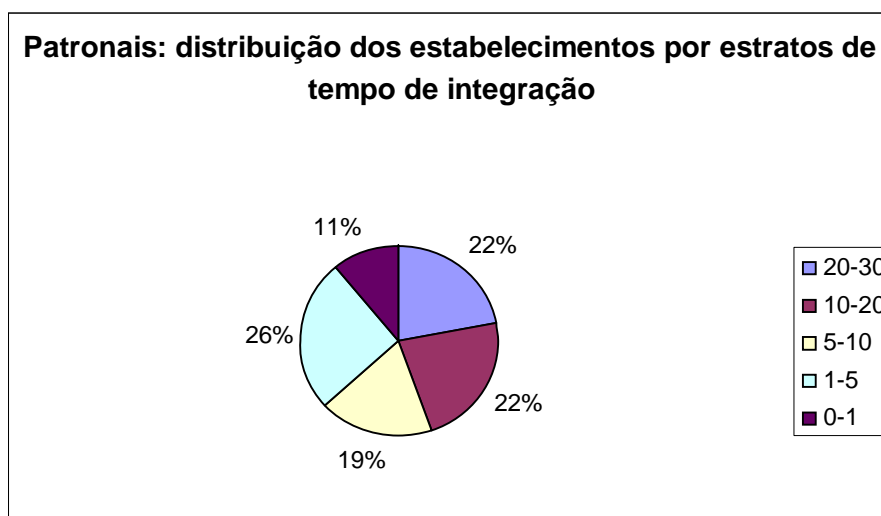


Gráfico 47: Distribuição dos estabelecimentos patronais em função do tempo que praticam a avicultura integrada.
Fonte: Pesquisa de campo.

Nos gráficos que exibem a distribuição proporcional de estabelecimentos pelo tempo que produzem frango dentro do sistema de integração (não necessariamente com a mesma empresa) vemos que entre os agricultores familiares, encontramos a maior proporção dos que estão integrados há mais tempo. Isso parece indicar que, no início, os estabelecimentos familiares foram os mais procurados pelas empresas. Com o avanço da atividade e

provavelmente o aumento de escala produtiva, mais agricultores patronais passaram a se interessar pela atividade. Isso pode estar relacionado ao fato de muitos agricultores familiares já possuírem conhecimentos prévios na área de criação de frangos. Alguns até em escala comercial, como veremos a seguir.

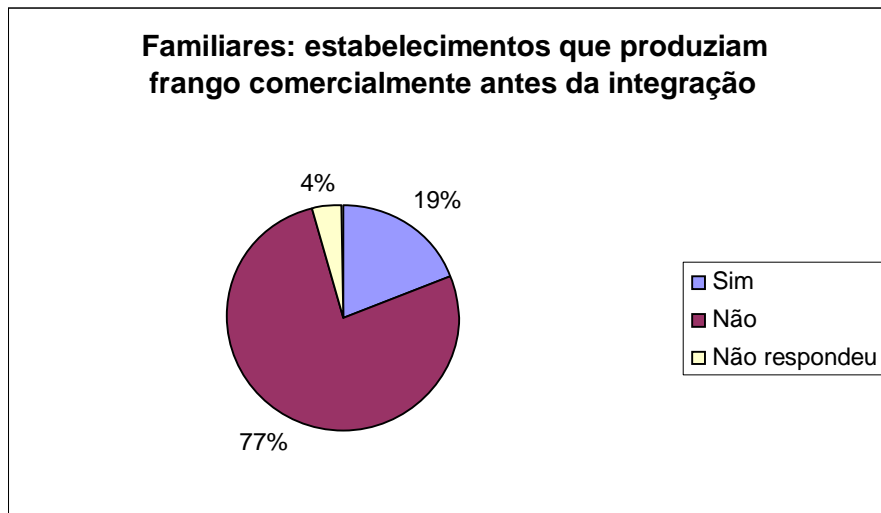


Gráfico 48: Porcentagem de estabelecimentos familiares que produziam frango antes da integração.

Fonte: Pesquisa de campo.

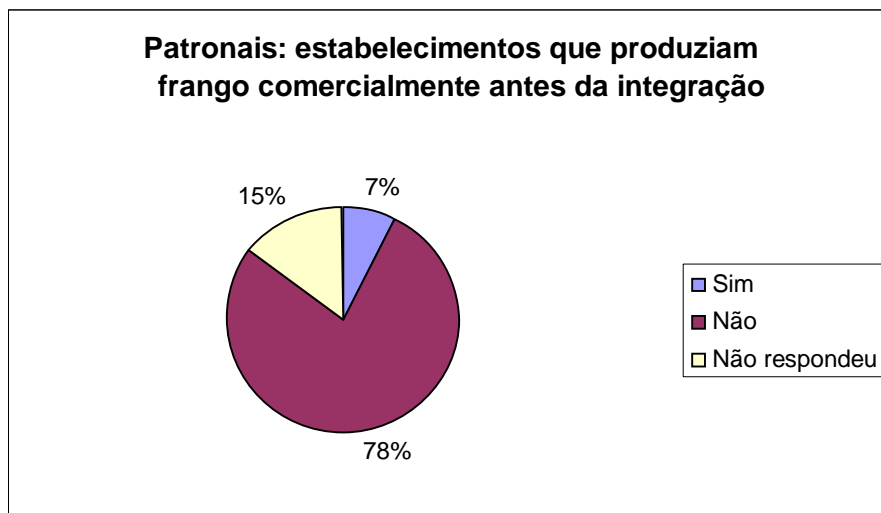


Gráfico 49: Porcentagem de estabelecimentos patronais que produziam frango antes da integração.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dois gráficos acima mostram a porcentagem de estabelecimentos que já realizavam a criação comercial de frango antes que o sistema de integração se tornasse dominante na região. Vemos nesses gráficos que entre os

estabelecimentos familiares é mais comum que a criação comercial de frangos anteceda o processo de integração.

Segundo autores que analisaram o desenvolvimento da avicultura no Brasil (SORJ, POMPERMAYER, CORADINI, 1982), essa é uma característica que diferencia a avicultura industrial do estado de São Paulo, daquela que se desenvolveu nos estados do sul do país: aqui, o processo de integração na produção avícola foi se desenvolvendo paulatinamente, conforme a introdução de novas técnicas possibilitava a acumulação de capital nessa atividade, fazendo com que grandes empresas ocupassem o lugar dos produtores independentes que já existiam.

Portanto, a industrialização da atividade avícola no estado, com o conseqüente processo de integração, ocorreu por etapas, muitas vezes englobando antigos produtores independentes. Nos estados sulinos por outro lado, a produção de frangos já nasce integrada, é introduzida pelas indústrias, que inicialmente trabalhavam com suínos.

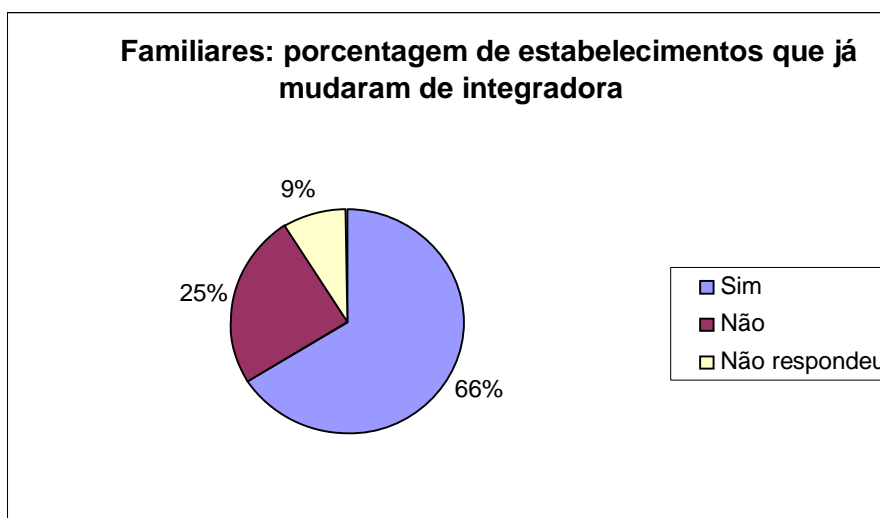


Gráfico 50: Porcentagem de estabelecimentos familiares que mudaram ao menos uma vez de integradora; contando-se a partir do momento em que estabeleceu-se relações com a agroindústria.

Fonte: Pesquisa de campo.

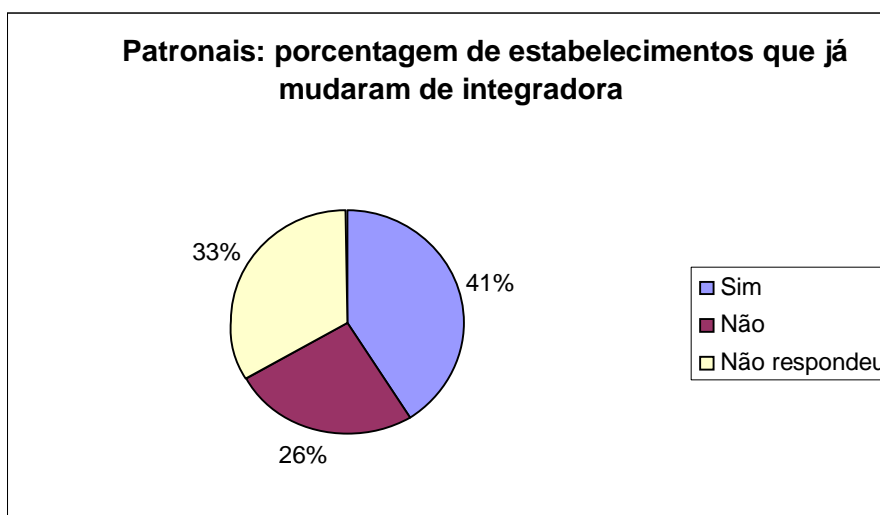


Gráfico 51: Porcentagem de estabelecimentos patronais que mudaram ao menos uma vez de integradora; contando-se a partir do momento em que estabeleceu-se relações com a agroindústria.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os gráficos 50 e 51 desta seção mostram a porcentagem de agricultores que já mudaram, ao menos uma vez, de empresa integradora. Nos dois grupos essa porcentagem é relevante, embora minoritária entre os estabelecimentos patronais. Deve-se, contudo, fazer uma ressalva antes de concluir que os agricultores familiares migram mais de empresa que os patronais. Devido ao fato de grande parte dos formulários referentes aos agricultores patronais terem sido respondidos por funcionários, encontra-se entre esses um grande número de respostas inválidas, o que dificulta a análise. É provável que os agricultores patronais migrem de integradora tanto quanto os familiares.

Esse dado reforça a visão de que os agricultores não se encontram totalmente presos à empresa, dada a grande frequência de com que eles procuram outro integrador, que lhes ofereça uma relação mais vantajosa. Essa mudança pode ser motivada em função do preço pago pelo frango, ou por outros motivos como prazos de pagamentos; busca de uma melhor assistência técnica; ou de mais agilidade por parte empresa no processo de recolhimento dos frangos adultos e novo alojamento de pintinhos, aumentando a produtividade por período.

Dando continuidade à caracterização da produção avícola nos estabelecimentos pesquisados, passamos agora a analisar o nível de mecanização/modernização dos estabelecimentos. Em relação a esse assunto,

seguimos em parte a orientação tomada na pesquisa coordenada por Lamarche (LAMARCHE, 1998). Todavia, não localizamos cada estabelecimento num eixo imaginário que vai do mais tradicional ao mais moderno, como foi feito na pesquisa de referência. Ao invés disso, utilizamos parte dos mesmos indicadores para fazer uma análise comparativa dos dois grupos estudados.

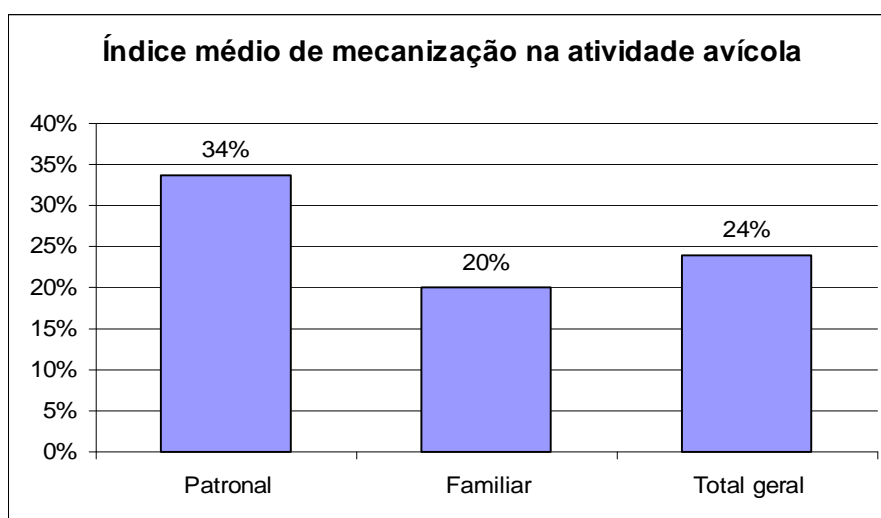


Gráfico 52: Índice médio de mecanização na atividade avícola por tipo de estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

No primeiro gráfico (52) pode-se observar, para cada grupo, a média do índice de modernização avícola. Como já dissemos esse índice mede apenas a avicultura, e foi obtido dividindo-se o número de barracões automatizados pelo número total de barracões existentes no estabelecimento.

É possível ver nesse primeiro gráfico que os estabelecimentos patronais são em média mais automatizados que os familiares, no que diz respeito à atividade avícola. Isso provavelmente está relacionado à maior capacidade financeira dos produtores patronais, o que lhes permite gastar mais com a mecanização da atividade. Todavia, deve-se notar que a diferença entre as médias de automação entre os dois grupos, embora não possa ser desprezada, não é muito grande (de 34% para os patronais e 20% para os familiares), o que indica que um número significativo de agricultores familiares também foi capaz de mecanizar sua produção avícola.

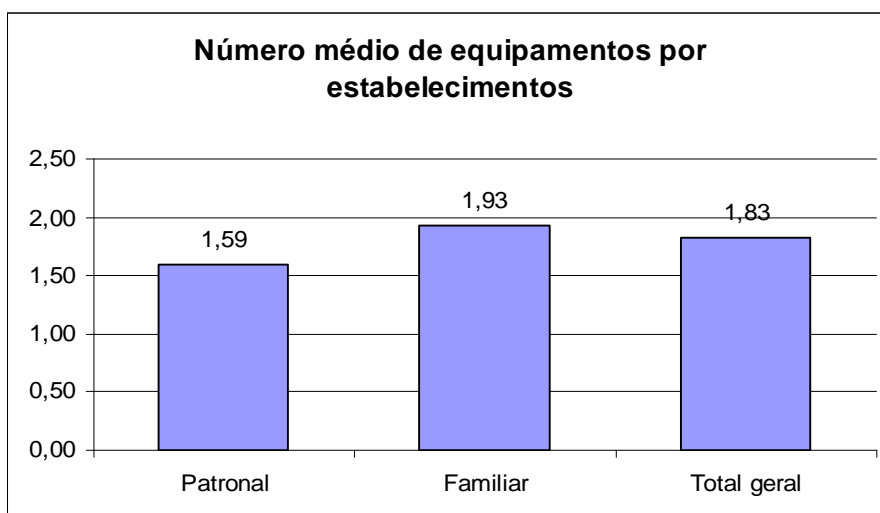


Gráfico 53: Número médio de equipamentos por estabelecimento por tipo de estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

Ao contrario que foi possível constatar no gráfico anterior, o gráfico acima que mostra o número médio de equipamentos presentes em cada estabelecimento (como tratores, caminhões, ordenhadeiras) exibe um predomínio dos familiares ante os patronais. Com esses dados podemos concluir que os estabelecimentos patronais não são necessariamente mais modernizados que os familiares em todas as atividades agrícolas, mas apenas na avicultura.

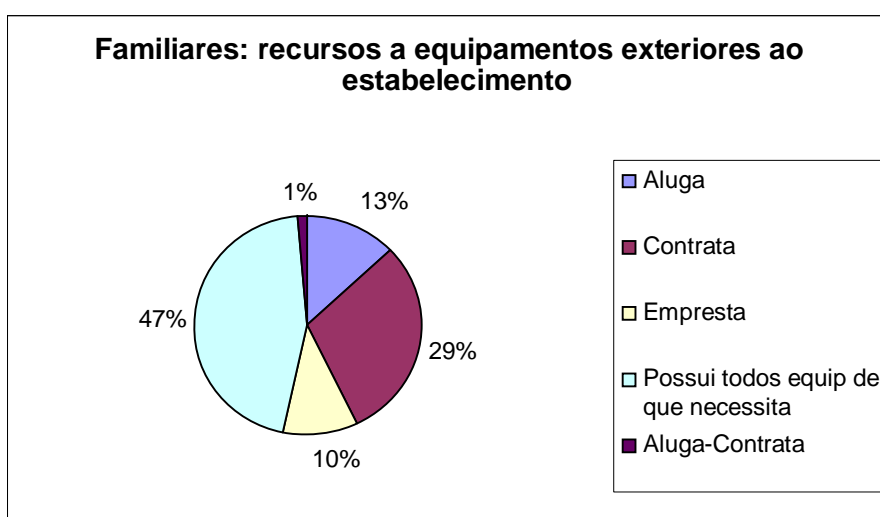


Gráfico 54: Uso de equipamentos que os agricultores não possuem, entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

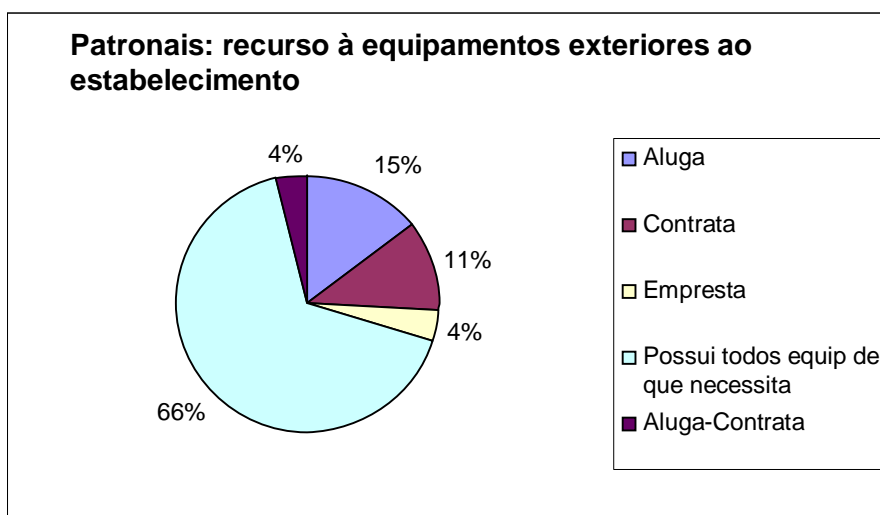


Gráfico 55: Uso de equipamentos que os agricultores não possuem, entre os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto ao uso de equipamentos que não o estabelecimento possui (gráficos 54 e 55), vemos que os estabelecimentos familiares lançam mão desse recurso mais que os patronais, apesar de os últimos possuírem menor número médio de equipamentos.

Os dados acima parecem estar ligados ao tipo de atividade desenvolvida no estabelecimento. Como veremos na análise da produção agropecuária, nos estabelecimentos patronais, a produção de gado disputa com o frango a predominância, enquanto que nos familiares é a produção de leite que ocupa o segundo lugar em importância. Considerando que a produção de leite tende a exigir mais equipamentos que a criação de gado – especialmente se for uma criação extensiva – poderemos compreender esses dados aparentemente contraditórios. A atividade leiteira exige, muitas vezes, a ordenha mecânica, além do resfriador de leite e do transporte. A criação de gado não é tão intensiva no uso de equipamentos.

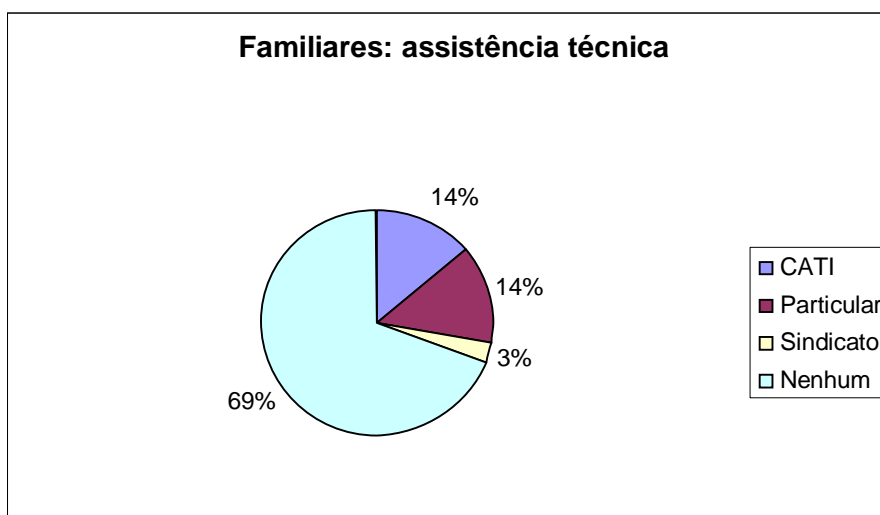


Gráfico 56: Assistência técnica prestada aos estabelecimentos familiares; com exceção da integradora.

Fonte: Pesquisa de campo.

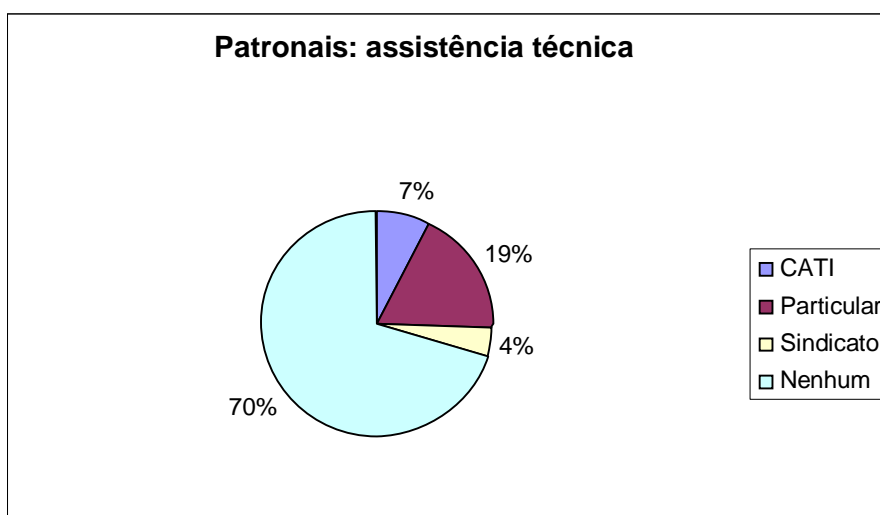


Gráfico 57: Assistência técnica prestada aos estabelecimentos familiares; com exceção da integradora.

Fonte: Pesquisa de campo.

Por último, vêm-se os dados relativos à assistência técnica. Pode-se verificar aí uma proporção quase igual (majoritária para ambos os grupos) de estabelecimentos que não recebem qualquer tipo de assistência técnica, a não ser da empresa avicultora. Isso demonstra a fragilidade das instituições publicas de assistência técnica no local. Dentre os que recebem assistência técnica de outra instituição, vemos uma pequena diferença entre patronais e familiares na porcentagem daqueles que utilizam assistência particular – maior entre os patronais - e daqueles que a recebem do órgão governamental – maior

entre os familiares. Mais uma vez, pode-se atribuir esse fator ao maior poder econômico dos agricultores patronais.

5.4 Caracterização das famílias e da sociabilidade.

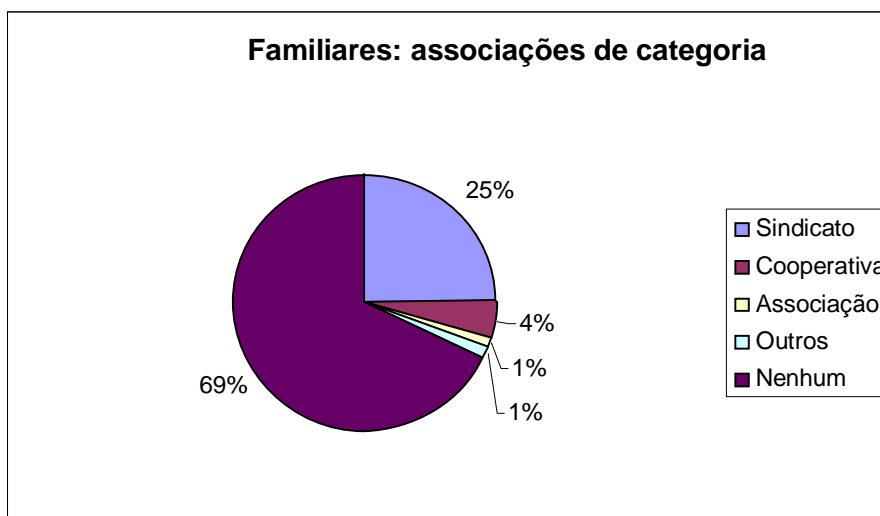


Gráfico 58: Participação em associações de categoria entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

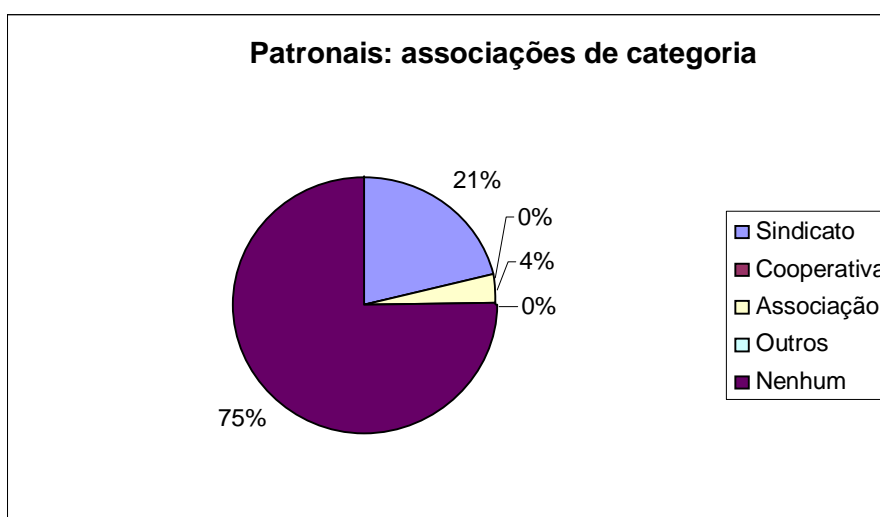


Gráfico 59: Participação em associações de categoria entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Os dois primeiros gráficos desta subseção da dissertação (dedicada a avaliar o produtor em suas relações com a sociedade e suas representações diante da mesma) visam medir a inclinação dos produtores a se filiar às associações de classe.

Salta aos olhos que os agricultores associados a qualquer instituição de representação de interesses constituem uma minoria. Vê-se também que entre os estabelecimentos patronais esse número tende a ser menor ainda que entre os familiares.

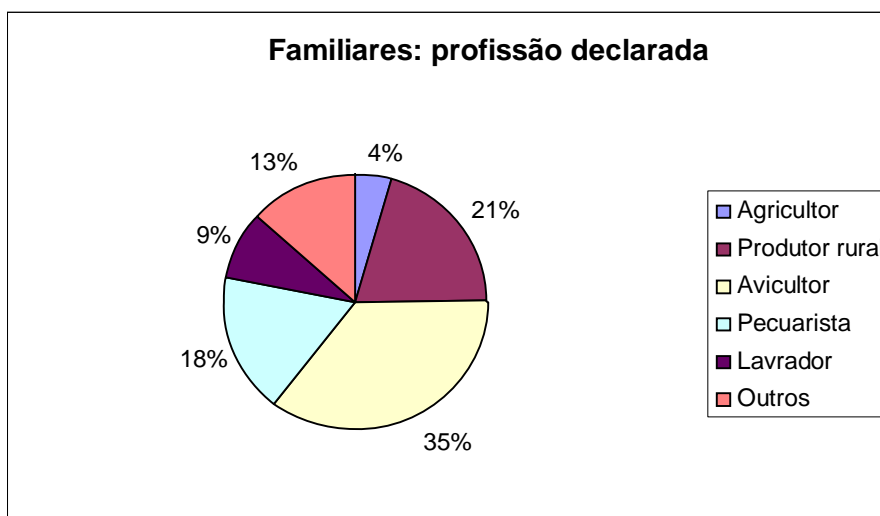


Gráfico 60: Profissão com a qual o produtor se identifica entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

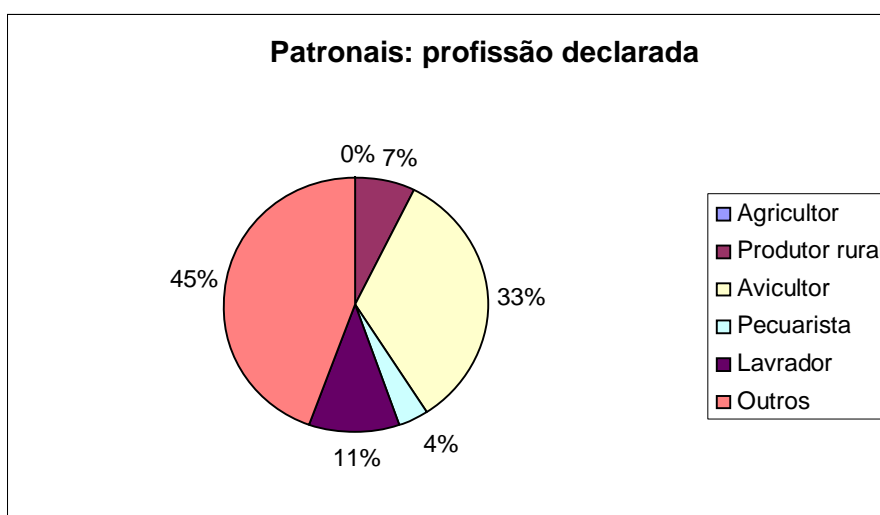


Gráfico 61: Profissão com a qual o produtor se identifica entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

O terceiro e quarto gráficos dessa seção (60 e 61), mostram como esses produtores definem sua própria profissão. As principais discrepâncias entre os dois grupos se encontram nas categorias agricultor, produtor rural, pecuarista e outros. A primeira categoria simplesmente não aparece entre os estabelecimentos patronais. A segunda e terceira categorias são consideravelmente maiores entre os produtores familiares que entre os patronais. A última categoria é mais presente nos estabelecimentos patronais.

Quanto às categorias agricultor e produtor rural, são categorias bastante gerais, geralmente utilizadas por aquelas pessoas que trabalham diretamente

com a terra, por isso aparecerem mais entre os familiares. Os agricultores patronais, por outro lado, tendem a se ver como empresários ou administradores, o que pode explicar a maior frequência de outros entre esses agricultores. Todavia, nos surpreendeu o fato da maior frequência de agricultores que se classificaram como pecuaristas encontrarem-se entre os familiares.

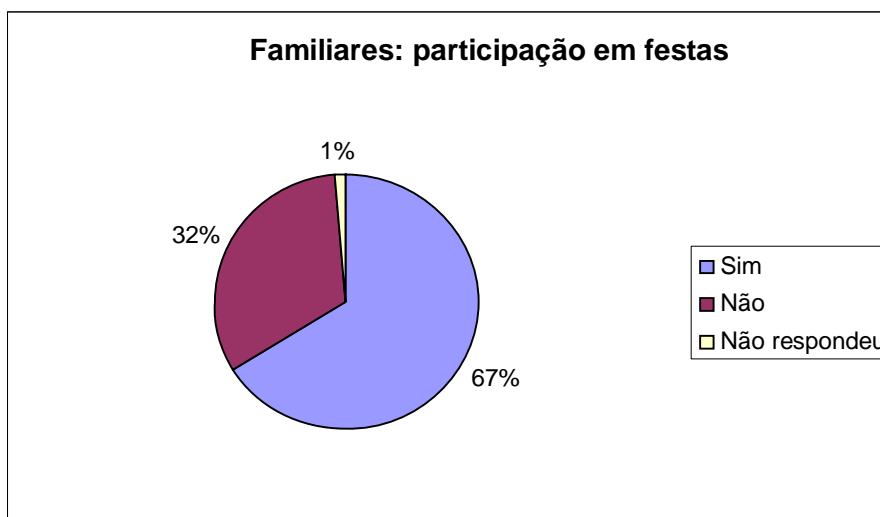


Gráfico 62: Participação em festas tradicionais da vizinhança entre os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

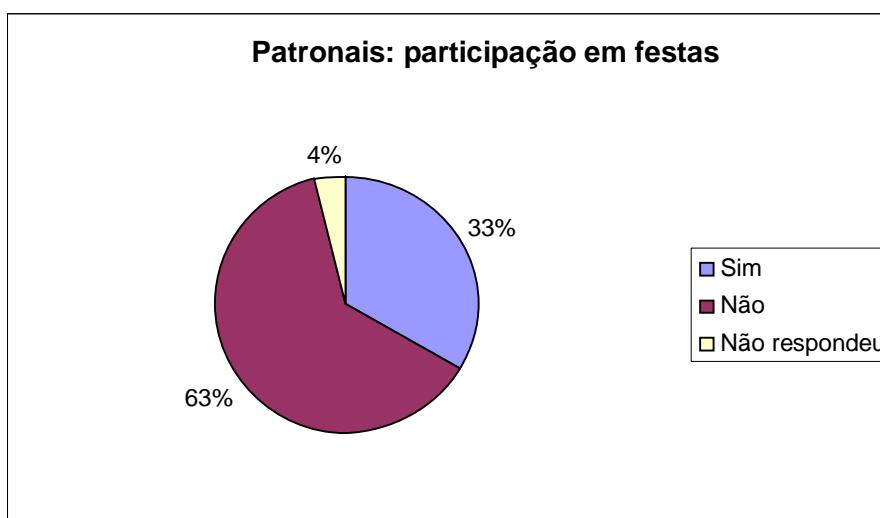


Gráfico 63: Participação em festas tradicionais da vizinhança entre os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Já os gráficos referentes à participação em festas tradicionais (62 e 63) mostram exatamente o que era de se esperar: uma maioria de participantes

entre os familiares e uma minoria entre os patronais. Mais que isso, os números são quase intercambiáveis entre si.

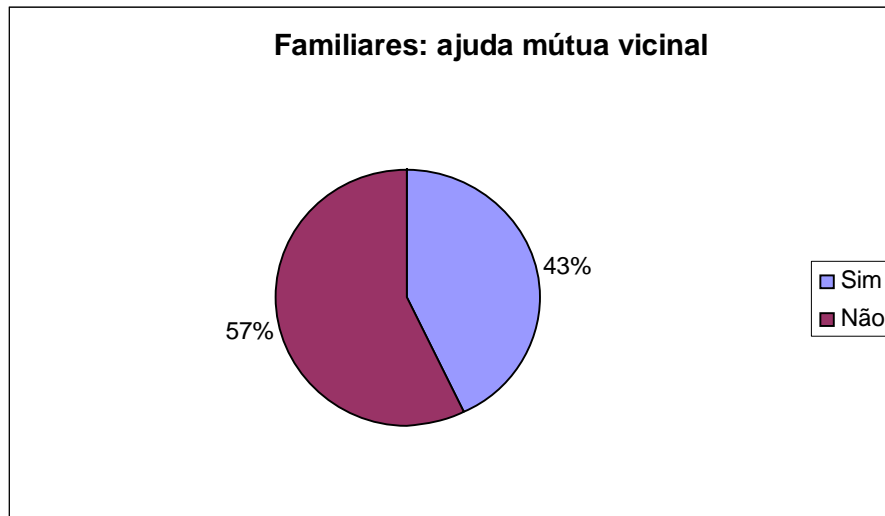


Gráfico 64: Existência de ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

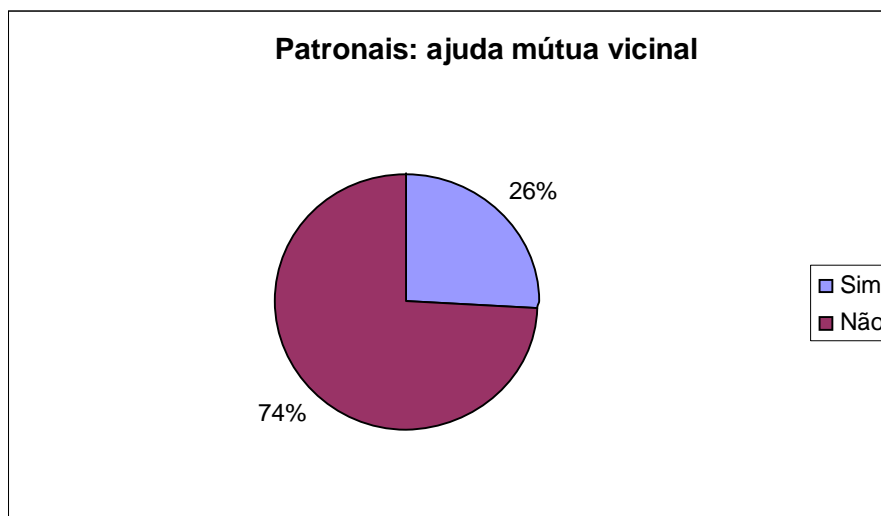


Gráfico 65: Existência de ajuda mútua entre vizinhos, amigos e parentes entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Também os gráficos acima, a respeito da utilização de ajuda mútua vicinal, mostram que esse fato é mais presente entre os agricultores familiares, embora seja minoritário nos dois grupos.

Encontram-se aí dois dados sobre a sociabilidade dos agricultores onde os números claramente discrepam entre os patronais e familiares, reforçando a tese de que a definição a partir do uso de mão de obra é capaz de determinar –

(se não de modo absoluto, mais adequadamente que outros critérios normalmente utilizados: como limite fundiário ou de renda) dois grupos socialmente distintos.

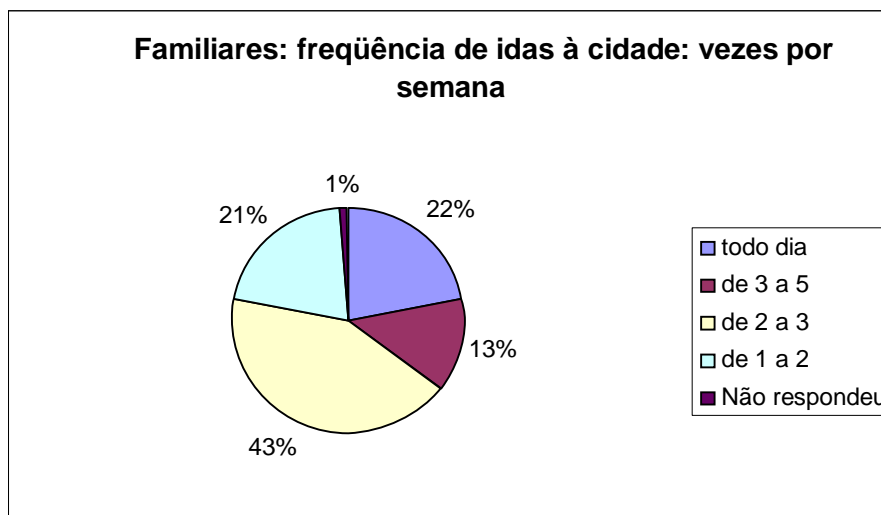


Gráfico 66: Freqüência com que os membros da família visitam o centro urbano entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

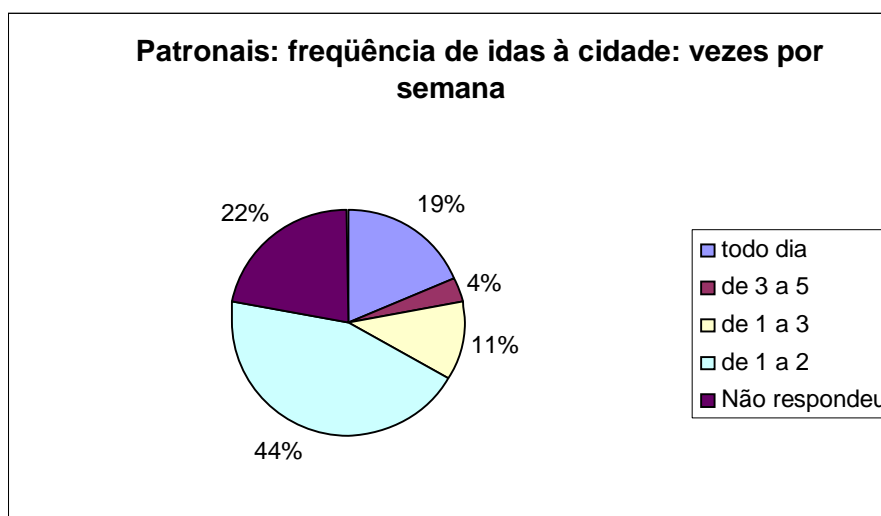


Gráfico 67: Freqüência com que os membros da família visitam o centro urbano entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

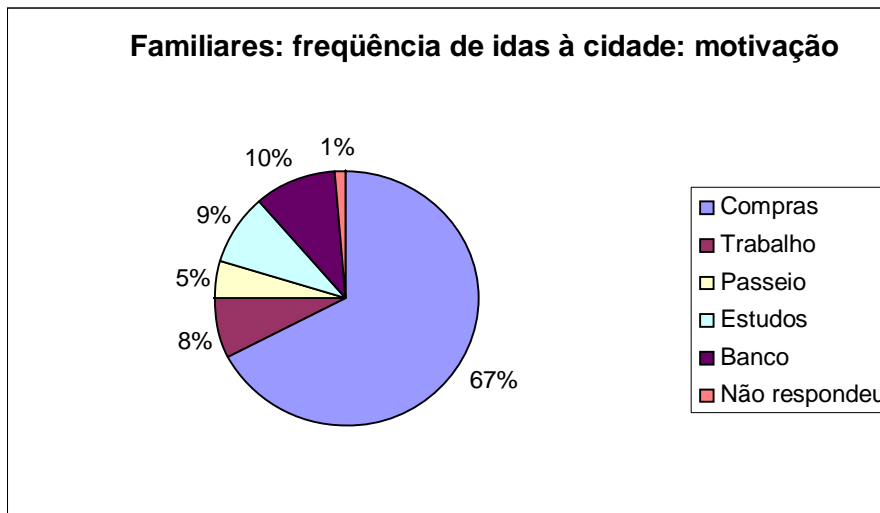


Gráfico 68: Motivos que levam os membros da família a visitar o centro urbano entre os estabelecimentos familiares.
 Fonte: Pesquisa de campo.

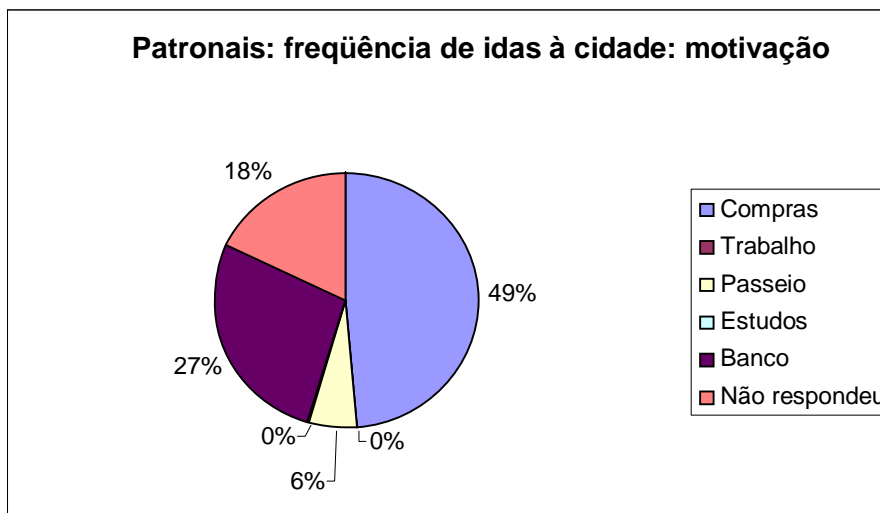


Gráfico 69: Motivos que levam os membros da família a visitar o centro urbano entre os estabelecimentos patronais.
 Fonte: Pesquisa de campo.

Do gráfico 66 ao 69, mostramos a relação do agricultor com o meio urbano. Vê-se claramente que, dentre os estabelecimentos familiares, os indivíduos costumam ir mais à cidade. Provavelmente isso pode ser atribuído a dois fatores: o maior número de responsáveis pelo estabelecimento residindo fora dele; e o maior número de funcionários responsáveis pelo estabelecimento entre os patronais. Quanto aos motivos alegados para ir à cidade, nota-se que nenhum respondente entre os estabelecimentos patronais, alegou ir à cidade para estudar, categoria pequena, porém, existente entre os familiares.

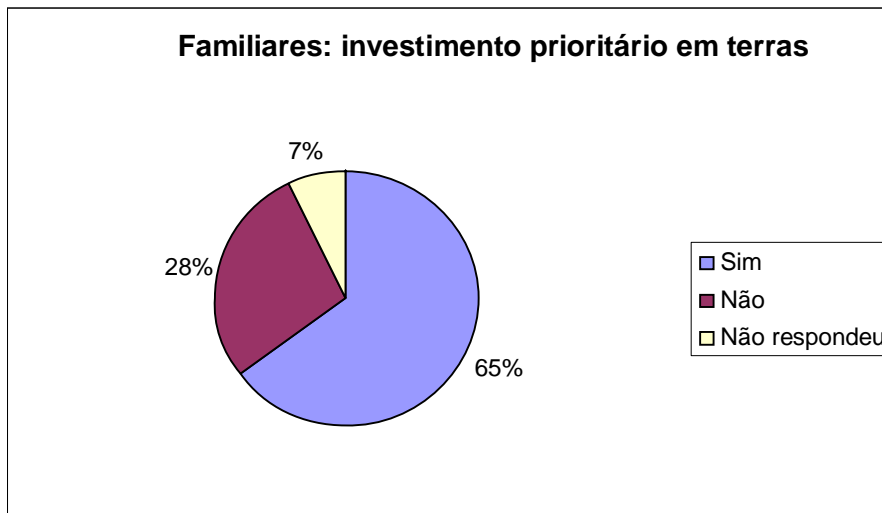


Gráfico 70: Porcentagem de agricultores entre os estabelecimentos familiares que investiriam suas economias preferencialmente em terra.
 Fonte: Pesquisa de campo.

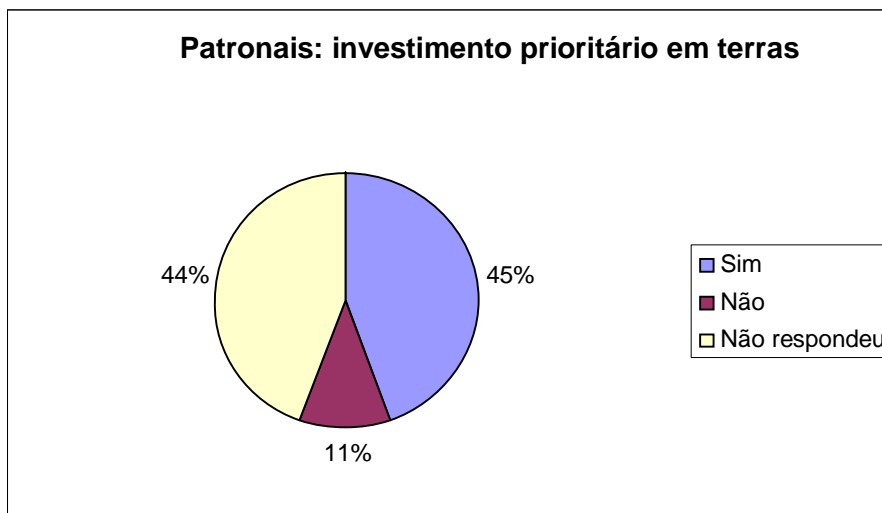


Gráfico 71: Porcentagem de agricultores entre os estabelecimentos patronais que investiriam suas economias preferencialmente em terra.
 Fonte: Pesquisa de campo.

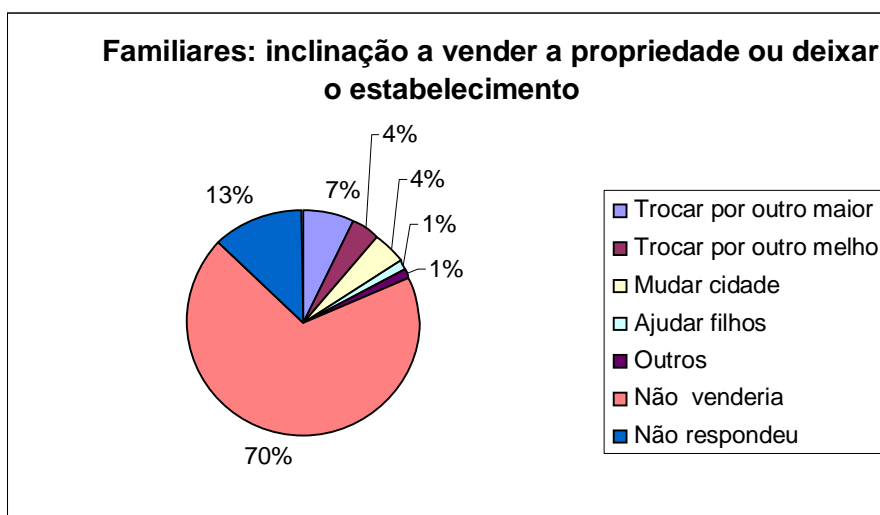


Gráfico 72: Motivos que poderiam levar os agricultores a vender sua propriedade e/ou deixar o estabelecimento entre os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

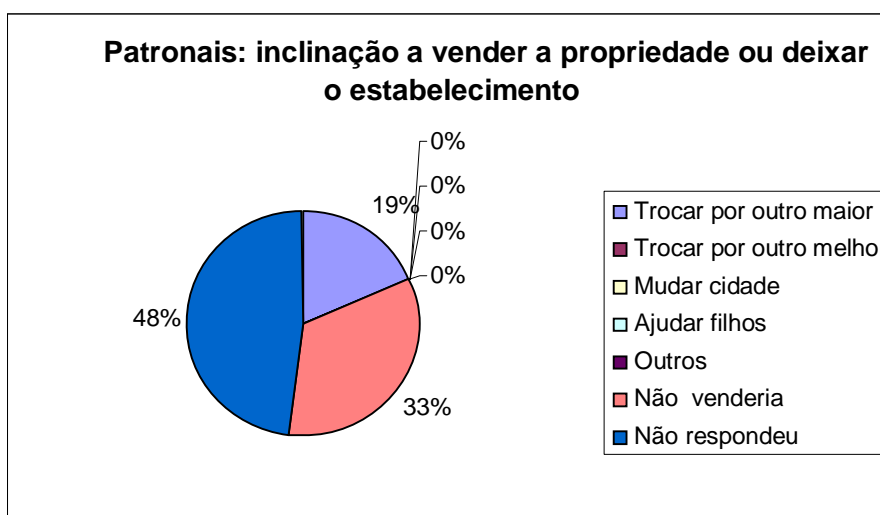


Gráfico 73: Motivos que poderiam levar os agricultores a vender sua propriedade e/ou deixar o estabelecimento entre os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os quatro gráficos acima (70 a 73) estão relacionados à visão do agricultor em relação à posse do estabelecimento. Tentou-se medir aí, seu desejo de aumentá-la ou adquiri-la por um lado, e sua disposição em deixá-la por outro. Incluímos aqui proprietários e não proprietários, porque, embora nos pareça que o ideal do agricultor familiar é ser proprietário da terra onde trabalha, nem sempre isso é possível.

Quanto ao investimento prioritário em terra, os gráficos nos mostram que entre os estabelecimentos familiares é que encontramos o maior número de respostas positivas. O gráfico em que se avalia a disposição do produtor em

vender e/ou deixar o estabelecimento são ainda mais contundentes: 70% dos familiares não deixariam o estabelecimento em nenhuma hipótese, contra apenas 33% entre os patronais. Esses dois dados mostram que, para os agricultores familiares o apego a terra é muito maior que entre os patronais. Além disso, entre os agricultores familiares a propriedade fundiária raramente é vista como uma mercadoria; visão que podemos encontrar entre proprietários patronais.

Na parte da análise que se segue tratamos dos dados relacionados à distribuição demográfica nos dois grupos de estabelecimentos. Devemos lembrar primeiramente que procuramos entrevistar os responsáveis pela exploração do estabelecimento. Quando esta se encontrava a cargo de funcionários as informações foram dadas por eles, e os dados aqui apresentados se referem a suas famílias.

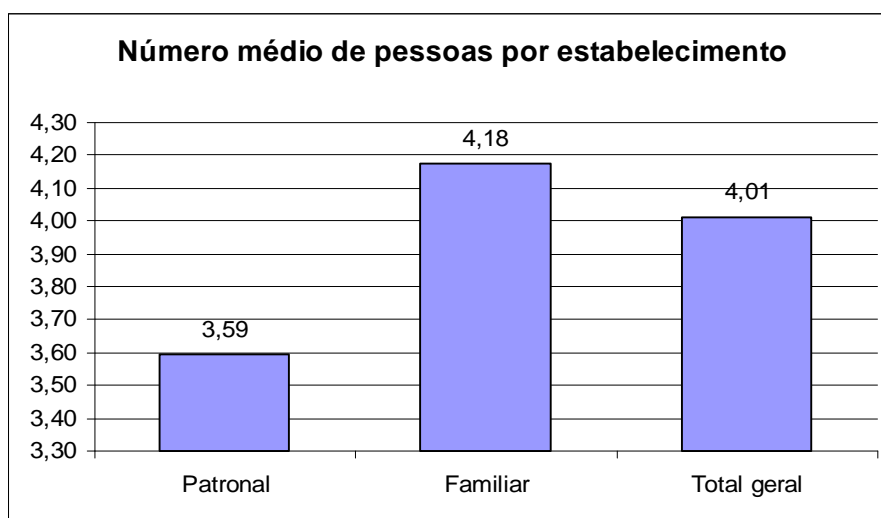


Gráfico 74: Número médio de pessoas por tipo de estabelecimento.
Fonte: Pesquisa de campo.

Pode-se ver no primeiro gráfico relacionado à demografia dos estabelecimentos pesquisados que os familiares abrigam, em média, um número maior de pessoas. Isso demonstra que um número maior de pessoas da família do produtor encontra-se ligado ao estabelecimento entre os familiares.

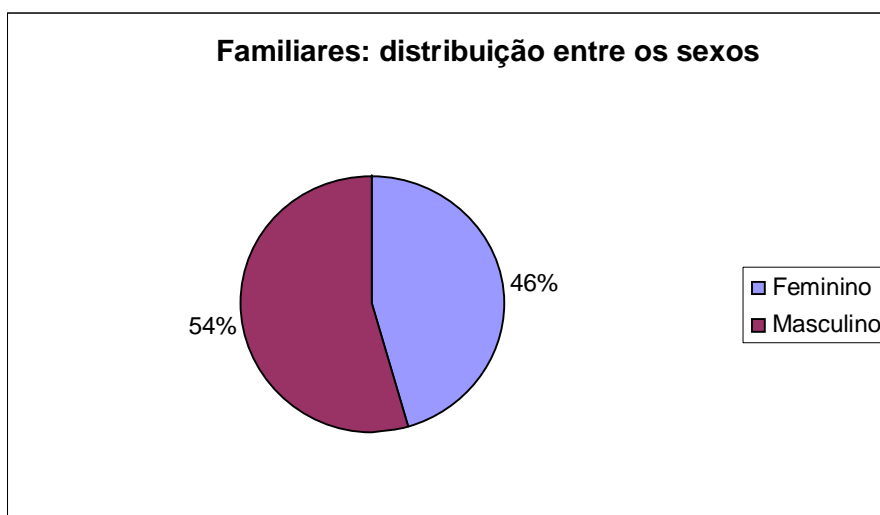


Gráfico 75: Distribuição proporcional entre os sexos nos estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

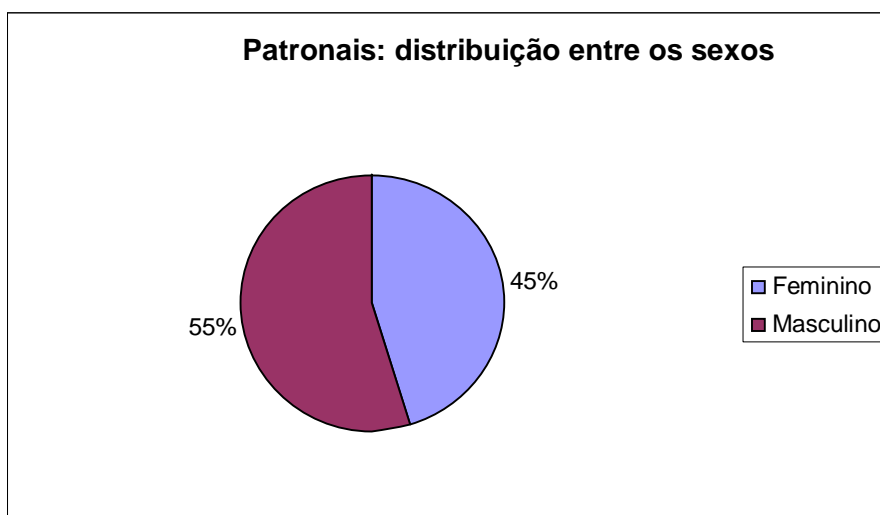


Gráfico 76: Distribuição proporcional entre os sexos nos estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Nos gráficos seguintes (75 e 76), referentes à distribuição de indivíduos por sexo para cada tipo de estabelecimento, vemos uma pequena predominância de homens vivendo nos estabelecimentos. Essa distribuição independe do grupo no qual o estabelecimento foi classificado.

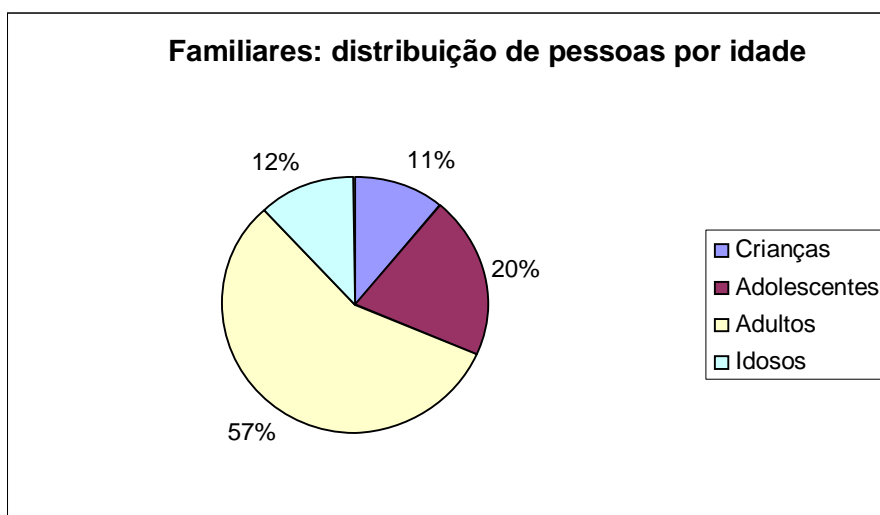


Gráfico 77: Distribuição proporcional por idade entre os estabelecimentos familiares.
Fonte: Pesquisa de campo.

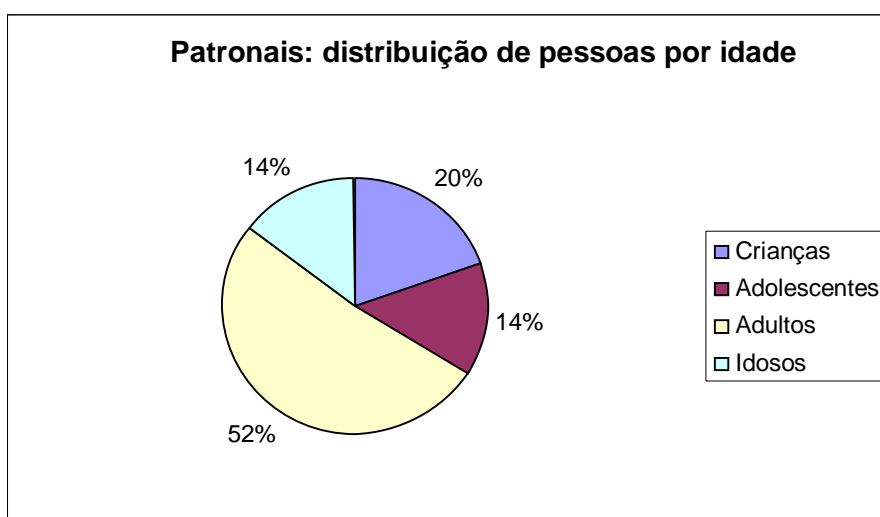


Gráfico 78: Distribuição proporcional por idade entre os estabelecimentos patronais.
Fonte: Pesquisa de campo.

Tampouco iremos encontrar grandes diferenças na distribuição proporcional por idades. Temos aí, nos dois grupos, uma maioria de adultos, embora no grupo familiar essa proporção seja um pouco maior. O número de idosos permanece praticamente igual para os dois grupos. A maior diferença se encontra na distribuição de crianças e adolescentes, com predominância do primeiro grupo entre os patronais e do segundo entre os familiares. Todavia, a soma percentual de crianças e adolescentes é praticamente igual nos dois grupos, o que parece indicar, não uma tendência estrutural aos estabelecimentos, mas uma coisa momentânea.

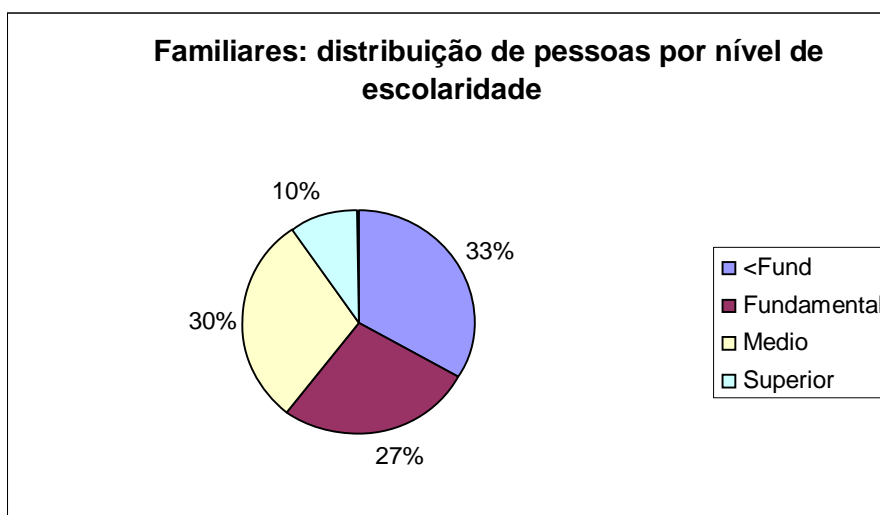


Gráfico 79: Distribuição proporcional por nível de escolaridade entre os estabelecimentos familiares.

Fonte: Pesquisa de campo.

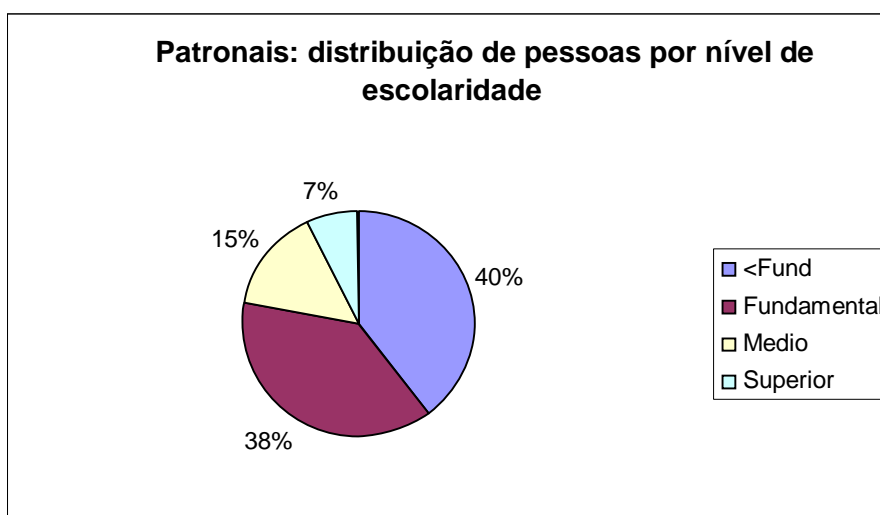


Gráfico 80: Distribuição proporcional por nível de escolaridade entre os estabelecimentos patronais.

Fonte: Pesquisa de campo.

Os dados mais significativos, que encontramos na análise demográfica são aqueles relativos à distribuição percentual por nível de escolaridade. Nesse item, podemos ver uma diferença significativa entre os estabelecimentos familiares e patronais. O número de pessoas que não completaram os estudos fundamentais é maior no segundo grupo. Ao mesmo tempo, a porcentagem de indivíduos que atingiram o nível médio ou superior é quase o dobro nos estabelecimentos familiares do que a encontrada nos patronais.

Esse dado parece indicar que os agricultores familiares e seus dependentes têm mais condições de aumentar seu nível de educação formal

que os agricultores que trabalham para outras pessoas – mesmo que dentre esses só tenhamos considerado os funcionários permanentes, pois são os responsáveis pela exploração do estabelecimento. Em outras palavras, tudo indica que há uma relação positiva entre o controle do estabelecimento produtivo e o nível de educação formal.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Procurou-se realizar neste trabalho, primeiramente, uma discussão teórica a respeito da maneira mais adequada para se analisar a organização do trabalho e a divisão social no meio rural. Analisando-se parte considerável da bibliografia nacional a respeito do assunto conclui-se que há uma tendência a transportar para o meio rural o modelo industrial de organização social, calcado na contradição entre capital e trabalho. Foram demonstradas as diversas formas que se atribuem a essa contradição no meio rural, definindo, conseqüentemente, as diversas maneiras em que esses dois termos podem se apresentar: dominação indireta do capital, reprodução do atraso pelo moderno, proletarização com terra.

Como, pretende-se, ficou demonstrado nesse trabalho, o desenvolvimento do capitalismo no campo não assume, necessariamente, a mesma forma de organização social que assume no meio urbano-industrial. Não se reproduz aqui, ao menos na mesma escala a separação entre trabalhador e meios de produção. Nos países desenvolvidos, a agricultura capitalista moderna se desenvolveu com base em estabelecimentos familiares. No Brasil, por razões políticas, privilegiaram-se – no que foi fundamental a participação do estado – os grandes estabelecimentos monocultores patronais. A agricultura familiar foi relegada ao segundo plano, quando não abertamente desestimulada pelas políticas públicas.

A predominância de estabelecimentos agropecuários patronais no país se deve, portanto, a questões de conjuntura socioeconômica. Não se trata, portanto, de uma conseqüência necessária do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, mas sim, da forma como o país se situou nessa estrutura.

Mesmo desprivilegiada, a agricultura familiar brasileira, não apenas sobreviveu, como também prosperou, em regiões e atividades determinadas. O estudo empírico apresentado nesse trabalho analisa uma dessas regiões.

Conclui-se da discussão teórica, que, a melhor maneira de se analisar a divisão social no meio rural, é a partir da forma predominante de divisão social do trabalho dentro dos estabelecimentos. Adotou-se aqui, como base da

organização social do mundo rural, a divisão dos produtores em dois tipos: familiares e patronais.

Em seguida, decidiu-se testar empiricamente tal formulação. Foi levado a efeito então, um estudo de caso com agricultores integrados a agroindústria avícola do município de Conchas, com o objetivo de testar a capacidade explicativa da definição teórica adotada.

Em primeiro lugar, foi colocada em teste, a predominância, no campo de pesquisa da agricultura familiar, conforme definida no trabalho. Como se pode ver na análise dos dados, essa primeira suposição foi confirmada. Há entre os produtores vinculados a agroindústria avícola em Conchas, um predomínio de estabelecimentos familiares.

Confirmada essa hipótese, procurou-se verificar a coerência e utilidade da classificação adotada. Para tanto, dividiu-se a amostra em dois grupos de estabelecimentos: patronais e familiares. Através da análise dos diversos sistemas que regem o funcionamento dos estabelecimentos agropecuários foi possível verificar até que ponto essa divisão, e conseqüentemente, a classificação adotada, foram capazes de definir dois grupos sociais distintos.

Da análise dos dados pode-se inferir que a categorização proposta foi capaz, dentro do universo de pesquisa delimitado, de distinguir os produtores estudados em dois grupos sociais distintos: familiares e patronais.

Procurou-se mostrar também, que, para fins de levantamentos estatísticos, a melhor maneira de se traçar a delimitação entre os grupos sociais existentes no meio rural, é a divisão do trabalho interna ao estabelecimento. Dessa maneira, podemos captar a pluralidade de formas em que tais estabelecimentos se apresentam: em termos de faixas de renda e tamanhos de propriedades; ao mesmo tempo pode-se definir melhor, como visto nos indicadores relativos à sociabilidade, dois tipos sociais de agricultor, mais próximos da realidade vivida. Em outras palavras, os grupos assim definidos se aproximam mais da realidade empírica, em termos de tendências comportamentais e de valores que as divisões estritamente econômicas; tamanho do estabelecimento e/ou estratos de renda.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R., Agricultura familiar e capitalismo no campo, In: STÈDILE, J.P., **A questão agrária hoje**, Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2002.

ABRAMOVAY, R., **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo:Hucitec, 1992.

ABRAMOVAY, R., et al, **Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola em São Paulo**, Reforma Agrária, v. 25, n. 2/3, maio/dez, 1995, p.142-166.

ALTMANN, R., **A Agricultura Familiar e os Contratos**, Florianópolis: FAESC/SENAR-SC, 1997.

AZEVEDO, A. R. O. de, **O pequeno produtor rural de Concórdia – SC: suas relações com a empresa Sadia**, Dissertação (Mestrado) FFLCH-USP, 1993.

BERGAMASCO, S. M. P. P., **Caracterização da agricultura familiar no Brasil a partir dos dados da PNAD**, Reforma Agrária, v.25, n. 2/3, maio/dez., 1995, p. 167-177.

CANDIDO, A., **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 9ª edição, 2001.

CHALITA, M. A. N., **Agricultura familiar e seus novos vínculos com a prática econômica**, Agricultura em São Paulo, v. 53, n.2, p. 125-139, jul/dez. 2006. Disponível em:<<http://www.iea.sp.gov.br>. > Acesso em: 02 de jul. 2006.

CHAYANOV, A. V., **La Organización de la unidad econômica campesina**, Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

DELGADO, Guilherme Costa. “**Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**”, Estudos Avançados, v.15, n.43, p.157-172, set/dez 2001.

DELGADO, G. C., **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**, São Paulo:Ícone, 1985.

DINIZ, J. A. F., **Geografia da agricultura**, 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1986.

ESPÍNDOLA, C. J., **As agroindústrias de carne do Sul do Brasil**, Tese (Doutorado) FFLCH-USP, 2002.

ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, **Mapas da Agricultura Paulista**, disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php> > Acesso: 22 de out. 2005.

ESTADO DE SÃO PAULO – Secretaria de Agricultura e Abastecimento, **Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária – Estatísticas Agrícolas, Estado de São Paulo, 1995-96, (LUPA)**, disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php> > Acesso em: 22 de out. 2005.

FRALETTI, P., **Conchas – origens e desenvolvimento**, s/d.

FRANCO, M. S. de C., **Homens livres na ordem escravocrata**, São Paulo:Ática, 1974.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS [SEADE], **Perfil Municipal de Conchas**, disponível em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>.> Acesso em 17 de fev. 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS [SEADE], **Atlas da economia paulista**, disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/atlas>>. Acesso: 27 jan. 2006.

GUANZIROLI, C., et al. (orgs), **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**, Rio de Janeiro: Garamond, 2001

GUIMARÃES, A. P., Quatro Séculos de Latifúndio, In: STEDILE, J. P. (org.), **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 v. 1, p.35-77.

INSTITUTO BRAILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], **Censo Agropecuário de 1995-1996: conceituação das características divulgadas**, Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.sht>> Acesso em 30 de jul. de 2006.

INSTITUTO BRAILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE], **IBGE cidades: municípios do estado de São Paulo**, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso: 19 abril 2006.

JOLLIVET, M., **A 'vocação atual' da sociologia rural**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, out. de 1998, p.5-25.

KAGEIAMA, A.; Bergamasco, S. M. P. P., **A Estrutura de produção no campo em 1980**, Perspectivas, São Paulo, v.12/13, 1989/90 p.55-72.

LAMARCHE, H., Introdução Geral, In: LAMARCHE, H. (coord), **A Agricultura Familiar - comparação internacional: uma realidade multiforme**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1993 p.13-33 v.1.

LAMARCHE, H., As lógicas produtivas, In: LAMARCHE, H. (coord.), **A Agricultura Familiar - comparação internacional: do mito   realidade**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, p.61-88, v. 2.

LEITE, S. P., **A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira**. Perspectivas, v. 12/13. São Paulo, 1989/90, p.31-53.

MARCONI, M de A.; LAKATOS, E. M., **Técnicas de Pesquisa**, 2  edic o, Atlas, São Paulo, 1990.

MARTINS, J. de S.. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo:Hucitec, 1975.

MIOR, L. C., **Empresas agroalimentares, produção agrícola familiar e competitividade no complexo de carnes de Santa Catarina**, Tese (Doutorado) - UFRRJ, 1992.

MÜLLER, G., Padrão Agrário Paulista: transformações e tendências. In: TARTAGLIA, J. C. (org). **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1988, p. 55-75 .

MÜLLER, G., **Complexo agroindustrial e modernização agrária**, São Paulo: Hucitec, 1989.

MÜLLER, G., São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno, In: ST DILE, J.P., **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2002, p.221-237.

OLIVEIRA, F. de, **Crítica   razão dualista**, Estudos Cebrap. São Paulo:Cebrap, 1973.

PAULILO, M I. S., **Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos**, Florianópolis:Ed. UFSC, 1990.

PAULILO, M I. S., **Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.1, jan.-abril de 2004, p.229-252.

PAULILO, M I. S., **Escravidão por D vida: uma metáfora agroindustrial?**, Reforma Agrária, v.21, n.3, set-dez de 1991, p. 121-124.

PINO, F. A., et al. (orgs), **Levantamento Censitário de Produção Agrícola do Estado de São Paulo**, São Paulo: Secretaria de Agricultura e Abastecimento-SP, 1997.

PINO, F. A., **Unidades amostrais em levantamento de dados agrícolas**, Agricultura em São Paulo, v.50 n.1, São Paulo, 2003. Disponível em:<[http:// www.iea.sp.gov.br](http://www.iea.sp.gov.br). >, Acesso em: jul. 2005, p.1-9.

PRADO JR., C., **A questão agrária e a revolução brasileira**, In: STEDILE, J. P. (org.), A questão agrária no Brasil, São Paulo: Expressão Popular, 2005, v.1, p.79-87.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS-SP, **História de Conchas**: site da prefeitura municipal de Conchas, disponível em: <http://www.conchas.sp.gov.br/>, acesso em: 25 de jan. de 2006.

- QUEIROZ, M. I. P. de, **Bairros Rurais Paulistas**, São Paulo:Duas Cidades, 1973.
- QUEIROZ, M. I. P. de, **O Campesinato Brasileiro**, Petrópolis:Vozes, 1976.
- SANDRONI, P., **Questão agrária e campesinato**, São Paulo: Polis, 1980.
- SANTOS, J. V. T., **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**, São Paulo:Hucitec, 1978.
- SCHATTAN, S., **Obtenção de estatísticas agrícolas pelo método de amostragem**, Agricultura em São Paulo, São Paulo, v.50 n.2, 2003. Disponível em:<[http:// www.iea.sp.gov.br.](http://www.iea.sp.gov.br)> Acesso em: 19 de jul. de 2005, p.81-109.
- SILVA, J. G. da, O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária, In: STÉDILE, J. P. (org.), **A questão agrária hoje**, Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2002, p.137-151.
- SILVA, J. G. da, **Complexos Agroindustriais e outros complexos**, Reforma Agrária, v. 21, n. 3, set./dez., 1991,p. 5-34.
- SILVA, J. G. da, (Coord), **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**, São Paulo: Hucitec, 1980.
- SILVA, J. G. da, et al., **Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro**, Revista de Economia Política, São Paulo, v.3 n. 4, out/dez., 1983, p.21-55.
- SILVA, S., Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo, In: PINSKY, Jaime (org), **Capital e trabalho no campo**, São Paulo: Hucitec, 1977, p.7-24.
- SILVA, S., **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SINGER, P., Prefácio, In: SANDRONI, P., **Questão Agrária e Campesinato**, São Paulo:Polis, 1980.
- SODRÉ, N. W., Formação Histórica do Brasil, In: STEDILE, J. P. (org.), **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005 v.1, p.111-125.
- SORJ, B.; WILKINSON, J., Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira, In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. de (orgs). **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.164-190.
- SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O L, **Camponeses e agroindústria**, Rio de Janeiro:Zahar, 1982.
- VEIGA, J. E. da, **Delimitando a Agricultura Familiar**, Reforma Agrária, vol 25, n2/3, maio/dez. de 1995, p. 128-141.
- WANDERLEY, M. de N. B., **O Camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v.2, n.1, jan./abr., 1985, 13-77.
- WANDERLEY, M. de N. B., **A Agricultura Familiar no Brasil: um espaço em construção**, Reforma Agrária, v. 25, maio/dez., 1995.
- WANDERLEY, M. de N. B., **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, Estudos Sociedade e Agricultura, n. 21, out., 2003, p.43-61.
- WANDERLEY, M. de N. B, O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio, In: LAMARCHE, H. (coord.), **A Agricultura Familiar - comparação internacional: do mito à realidade**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, v.2, p.37-57.
- WILKINSON, J., **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**, São Paulo:Hucitec, 1986.

OBRAS CONSULTADAS:

Agricultura familiar:

CARNEIRO, M. J., Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas, In: **Mundo Rural e tempo Presente**, Mauad, Rio de Janeiro, 1999.

FERREIRA, A. D. D., **Agricultores e Agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos**, Reforma Agrária, vol.25, maio/dez., 1995.

FOSSATTI, D. M.; FREITAS, C. A. de, **O Caráter Familiar da atividade fumageira em Santa Cruz do Sul- RS**, Revista de Integração Latino-Americana-UFSM.

GUILHOTO, J., et al., **Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**, Estudos NEAD, Brasília, 2005. Disponível em www.nead.org.br. Acessado em 02/10/2006.

MATTEI, L., **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**, Estudos NEAD, Brasília, 2005. Disponível em www.nead.org.br. Acessado em 02/10/2006.

SANT'ANA, A. L.; COSTA, V. M. H. de M., **Produtores Familiares e estratégias Ligadas à Terra**, Revista de Economia e Sociologia Rural – SOBER, v. 42, n. 4, Rio de Janeiro 2004. Disponível em www.sober.org.br. Acessado em 19/09/2006.

SILVA, J. G. da, **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**, Estudos Avançados, v.15, n.43, set./dez., 2001.

SILVA, J. G. da, **O Novo Rural Brasileiro**, Nova Economia, Belo Horizonte, 7(1), maio 1997.

SCHNEIDER, S., **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre:Ed. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S., **Os Colonos da Indústria Calçadista: expansão industrial e as transformações na agricultura familiar no Rio Grande do Sul**, Campinas:Cadernos de Sociologia, n. 1, jan./jun. 1996

VEIGA, J. E. da, **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, Estudos Avançados, v.15, n.43, set./dez. 2001.

WANDERLEY, M. N. B., Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov, In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, (Orgs), **Para pensar: outra agricultura**. Editora da UFPR, Curitiba, 1998.

WILKINSON, J., **Cadeias Produtivas para Agricultura Familiar**, Rev. de administração da UFLA, V. 1, n. 1, jan-jun, 1999

WILKINSON, J., **Mercosul e produção familiar**, Estudos Sociedade e Agricultura, n.8, Abril 1997.

WILKINSON, J.; MIOR, L. C., **Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces**, Estudos Sociedade e Agricultura, n.13, Outubro, 1999.

WILKINSON, J., **A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina**, Estudos Sociedade e Agricultura, n.21, out., 2003.

Metodologia de pesquisa:

BRANDÃO, C. R., A participação da pesquisa no trabalho popular, In: **Repensando a pesquisa participante**, Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A., “Teoria e Prática do trabalho de campo”, em CARDOSO, Ruth, **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Paz e Terra, 1986.

WHITACKER, D. C. A., **Sociologia Rural**, 2002.

Avicultura:

AGUIAR, Danilo R. D. e PINHO, J. B., (ed). **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**, publicação do 36º Congresso da SOBER, Brasília, 1998.

ARANA, Alba Regina Azevedo. “**Os Avicultores integrados no Brasil: estratégias e adaptações – o caso Coperguaçu Descalvado – SP**”. Terra Livre: São Paulo, ano 18, n. 19. jul./dez. 2002. Disponível em: http://www.cibergeo.org/agbnacional/terra_livre.asp.

CAMPOS, Índio, **Os Colonos do Rio Uruguai: relações entre a pequena produção e agroindústrias no Oeste Catarinense**. Dissertação – Mestrado – UFP.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS, **Crescimento da Avicultura Brasileira e suas Estratégias para a Inserção no Mercado Mundial**. Disponível: www.deser.org.br. Acessado: 02/10/2006.

DINTEN, Carolina Alexandra Marchant, **Utilidade tecnológica na avicultura de corte: resultados de produção, composição da força de trabalho e tecnologia**, Rev. Informações Econômicas – IEA, v.36, n.6, jun 2006.

GARCIA, Luís Alberto Ferreira e FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza, **Economias de escala na produção de frangos de corte no Brasil**, Revista de Economia e Sociologia Rural – SOBER, v.43, n.03, Rio de Janeiro, jul/set 2005. Disponível em www.sober.org.br.

GONÇALVES, José Sidnei e PEREZ, Luis Henrique, **Exportações brasileiras da cadeia de produção de aves no período 2000-2005: origem, destino e agregação de valor**, Rev. Informações Econômicas – IEA, v.36, n.7, jul. 2006.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, **Avicultura de Corte e Postura: diagnóstico**, Programa Nacional de Pecuária v.5, Belo Horizonte, 1979.

MARTINS, Sônia Santana, **Cadeias Produtivas do Frango e do Ovo: avanços tecnológicos e sua apropriação**, Tese Doutorado EAESP/FGV, São Paulo, 1996.

NOGUEIRA, Antônio Carlos Lima, **Coexistência de arranjos institucionais na avicultura de corte do estado de São Paulo**, Paper FEA/USP. Disponível: www.ead.fea.usp.br/wpapers.

ZIEBERT, Roger André e SHIKIDA, Pery Francisco Assis, **Avicultura e Produção Integrada em Santa Helena, Estado do Paraná**, Agricultura em São Paulo, v. 51 n.1, São Paulo. 1990. Disponível: www.iea.sp.gov.br.

ZIRLIS, Albino Eugênio Ferreira, et all, **Integração Vertical, Custos e Receitas na Avicultura de Corte no Estado de São Paulo**, Agricultura em São Paulo, v. 37 tomo 3, São Paulo. 1990. Disponível: www.iea.sp.gov.br.

História agrícola de São Paulo:

MARQUES, M. E. Azevedo, **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo**, vols 1 e 2, Itatiaia, 1980.

MILLIET, Sergio, “**Roteiro do café e outros ensaios**”, Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre, “**Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**”, Hucitec, segunda edição, 1998.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. “**Errantes do Fim do Século**”. São Paulo:Ed. Unesp, 1999.

TARTAGLIA, J. C., **Modernização e Desenvolvimento no Interior de São Paulo**, São Paulo:Ed. UNESP, 1988.

ANEXOS

ANEXOS

- 1 Relação de Municípios e Respectivos Módulos Fiscais (ha) – DIRA de Sorocaba. CATI - Botucatu.
- 2 LUPA Conchas. CATI
- 3 Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto – Conchas. Inca.
- 4 Perfil Municipal: conchas. SEADE.
- 5 Censo Agropecuário 1995-96 - Conceituação. IBGE.
- 6 Apresentação de uma das empresas integradoras da região e manual dos integrados. Site da empresa Top Frango.
- 7 Questionário.
- 8 Legenda.

Relação de Municípios e Respectivos Módulos Fiscais (ha) – DIRA de Sorocaba. CATI - Botucatu.

PAGE NO. 20^o
16/11/95

RELACAO DE MUNICIPIOS E RESPECTIVOS MODULOS FISCAIS (ha)

MUNICIPIO MODULO (ha)

** DIRA DE SOROCABA

* D.A. DE AVARE	
AGUAS DE SANTA BARBARA	30
ARANDU	22
AVARE	30
CERQUEIRA CESAR	22
CORONEL MACEDO	20
ITAI	20
PARANAPANEMA	22
TAQUARITUBA	20
* D.A. DE BOTUCATU	
ANHEMBI	30
BOETE	20
BOTUCATU	20
CONCHAS	30
ITATINGA	30
LARANJAL PAULISTA	18
PARDINHO	24
PEREIRAS	30
* D.A. DE CAPAO BONITO	
CAPAO BONITO	16
GUAPIARA	16
RIBEIRAO BRANCO	16
* D.A. DE ITAPETININGA	
ANGATUBA	22
BURI	20
GUAREI	22
ITAPETININGA	22
SAO MIGUEL ARCANJO	16
SARAPUI	20
* D.A. DE ITARARE	
BARAO DE ANTONINA	20
ITABERA	20
ITAPEVA	20
ITAPORANGA	20
ITARARE	20
RIVERSUL	20
* D.A. DE ITU	
SESARIO LANGE	18
BOITUVA	18
CABREUVA	12
CERQUILHO	20
IPERO	12
ITU	12

LUPA Conchas. CATI.

TABELA 135.1 - Estatísticas agrícolas, Município de Conchas, Estado de São Paulo, 1995/96.

ITEM	UNIDADE	Nº DE UPAS	MÍNIMO	MÉDIA ¹	MÁXIMO	TOTAL
Distância à sede do município	km	x	1	10,08	35	x
Área total	ha	769	0,60	50,11	1.539,90	38.532,30
Área com cultura perene	ha	24	0,10	6,48	130,10	155,50
Área com cultura semi-perene	ha	173	0,10	5,42	752,60	938,10
Área com cultura anual	ha	161	0,10	5,87	108,90	944,80
Área com pastagem	ha	764	0,20	42,65	1.226,00	32.583,00
Área de reflorestamento	ha	249	0,10	2,52	218,60	628,40
Área de vegetação natural	ha	540	0,10	4,68	323,30	2.525,00
Área inaproveitada	ha	4	0,10	0,68	2,00	2,70
Área inaproveitável	ha	173	0,10	3,40	148,80	587,70
Área complementar	ha	702	0,10	0,24	22,00	167,10
Área das UPAs com (0,1] ha	ha	1	x	0,60	x	0,60
Área das UPAs com (1, 2] ha	ha	9	x	1,48	x	13,30
Área das UPAs com (2,5] ha	ha	67	x	3,92	x	262,40
Área das UPAs com (5,10] ha	ha	98	x	7,59	x	744,10
Área das UPAs com (10,20] ha	ha	170	x	14,87	x	2.527,70
Área das UPAs com (20,50] ha	ha	246	x	32,69	x	8.041,30
Área das UPAs com (50,100] ha	ha	100	x	70,16	x	7.015,70
Área das UPAs com (100,200] ha	ha	49	x	130,41	x	6.390,00
Área das UPAs com (200,500] ha	ha	21	x	290,07	x	6.091,50
Área das UPAs com (500,1.000] ha	ha	5	x	668,12	x	3.340,60
Área das UPAs com (1.000,2.000] ha	ha	3	x	1.368,37	x	4.105,10
Área das UPAs com (2.000,5.000] ha	ha	0	x	0,00	x	0,00
Área das UPAs com (5.000,10.000] ha	ha	0	x	0,00	x	0,00
Área das UPAs acima de 10.000 ha	ha	0	x	0,00	x	0,00
Bovideo, total	cabeça	718	2	58,22	1.420	41.805
Bovino, total	cabeça	718	2	58,22	1.420	41.805
Bubalino, total	cabeça	0	0	0,00	0	0
Apicultura, colméias utilizadas produção de mel	unidade	9	1	8,56	40	77
Asinino e muar, plantel	cabeça	184	1	1,85	12	340
Avicultura de corte	cabeças/ano	198	20	67.234,09	320.000	13.312.350
Avicultura para ovos, plantel	cabeça	158	3	1.741,30	150.000	275.126
Avicultura ornamental/decorativa/exótica	cabeça	43	1	1.690,21	65.000	72.679
Caprinocultura, plantel	cabeça	8	1	6,12	15	49
Carcinocultura, pós larvas de crustáceos	unidade	0	0	0,00	0	0
Codornicultura, plantel	cabeça	1	600	600,00	600	600

Cunicultura, plantel	cabeça	1	20	20,00	20	20
Eqüinocultura, plantel	cabeça	458	1	2,85	25	1.307
Helicicultura, viveiros	unidade	0	0	0,00	0	0
Minhocultura, canteiros	unidade	1	1	1,00	1	1
Ovinocultura, plantel	cabeça	34	2	17,44	100	593
Piscicultura, área de tanques	m ²	3	x	x	x	x
Ranicultura, girinos	unidade	0	x	x	x	x
Sericicultura, larvas	g	0	0	0,00	0	0
Suinocultura, plantel	cabeça	159	1	15,54	400	2.471
Outras explorações animais, plantel	cabeça	1	40	40,00	40	40
Familiares do proprietário que trabalham na UPA	unidade	753	1	1,85	8	1.396
Trabalhadores permanentes	unidade	165	1	1,69	10	279
Conjunto de fenação	unidade	0	0	0,00	0	0
Batedeira de cereais	unidade	14	1	1,00	1	14
Câmara fria	unidade	2	1	1,00	1	2
Caminhão, camioneta ou utilitário	unidade	67	1	1,13	4	76
Carregadeira de cana	unidade	1	1	1,00	1	1
Colhedeira acoplada	unidade	0	0	0,00	0	0
Colhedeira automotriz	unidade	1	1	1,00	1	1
Conjunto irrigação pivot central	unidade	0	0	0,00	0	0
Conjunto irrigação gotejamento/microaspersão	unidade	2	1	1,00	1	2
Conjunto irrigação autopropelido	unidade	0	0	0,00	0	0
Conjunto irrigação convencional	unidade	4	1	1,00	1	4
Desintegrador, picador, triturador	unidade	251	1	1,09	4	274
Ensiladeira	unidade	28	1	1,11	2	31
Microtrator	unidade	11	1	1,00	1	11
Misturador de ração	unidade	11	1	1,00	1	11
Ordenhadeira mecânica	unidade	2	1	1,00	1	2
Pulverizador tratorizado	unidade	11	1	1,36	3	15

¹ Exceto nas áreas das UPAs e nas áreas de ocupação do solo, a média refere-se à média com a característica, isto é, à média das UPAs que possuem aquele item.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

TABELA 135.1 - Estatísticas agrícolas, Município de Conchas, Estado de São Paulo, 1995/96.

(conclusão)

ITEM	UNIDADE	Nº DE UPAS	MÍNIMO	MÉDIA ¹	MÁXIMO	TOTAL
Resfriador de leite, tanque expansão	unidade	6	1	1,00	1	6
Subsolador	unidade	6	1	1,00	1	6
Terraceador	unidade	1	1	1,00	1	1
Trator de esteiras	unidade	1	1	1,00	1	1
Trator de pneus	unidade	111	1	1,31	3	145

Açude ou represa	unidade	450	x	x	x	x
Almoxarifado/oficina	unidade	38	1	1,08	3	41
Área de lazer	m ²	19	x	x	x	x
Armazém para grãos ensacados	saca	17	x	x	x	x
Balança para veículos	unidade	0	0	0,00	0	0
Balança para bovinos	unidade	21	1	1,05	2	22
Barracão para bicho da seda/sirgaria	unidade	0	0	0,00	0	0
Barracão para granja/avicultura	unidade	221	1	1,98	11	437
Barracão/galpão/garagem	unidade	335	1	1,30	5	437
Biodigestor	unidade	0	0	0,00	0	0
Casa de moradia habitada	unidade	468	1	1,64	9	766
Casa de moradia (total)	unidade	554	1	1,68	10	932
Curral/mangueira	unidade	532	1	1,07	5	569
Depósito/tulha	unidade	400	1	1,18	5	473
Engenho	unidade	12	1	1,00	1	12
Escola	unidade	5	1	1,00	1	5
Estábulo	unidade	13	1	1,23	3	16
Estufa/plasticultura	m ²	2	x	x	x	x
Fábrica de ração	unidade	1	1	1,00	1	1
Fábrica de farinha	unidade	0	0	0,00	0	0
Haras/baia/cocheira para eqüinos	unidade	23	x	x	x	x
Igreja/capela	unidade	17	1	1,00	1	17
Instalação para confinamento	unidade	8	1	1,00	1	8
Laboratório para análise	unidade	0	0	0,00	0	0
Máquina de benefício	unidade	0	0	0,00	0	0
Moinho a vento	unidade	1	1	1,00	1	1
Olaria	unidade	25	1	1,64	4	41
<i>Packing house</i>	unidade	0	0	0,00	0	0
Pista de pouso	unidade	0	0	0,00	0	0
Pocilga	unidade	165	x	x	x	x
Poço semi-artesiano	unidade	8	1	1,12	2	9
Posto meteorológico	unidade	0	0	0,00	0	0
Roda d'água	unidade	6	1	1,00	1	6
Secador de grãos	unidade	0	0	0,00	0	0
Silo para silagem	t	13	x	x	x	x
Silo para grãos	t	1	x	x	x	x
Terreiro	m ²	59	x	x	x	x
Usina/destilaria	unidade	0	0	0,00	0	0

¹ Exceto nas áreas das UPAs e nas áreas de ocupação do solo, a média refere-se à média com a característica, isto é, à média das UPAs que possuem aquele item.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

TABELA 135.2 - Rebanho bovino por categoria, número de cabeças, Município de Conchas, Estado de São Paulo, 1995/96.

ITEM	BOVINO	BUBALINO
------	--------	----------

	Corte	Uso misto	Leite	Total	
Touro (> 36 meses)	251	152	293	696	0
Vaca em lactação (> 36 meses)	3.197	1.880	3.622	8.699	0
Vaca seca (> 36 meses)	2.456	1.115	2.609	6.180	0
Bezerro(a) (até 12 meses)	3.811	2.070	4.128	10.009	0
Novilha (12 a 36 meses)	3.696	1.668	2.421	7.785	0
Garrote/tourinho (12 a 24 meses)	2.995	829	768	4.592	0
Novilho (24 a 36 meses)	1.841	490	300	2.631	0
Boi magro (> 36 meses)	797	136	14	947	0
Boi gordo (> 36 meses)	240	24	2	266	0
Total	19.284	8.364	14.157	41.805	0

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

TABELA 135.3 - Outras estatísticas agrícolas, Município de Conchas, Estado de São Paulo, 1995/96.

ITEM	Nº DE UPAS	PERCENTUAL
Produtor faz parte de cooperativa de produtores	161	20,94
Produtor faz parte de associação de produtores	52	6,76
Produtor faz parte de sindicato de produtores	342	44,47
Não utiliza assistência técnica	446	58,00
Utiliza somente assistência técnica governamental	56	7,28
Utiliza somente assistência técnica privada	216	28,09
Utiliza assistência técnica tanto governamental quanto privada	51	6,63
Dispõe de comunicação telefônica (celular ou fixa)	99	12,87
Utiliza crédito rural	51	6,63
Utiliza escrituração agrícola	30	3,90
Dispõe de energia elétrica para uso residencial (gerada ou adquirida)	522	67,88
Dispõe de energia elétrica para uso na atividade agrícola (gerada ou adquirida)	473	61,51
Utiliza computador nas atividades agropecuárias	5	0,65
Faz análise de solo	64	8,32
Faz calagem, quando necessário	72	9,36
Utiliza adubação orgânica/verde, quando necessário	273	35,50
Utiliza práticas de conservação de solo, quando necessário	70	9,10
Utiliza sementes melhoradas	159	20,68
Utiliza plasticultura	2	0,26
Utiliza inseminação artificial	13	1,69
Utiliza confinamento de bovinos	25	3,25
Utiliza pastejo intensivo	8	1,04
Utiliza mineralização	576	74,90
Utiliza vermifugação	700	91,03
Proprietário sem instrução ou com instrução incompleta	280	36,41
Proprietário com antigo primário completo	280	36,41
Proprietário com 1º grau (ou antigo ginásial) completo	46	5,98

Proprietário com 2º grau (ou antigo colegial) completo	61	7,93
Proprietário com curso superior completo	102	13,26
Proprietário residente na própria UPA	274	35,63
Número de UPAs com arrendatários	100	13,00
Número de UPAs que utilizam trabalhadores temporários	219	28,48
Número de imóveis que se estendem por mais de um município	19	2,47

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

TABELA 135.4 - Área cultivada, Município de Conchas, Estado de São Paulo, 1995/96.

(hectare)

CULTURA	Nº DE UPAS	MÍNIMO	MÉDIA ¹	MÁXIMO	TOTAL
Braquiária	281	0,10	41,69	1.170,20	11.715,60
Capim-jaraguá	454	0,40	20,20	415,20	9.171,60
Milho	150	0,10	5,32	96,80	797,30
Cana-de-açúcar	172	0,10	4,59	607,40	790,20
Eucalipto	249	0,10	2,51	215,60	624,20
Capim-napier	218	0,10	2,06	80,00	448,90
Capim-gordura	8	1,10	34,67	97,60	277,40
Mandioca	5	0,30	29,58	145,20	147,90
Laranja	10	0,10	12,97	122,60	129,70
Arroz	42	0,30	1,46	5,00	61,50
Feijão	19	0,20	1,90	19,90	36,10
Sorgo	6	0,30	3,53	7,20	21,20
Capim-colonião	1	20,00	20,00	20,00	20,00
Melancia	1	14,50	14,50	14,50	14,50
Batata-doce	1	12,10	12,10	12,10	12,10
Banana	1	12,00	12,00	12,00	12,00
Aveia	2	2,40	4,80	7,20	9,60
Tangerina	2	0,10	3,80	7,50	7,60
Fava	1	6,50	6,50	6,50	6,50
Café	12	0,10	0,46	1,20	5,50
Tomate	2	2,00	2,50	3,00	5,00
Abóbora	1	4,80	4,80	4,80	4,80
Algodão	1	3,60	3,60	3,60	3,60

¹ A média refere-se à média com a característica, isto é, à média das UPAs que possuem a cultura.

Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Projeto LUPA.

<<http://www.cati.sp.gov.br/novacati/index.php>>.

Conchas – SP
Número de Estabelecimentos por Estratos de Área
Categorias Familiares e Patronal

Categorias	Total	Menos de 5 Ha		Entre 5 e 20 Ha		Entre 20 e 50 Ha		Entre 50 e 100 Ha		Mais de 100 Ha	
		Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
TOTAL	744	125	16,8	282	37,9	177	23,8	87	11,7	73	9,8
Total Familiar	614	114	18,6	263	42,8	135	22,0	67	10,9	35	5,7
Patronal	130	11	8,5	19	14,6	42	32,3	20	15,4	38	29,2
Instituições Religiosas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Identificado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

. Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*
 Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Conchas - SP

Número de Estabelecimentos por Estratos de Área Familiars por Tipo de Mão-de-Obra Utilizada.

Categorias	Total	Menos de 5 Ha		Entre 5 e 20 Ha		Entre 20 e 50 Ha		Entre 50 e 100 Ha		Mais de 100 Ha	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total Familiar	614	114	18,6	263	42,8	135	22,0	67	10,9	35	5,7
Só Mão-de-Obra Familiar	425	87	20,5	198	46,6	95	22,4	34	8,0	11	2,6
Mão-de-Obra Familiar e Temporária	9	0	0,0	4	44,4	1	11,1	1	11,1	3	33,3
Mão-de-Obra Fam., Temp. e Permanente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mão-de-Obra Fam. e Emprego Máquinas	12	3	25,0	8	66,7	0	0,0	1	8,3	0	0,0
Mão-de-Obra Fam. e demais combinaç.	168	24	14,3	53	31,5	39	23,2	31	18,5	21	12,5

Fonte: *Censo Agropecuário 1995/96, IBGE.*

Elaboração: *Convênio INCRA/FAO.*

Notas:

- Um hífen, "-" indica valor zero.
- O zero "0" indica um valor muito pequeno.

Fonte: SADE: Banco de Dados da Agricultura Familiar [Incra].

<<http://www.incra.gov.br/sade/default.asp>>.

Perfil Municipal: conchas. SEADE.

► Perfil Municipal de: ▼



Região Administrativa de Sorocaba

Região de Governo de Botucatu

Aniversário ► 4 de dezembro

Santo Padroeiro ► Bom Jesus

Prefeito ► José Oscar Pavan - PFL

Presidente de Câmara .. ► Agenor Luiz de Souza - PMDB

► VER HISTÓRICO

Território e População	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área (Em km2)	2005	465	6.394	248.600
População	2006	16.768	266.757	40.484.029
Densidade Demográfica (Habitantes/km2)	2005	35,40	41,16	160,70
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2000/2005 (Em % a.a.)	2005	2,05	1,62	1,56
Grau de Urbanização (Em %)	2005	78,40	89,14	93,65
Índice de Envelhecimento (Em %)	2005	55,14	46,97	39,17
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2005	22,83	24,04	24,43
População com Mais de 60 Anos (Em %)	2005	12,59	11,29	9,57
Razão de Sexos	2005	103,42	99,39	95,85
Estatísticas Vitais e Saúde	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2005	17,49	14,89	15,50
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2005	64,95	54,25	53,86
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2005	3,47	10,97	13,44
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2004	26,49	15,37	16,50
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes)	2004	159,97	124,05	152,66
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes)	2004	4.232,28	4.222,34	3.960,17
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2004	11,59	10,51	7,76
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-natal (Em %)	2004	82,00	78,14	72,61
Partos Cesáreos (Em %)	2004	48,00	45,20	52,48
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2004	7,72	9,29	9,07
Gestações Pré-termo (Em %)	2004	7,67	7,90	7,67
Leitos SUS (Coeficiente por mil habitantes)	2003	4,05	2,96	1,97
Condições de Vida	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Riqueza	2002	30	38	50
	2004	32	...	52
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Dimensão Longevidade	2002	75	72	67
	2004	76	...	70
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - Escolaridade	2002	53	49	52
	2004	57	...	54
Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS	2002	Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões		
	2004	Grupo 3 - Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões		
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM	2000	0,796	...	0,814
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	2,46	2,32	2,92

Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	3,06	3,59	5,16
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	8,81	10,86	11,19
Habitação e Infra-estrutura Urbana	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	2000	86,60	90,25	83,16
Domicílios com Infra-estrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	96,79	95,33	89,29
Coleta de Lixo - Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,03	98,46	98,90
Abastecimento de Água - Nível de Atendimento (Em %)	2000	98,76	98,50	97,38
Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento (Em %)	2000	86,51	94,26	85,72
Esgoto Sanitário Tratado (Em %)	2003	-	NA	NA
Lixo Domiciliar/Comercial Destinado a Formas Sanitariamente Recomendáveis (Em %)	2003	100	NA	NA
Educação	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	7,72	8,18	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	6,92	7,13	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	66,04	62,57	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	34,57	38,74	41,88
Emprego e Rendimento	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Ocupados da Agropecuária no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	22,09	15,45	3,61
Participação dos Empregos Ocupados da Indústria no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	46,39	27,34	23,08
Participação dos Empregos Ocupados da Construção Civil no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	0,34	2,58	3,20
Participação dos Empregos Ocupados do Comércio no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	10,02	15,94	17,79
Participação dos Empregos Ocupados dos Serviços no Total de Empregos Ocupados (Em %)	2003	21,16	38,69	52,33
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Agropecuária (Em reais)	2003	421,76	525,77	529,87
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Indústria (Em reais)	2003	548,97	974,63	1.451,38
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados na Construção Civil (Em reais)	2003	429,45	469,43	901,60
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados no Comércio (Em reais)	2003	450,91	623,62	840,50
Rendimento Médio nos Empregos Ocupados nos Serviços (Em reais)	2003	702,56	1.182,55	1.281,38
Rendimento Médio no Total de Empregos Ocupados (Em reais)	2003	543,14	916,74	1.202,95
Economia	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2005	0,050491	0,355619	100,000000
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	25,04	26,08	6,52
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	40,62	38,52	46,26
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2004	34,34	35,40	47,22
PIB (Em milhões de reais correntes)	2004	189,90	3.090,70	546.606,82
PIB per Capita (Em reais correntes)	2004	11.544,13	11.756,58	13.725,14
Participação no PIB do Estado (Em %)	2004	0,034742	0,565434	100,000000

CONVENÇÕES UTILIZADAS			
...	dado não disponível	-	fenômeno inexistente
x	dado sigiloso	z	rigorosamente zero
p	dado preliminar	e	dado estimado
o	não foi atingida a unidade adotada	NA	não se aplica

[Definições, Fontes e Notas]

Fonte: perfil municipal de Conchas [SEADE]. <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>>.

Censo Agropecuário 1995-96 - Conceituação. IBGE.

Período e data referência

O Censo Agropecuário teve como período de referência para as informações de produção e valores o intervalo de 01/agosto/95 a 31/julho/96. Os dados sobre propriedade, área, pessoal ocupado, referem-se a 31/dez/95, efetivos da pecuária e de lavouras e da silvicultura, referem-se a 31/07/96. Dizem respeito ao período, informações sobre investimentos, financiamentos, despesas, receitas, produção e outras ligadas ao movimento dos estabelecimentos agropecuários.

Conceituação das características divulgadas

Estabelecimento

Considerou-se como estabelecimento agropecuário todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes e temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais.

Área total

Compreendeu a totalidade das terras que formavam o estabelecimento, considerada a situação existente na data do Censo. O estabelecimento cuja área se estendesse a mais de um município foi incluído por inteiro no município em que se achava localizada a respectiva sede ou, na falta desta, naquele em que se situasse a maior parte de sua área. Os dados referentes à área são apresentados em hectare, procedendo-se às conversões das várias unidades de superfície ainda em uso no território nacional.

Propriedades das terras

Os estabelecimentos agropecuários foram discriminados, segundo a propriedade das terras que os constituíam, nas seguintes categorias: Individual, Condomínio ou Sociedade de Pessoas, Sociedade Anônima, Sociedade Limitada, Cooperativa, Entidade Pública e Instituição Pia ou Religiosa.

Condições legal das terras

Investigou-se a constituição dos estabelecimentos, segundo a condição legal das terras, de acordo com a seguinte discriminação: próprias (inclusive por usufruto, foro e enfiteuse); arrendadas (mediante pagamento em quantia fixa em dinheiro ou cota-parte da produção); parceiros (mediante pagamento de parte da produção obtida - meia, terça, quarta, etc.); ocupadas (ocupadas a título gratuito, com ou sem consentimento do proprietário).

Produtor

Considerou-se produtor a pessoa física ou jurídica que detivesse a responsabilidade da exploração do estabelecimento, quer fosse o mesmo constituído de terras próprias ou de propriedade de terceiros. Os produtores foram classificados em proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante.

Utilização das terras

Áreas dos estabelecimentos, segundo a sua utilização, foram divididas nas seguintes categorias:

1. **Lavouras permanentes**- Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo

- plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.
2. **Lavouras temporárias**- Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte.
 3. **Terras em descanso**- Terras habitualmente utilizadas para o plantio de lavouras temporárias, que em 31 de dezembro de 1995 se encontravam em descanso, por prazo não superior a 4 anos em relação ao último ano de sua utilização.
 4. **Pastagens naturais**- Constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
 5. **Pastagens plantadas**- Abrangeu as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.
 6. **Matas naturais**- Formadas pelas áreas de matas e florestas naturais utilizadas para extração de produtos ou conservadas como reservas florestais.
 7. **Matas plantadas**- Compreendeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de essências florestais (acácia-negra, eucalipto, pinheiro, etc.), incluindo as áreas ocupadas com viveiros de mudas de essências florestais.
 8. **Terras produtivas não utilizadas**- Constituídas pelas áreas que se prestavam à formação de culturas, pastos ou matas e não estivessem sendo usadas para tais finalidades. Foram incluídas as terras não utilizadas por período superior a 4 anos.
 9. **i) Terras inaproveitáveis**- Formadas por áreas imprestáveis para formação de culturas, pastos e matas, tais como: areais, pântanos, encostas íngremes, pedreiras, etc., e as formadas pelas áreas ocupadas com estradas, caminhos, construções, canais de irrigação, açudes, etc.

Terras irrigadas

Compreendeu a área total irrigada nos estabelecimentos agropecuários, quaisquer que tenham sido os métodos empregados (inundação, infiltração, aspersão, ou outro método), excluindo a simples rega manual.

Pessoal ocupado

A pesquisa sobre o pessoal ocupado abrangeu todas as pessoas, com ou sem remuneração, que em 31/12/95 encontravam-se executando serviços ligados às atividades do estabelecimento

Distribuiu-se o pessoal ocupado, por sexo e classe de idade (de 14 anos e mais, e menores de 14 anos), nas seguintes categorias:

1. **Responsável e membros não-remunerados da família**- O produtor ou o administrador que fosse responsável pela direção do estabelecimento, recebendo quantia fixa ou cota-parte da produção.
2. **Empregados permanentes**- Pessoas contratadas para execução de tarefas permanentes ou de longa duração, mediante remuneração em dinheiro ou em quantia fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas.
3. **Empregados temporários**- Pessoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas.
4. **Parceiros**- Pessoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas.
5. **Outra condição**- Consideraram-se todas as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como: agregados, moradores, etc.

Pesquisou-se ainda, do total de pessoas ocupadas, as que residiam nos estabelecimentos agropecuários.

Utilização do pessoal temporário

Foi investigado o número máximo de empregados temporários contratados no período de 01-08-95 a 31-07-96, para execução de trabalhos eventuais ou de curta duração nos estabelecimentos.

Efetivos da pecuária

Foram pesquisados os bovinos, bubalinos, eqüinos, asininos, muares, ovinos, e caprinos e aves de propriedade do produtor que estivessem no estabelecimento, ou em pastos comuns ou abertos localizados fora de estabelecimentos, e os de terceiros que estivessem arrendados, alugados ou cedidos ao produtor em 31-07-96.

Animais nascidos e vitimados

Foram registrados os animais nascidos no período de 01-08-95 a 31-07-96, inclusive os que foram vitimados, abatidos, vendidos ou transferidos para outro estabelecimento do produtor, e os que, no decorrer do período, morreram ou foram sacrificados devido à ocorrência de doenças, acidentes ou por falta de alimentação.

Animais comprados, vendidos e abatidos

Considerou-se todos os animais comprados, vendidos vivos, e abatidos para venda ou consumo no estabelecimento durante o período de 01-08-95 a 31-07-96.

Produção de origem animal

Apresentam-se dados sobre a quantidade e o valor da produção de leite de vaca, de búfala, e de cabra, lã, ovos de galinha, de codorna e de outras aves, mel e cera de abelha, e casulos de bicho-da-seda; registram-se também o número de vacas, de búfalas e de cabras ordenhadas, e carneiros tosquiados.

Pesquisou-se, também o número e o valor de compra e venda de ovos de galinhas para incubação, durante o período de 01-08-95 a 31-07-96, e a origem da produção do mel e da cera de abelha.

Produção vegetal

Refere-se à quantidade e ao valor da produção das principais culturas permanentes e temporárias, da horticultura, da extração vegetal e da silvicultura, no período de 01-08-95 a 31-07-96.

No que concerne às culturas permanentes e temporárias, apresenta-se a produção própria do estabelecimento, incluindo-se nesta parte de parceiros não autônomos. A produção particular do pessoal residente, assim entendida, a produção obtida pelo pessoal residente (empregados, colonos, etc.) para sua subsistência, em terras do estabelecimento, cedidas gratuitamente, é apresentada em tabulações próprias.

Investimentos

Informou-se o valor total dos investimentos realizados no período de 01-08-95 a 31-07-96 em : terras adquiridas, prédios, instalações e outra benfeitorias, novas culturas permanentes e novas matas plantadas, veículos e outros meios de transporte (novos e usados), compra de animais de reprodução, outros fins, e máquinas e instrumentos agrários, novos e usados.

Financiamentos

Foram registradas as modalidades de financiamento, segundo finalidade (investimento, custeio ou comercialização), desde que aplicados em atividades ligadas à exploração agropecuária.

Despesas

Apresentaram-se como despesas, os gastos realizados no período de 01-08-95 a 31-07-96, com a manutenção e custeio das atividades dos estabelecimentos, bem como: salários, valor da cota-parte entregues a parceiros, arrendamento e parceria de terras, adubos e corretivos, sementes e mudas, agrotóxicos, medicamento para animais, alimentação dos animais (sal, rações industriais e outros alimentos), compra de ovos fertilizados e de pinto de um dia, aluguel de máquinas e implementos, serviço de empreitada, transporte da produção, juros e despesas bancárias, impostos e taxas, sacaria e outras embalagens, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica e outras despesas.

Receitas

As receitas correspondem ao valor obtido com a venda da produção e a exploração das atividades desenvolvidas pelos estabelecimentos, tais como: venda de produtos vegetais, de flores, plantas ornamentais e gramas, de animais e produtos de origem animal, de rãs e peixes, produtos transformados nos estabelecimentos (indústria rural), serviços industriais ou outros serviços prestados a terceiros, exploração mineral, venda de máquinas, veículos e implementos e outras receitas.

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-1996: conceituação das características divulgadas - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE].

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>>.

Apresentação de uma das empresas integradoras da região e manual dos integrados. Site da empresa Top Frango.



Home
Notícias
Instalações
Exportação
Responsabilidade
A Empresa
Receitas
Fotos
Contato

TOPChicken
TOPFrango
TOPMeat

:::A EMPRESA:::

O Frigorífico **FRANGO FORTE** localizado em Conchas, interior do Estado de São Paulo, a 180 km da Capital, vem aperfeiçoando os processos, com investimentos em tecnologia, treinamento às equipes à prática diária na busca pela produtividade com qualidade.

O Frigorífico abre espaço para concepção de novos produtos e o desenvolvimento de uma marca líder de mercado, sólida e sintonizada com os anseios de seus consumidores. Um crescimento constante vem ocorrendo, com a ampliação permanente da área produtiva, aumentando conseqüentemente sua capacidade de vendas e exportação.

A divisão agropecuária do **FRANGO FORTE** desenvolve a cria, recria e engorda de suas aves. São mais de 500 parceiros em diversas regiões produzindo dentro dos mais rigorosos critérios técnicos e de qualidade.

O frigorífico **FRANGO FORTE** é um dos maiores em seu segmento, situando-se entre os principais do País. Possui instalações da mais alta tecnologia que aliada à capacidade profissional de seus mais de 3.000 colaboradores, produzem qualidade e satisfação em toda a sua linha de produtos.

A Empresa também possui uma grande preocupação com o meio ambiente, e neste quesito, o **FRANGO FORTE** dá o exemplo em preservação da Natureza. Com aproveitamento global de matérias primas e um planejado sistema de utilização dos recursos naturais, o Frigorífico garante ao consumidor um produto industrializado que não agride a natureza.

O Frigorífico **FRANGO FORTE** caminha preparado para o futuro com as atenções focadas ao mercado Nacional e Internacional.

Com estes diferenciais as marcas **TOPCHICKEN**, **TOPFRANGO**, **TOPMEAT** (suínos e bovinos) e **TOPFRIOS** conquistam um número cada vez maior de consumidores, consolidando a sua marca no mercado. É a **FRANGO FORTE**, conquistando o mundo!





Manual dos Integrados



- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

1. Construção

A nossa empresa vem sendo alicerçada e construída tijolo a tijolo; em cada dia um novo desafio, uma nova idéia, novos conhecimentos, tudo é estudado e aplicado sempre em busca da melhoria do relacionamento empresa e integrado.

Este manual é mais um tijolo desta construção, uma parte importante do segmento complexo de produção de frango, onde a qualidade e eficiência são fatores determinantes para o sucesso.

A Frango Forte em busca dessa excelência lança o Manual dos Integrados, com a finalidade de orientar, dirimir dúvidas, acrescentar aprendizados e novos conhecimentos de todo o processo, visando sempre os melhores frutos. Aliando-se a tudo isso colocamos nosso Departamento Técnico a disposição para eventuais dúvidas ou esclarecimentos, para consolidação de nossa parceria.

Conte conosco.

Romualdo Umberto Pavan - *Diretor Presidente*



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



Preparação para alojamento dos pintos

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



- Retirar toda a cama utilizada;
- Varrer o piso, telas e cortinas;
- Lavar o aviário com bomba de alta pressão;
- Lavar todos equipamentos e silos;
- Colocar cama nova (5 a 7cm de altura);
- Montar os círculos ou ambiente com 50 pintos m²;
- Verificar limpeza e condições de uso das campânulas e aquecedores em geral;
- Lavar e desinfetar a caixa d'água;
- Telefonar para Frango Forte confirmando o horário de alojamento estabelecido pelo incubatório.



Preparação para alojamento (cama reutilizada)

- Enleirar a cama com 60cm de altura, durante 7 dias;
- Varrer telas e cortinas;
- Lavar silos e todos os equipamentos utilizados;
- Após o 7º dia espalhar cama enleirada;
- Montar os círculos ou ambiente com 50 pintos m²;
- Testar todas as campânulas e aquecedores antes do alojamento;
- Lavar e desinfetar a caixa d'água;
- Telefonar para Frango Forte confirmando o horário de alojamento estabelecido pelo incubatório.



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



- Os círculos têm de estar forrados com papel;
- A água limpa e clorada deverá estar disponível antes da chegada dos pintos;
- As campânulas devem estar ligadas 2 horas antes da chegada dos pintos;
- A temperatura deve estar entre 28° a 30°C com 50% de umidade;
- Conferir a quantidade de caixas entregue e número de pintinhos dentro das caixas;
- No 1° dia colocar ração no papel.



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



Manejo inicial



- Lavar os bebedouros 3 vezes ao dia;
- Mexer os comedouros tubulares a cada 2 horas;
- Proibido o uso de bandejas;
- Abrir o círculo a partir do 2º dia de idade;
- Retirar o papel no 3º dia de idade;

• Abertura:

No verão, aos 7 dias de idade, manter os pintos na metade da granja e com 15 dias na granja inteira;

No inverno, aos 10 dias de idade, manter os pintos na metade da granja e com 20 dias na granja inteira;

Aquecer os pintos até 15 dias de idade, conforme tabela na ficha de alojamento;

- Fazer uso dos nebulizadores e ventiladores quando necessário, conforme orientação técnica;
- Quando necessário, fazer renovação de ar através da abertura das cortinas, evitando o estresse das aves (bico aberto).
- Fazer troca de ar abaixando as cortinas quando necessário, não deixando as aves estressadas (bico aberto) conforme orientação técnica;
- Revolver a cama do galpão toda semana e retirar a cama úmida.



Manual dos Integrados

- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)



Ambiência

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



Ambiência esta relacionada à instalação, época do ano e região onde situa a granja. Considerando sempre o bem estar das aves.

Necessidade para melhorar ambiência

- Forro em todo galpão;
- Cortina externa em bom estado;
- É necessário um ventilador para cada 1000 aves;
- É necessário um bico nebulizador para 150 aves;
- Arborização ao redor dos galpões;
- Água de boa qualidade;
- Caixa d'água interna e externa sempre cobertas e na sombra;
- Telhado externo pintado de branco.
- A soma da temperatura e umidade não devem ultrapassar o número 100;

Observar tabela abaixo:

Até 100	Ambiente normal
Entre 100 e 110	Aumento da Conversão Alimentar
Acima de 110	Mortalidade das aves

Exemplo: **Temp Umid Soma**
28°C + 50% = 78
Ambiente normal

Obs:
Para melhor rendimento zootécnico deve trabalhar com sistema túnel.



Manual dos Integrados



Equipamentos

- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



1. Pintos:

- Bebedouro: 1 para 80 aves;
- Comedouro: 1 para 80 aves;
- Bebedouro Nipple: 10 aves/bico no máximo;
- Campânulas:
Redonda a gás – 1 campânula para 500 aves;
Quadrada a gás – 1 campânula para 1.000 aves;
À lenha – 1 campânula para 1.500 aves.

2. Aves adultas:

- Comedouro automático: máximo 1 prato para 40 aves;
- Comedouro Tubular: máximo 1 para 40 aves;
- Bebedouro pendular: máximo 1 para 80 aves;
- Bebedouro Nipple: 10 aves por bico.

3. Ventiladores:

- Convencional: 1 ventilador para 1.000 (mil) aves.

4. Nebulizadores:

- Granja de 8 a 10 metros de largura: 2 linhas;
- Granja de 11 a 14 metros de largura: 4 linhas.

5. Termômetro:

- Mínimo 1 para cada aviário.





Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



- Usar água limpa e sem cloro;
- Retirar o cloro 48 horas antes da vacinação;
- Usar tambor de plástico limpo, sem cloro e desinfetante;
- Misturar a vacina em locais cobertos;
- Retirar água 40 minutos antes da vacinação no verão e 1 hora antes no inverno;
- Vacinar as aves no período da manhã;
- Movimentar as aves após distribuição das vacinas;
- Reutilizar cloro após 48 horas da vacinação.

OBS: Quantidade de água

- 7 dias usar 10 litros para 1.000 aves;
- 14 dias usar 20 litros para 1.000 aves.



Manual dos Integrados

- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



A água constitui 60 a 70% do peso total de um pinto. A falta de água disponível em quantidades inadequadas, reduzirá o consumo de ração e o desenvolvimento das aves.

Assim:

- A água oferecida para as aves deve ser limpa, fresca, abundante e de boa qualidade.
- Recomenda-se a cada lote lavar, desinfetar a caixa d'água e todo sistema de água do aviário.
- É importante lembrar que para o lote ter um bom desempenho, a água deve estar em uma temperatura média de 20° a 22°C.
- Utilizar cloro na água desde o primeiro dia, pois garante a qualidade e saúde das aves. (2,0 ppm de cloro)



Manual dos Integrados

- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



Estrada em boa conservação:

- Pedregulhada;
- Sem declive para evitar que tombe o caminhão;
- Condições para manobras dentro da propriedade;
- Quando houver estrada interditada avisar a empresa com antecedência.



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



- Confirmar antecipadamente o horário da saída dos frangos;
- Retirar a ração 4 horas antes da apanha;
- Retirar água apenas 15 minutos antes da apanha;
- Acompanhar do início ao fim todo carregamento;
- Facilitar o acesso dos caminhões aos galpões, evitando acidentes;
- Providenciar trator para rebocar os caminhões que encalharem;
- Conferir ordem de carregamento.



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



Destino das aves mortas "compostagem"

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



É importante lembrar que a camada total de compostagem não pode exceder 150 cm (um metro e meio).

Como proceder a compostagem:

- Colocar 30 cm de cama de aviário seca no piso da composteira. Esta cama não fará parte do composto e não será umedecido;
- Adicionar 15 cm de maravalha, feno de capim picado, palha ou casca de arroz;
- Adicionar uma camada de carcaça, sem amontoá-las. Deixar um espaço de 15 cm entre as aves e as paredes;
- Cobrir as carcaças com 30 cm de cama de aviário;
- Adicionar água para umedecer a superfície. É aconselhável inserir o regador dentro da pilha após umedecer a superfície para assegurar que a água penetre no material. As quantidades de água recomendadas devem equivaler, em litros, à metade do peso das carcaças. Para cada quilo de carcaça colocada dentro da composteira, rega-se com meio litro de água;
- Nos dias subsequentes continuar a formação da pilha seguindo os mesmos procedimentos descritos anteriormente;
- Entre uma camada e outra deverá ficar uma camada inicial de palha ou maravalha de 15 cm.



Manual dos Integrados

- [• Home](#)
- [• Contato](#)
- [• Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



Pó de Pinus



Reaproveitada

Deve ser de boa qualidade para proteger as aves de lesões, obtendo conforto para as aves.

- A cama deve ser de fonte confiável;
- Não utilizar cama de madeira tratada ou com produtos tóxicos;
- Não utilizar cama úmida;
- Não usar camada fina de cama (mínimo 5cm).
- Fazer a compra da cama nova, logo após a saída dos frangos.

Sugestões

Pó Pinus

Maravalha

Palha de Arroz

Casca de Amendoim

Capim Napie



Manual dos Integrados

- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)



1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção



- Conferir a nota fiscal, peso e tipo de ração recebida;
- Verificar lacres antes da descarga;
- Verificar as gavetas após descarregamento;
- Assinar a nota fiscal e o ticket do peso da ração;
- Fazer anotações sempre que houver alguma ocorrência.

OBS: Fazer pedido de ração com 24h de antecedência, de segunda a sexta no horário comercial.



Manual dos Integrados



- [Home](#)
- [Contato](#)
- [Frango Forte](#)

1. Preparação

2. Recebimento

3. Manejo inicial

4. Ambiência

5. Equipamentos

6. Vacinação

7. Água

8. Acesso à granja

9. Carregamento

10. Compostagem

11. Cama

12. Ração

13. Construção

- | | |
|--|--|
| • Construção do galpão no sentido leste oeste; | • Plataforma quando necessária; |
| • Pé direito no mínimo 3 metros de altura; | • Arborização ao redor da granja; |
| • Piso concretado; | • Caixa d'água com tampa e coberta; |
| • Largura ideal de 12 metros; | • Calçada ao redor da granja; |
| • Comprimento máximo de 150 metros; | • Beiral do telhado no mínimo 80 cm; |
| • Portas laterais a cada 15 metros; | • Fonte de energia com capacidade suficiente para atender o funcionamento total da granja. |

Veja anexo 1 e 2:

» [Anexo Construção 01 - Granja](#)

» [Anexo Construção 02 - Granja](#)

Questionário

AGRICULTURA FAMILIAR

I – Identificação do proprietário:

1. Data:
2. Nome:
3. Posição do entrevistado na hierarquia familiar:
 - a) chefe de família
 - b) esposa
 - c) filho(a)
4. Idade: _____
5. Naturalidade:
 - a) Conchas
 - b) outra: _____
6. Residência:
 - a) propriedade
 - b) Conchas
 - c) outra cidade: _____
 - d) outros: _____

II – Características gerais da propriedade:

7. Nome da propriedade: _____
8. Localização - Bairro/Distrito: _____
9. Tamanho da propriedade: _____

III – Posse da terra:

10. Quem detém a posse da terra:
 - a) proprietário
 - b) arrendatário
 - c) parceiro
 - d) outros: _____

IV – Exploração da propriedade:

11. A propriedade é dirigida por:
 - a) Proprietário
 - b) Administrador

Ovinos						
Caprinos						
Avicultura corte						
Avicultura ovos						
Outros						

VIII – Meios de Produção

A – Máquinas, equipamentos animais de tração e benfeitorias.

27. A família possui:

Equipamentos	Quantidade	Utilização	Capacidade	Custo
Trator				
Caminhão/Caminhonete				
Desintegrador/Triturador				
Tração Animal				
Ordenhadeira				
Resfriador de Leite				

Benfeitorias	1 - Barracão 2 - Mangueira 3 - Chiqueiro 4 - Outros			
Tipo	Quantidade	Tamanho	Capacidade	Custo

28. *Em caso de não possuir algum desses equipamentos a família:*

- a) aluga
- b) contrata o serviço
- c) empresta

IX – Assistência técnica e financiamento.

29. A unidade recebe assistência técnica de alguma instituição além da integradora?

- a) Casa da agricultura
- b) Particular
- c) Sindicato rural
- d) Prefeitura municipal
- e) Laticínio
- f) Outros: _____

30. Utilizou financiamento para investir na granja?

- a) sim
- b) não

31. Em que instituição costuma pedir financiamento:

- a) banco
- b) empresa integradora
- c) outros: _____

32. Usou dinheiro da integradora para construir/investir no barracão?

- a) sim
- b) não

XI – Relação com Integradoras

33. Desde quando Produz frango no sistema integração? _____

34. Já criava frango comercialmente antes da integração?

- a) sim
- b) não

35. Com qual empresa mantém contrato?

- a) Top Frango
- b) Céu Azul
- c) Roseira
- d) Roso
- e) Outra: _____

36. Já teve contrato com outra empresa?

- a) sim
- b) não

38. Por que mudou? _____

37. Qual?

- a. Top Frango
- b. Céu Azul
- c. Roseira
- d. Roso
- e. Ninho Verde
- f. Frango Oeste
- g. Outra: _____

39. Como é feito o contrato com a empresa?

- a) verbal
- b) por lote
- c) por tempo: _____

VIII – Estrutura familiar: aspectos demográficos e grau de instrução

40. Por quantas pessoas a família é composta? _____

41. Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada - atividades não agrícolas também.

Idade	Feminino	Masculino	Atividade praticada	Renda
0-1				
1-5				
5-10				
10-15				
15-20				
20-30				
30-60				
60 ou +				

42. Grau de escolaridade dos membros da família:

Familiar	Analfabeto(a)	Fundamental		Médio		Superior	
		4 serie	8 série	2º grau completo	2º grau incompleto	Completo	Incompleto
Pai							
Mãe							
Filho1							
Filho2							
Filho3							
Filho4							
Filho5							

IX – Produtor familiar e sociedade:

43. Você é associado à:

- a) sindicato
- b) cooperativa
- c) associação
- d) partidopolítico
- e) igreja
- f) outros:____
- g) nenhum

44. Existe solidariedade (ajuda mútua) entre os vizinhos?

- a) sim
- b) não

44.1. Em que situações?_____

45. Quantas vezes por semana vai à cidade?

- a) todo dia
- b) de 3 a 5 vezes
- c) de 1 a 2 vezes
- d) menos de 1 vez

44. Geralmente, para que vai à cidade?

- a) compras
- b) trabalho
- c) passear
- d) estudar
- e) vender produtos
- f) outros:_____

45. Como você se define quando perguntam sua profissão?

- a) agricultor
- b) produtor rural
- c) avilcultor

- d) pecuarista
- e) lavrador
- f) outros: _____

46. *Quais são as festas e comemorações de que vocês mais participam?*

Quais são as festas/comemorações e eventos que mais reúnem os agricultores da região?

Legenda.

Prod	produtor	Numeração aleatória para facilitar tabulação	
PHierF 3	Posição do entrevistado na hierarquia familiar	1 - chefe de família 2 - esposa 3 - filho	Obs : posteriormente, essa categoria foi descartada
Nat 5	Naturalidade	1 - Conchas 2 - outra	
Res 6	Residência	1 - propriedade 2 – outro local	
Loc 8	Localização	Nome do bairro ou distrito onde se localiza o estabelecimento	
Taman 9	Tamanho do estabelecimento	Em hectares	Tamanho/Estratos 0-5 F 5-10 E 10-20 D 20-50 C 50-100 B 100- A
Posse 10	Posse do estabelecimento	1 – proprietário 2 - arrendatário 3 - parceiro	
Dire 11	Direção do estabelecimento	1 - proprietário 2 - administrador	
Expl 12	Exploração do estabelecimento	1 – principalmente a família 2 – outras pessoas	
OutrProp 13	se a família possui ou explora outro estabelecimento	1 - sim 2 - não	
Origem 14	estabelecimento é fruto de compra ou herança. Categorias não exclusivas.	1 -herança 2 - compra	
AmplProp 15	disposição da família em ampliar a propriedade	Se você pudesse comprar mais terras para ampliar sua propriedade, você o faria? Caso o entrevistado não fosse proprietário, foi perguntado se ele estaria disposto a comprar um lote próprio.	1 - sim 2 - não
VendProp 16	disposição da família em vender a propriedade	Você venderia suas terras para:	1 - comprar outra maior em outro

		Para os agricultores que não eram proprietários da terra onde trabalhavam foi perguntado se estariam dispostos a mudar-se para a cidade e desenvolver uma atividade que lhes proporcionasse renda igual. Em caso de resposta positiva anotamos a resposta 3), em caso de negativa 6)	<p>lugar</p> <p>2 - comprar outra melhor, ainda que menor</p> <p>3 - mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade</p> <p>4 - ajudar um filho em dificuldades financeiras</p> <p>5 - outros</p> <p>6 - não venderia de jeito nenhum</p>
MOFamiliar 17	Numero de pessoas da família que trabalham no estabelecimento	Considerou-se somente os membros da família que trabalhavam no estabelecimento, em atividades agropecuárias	O cálculo foi feito com base na unidade trabalhador*dia. Ou seja, multiplicando-se o numero de trabalhadores pelo numero de dias trabalhados. As crianças (10-15 anos) e os idosos (60-) contam meia unidade cada. Estabelecemos como base 365 dias.
MoContratada 19	funcionários pagos	Divididos em permanentes e temporarios	A unidade também foi trabalhador*dia, o que permite a comparação. Os trabalhadores permanentes foram considerados como trabalhando 365 dias por ano, para permitir

			comparação com o trabalho familiar. O trabalho temporário foi calculado multiplicando-se o numero de funcionários pelo numero aproximado de dias por ano que seu trabalho é requisitado
MOFPluri	Numero de pessoas da família que se dedicam a atividades não-agricolas	18MOFTFP	Mão de obra familiar trabalhando fora da propriedade
		22TñAgroProp	Mão de obra familiar que se dedica a trabalhos não-agricolas na propriedade
MoTotal	comparação entre os totais da mão de obra familiar e contratada utilizada na propriedade e da mão de obra familiar pluriativa	Medido em trabalhador*dia por ano	
AtvProdP	Atividade produtiva Principal: segundo declaração do informante.	1-Leite 2-corte 3-frango 4-suínos 5-ovinos/caprinos 6 - lavoura 7- outro	
ProdAgricolaComercial25-26	Estimativa da produção anual dos principais produtos agrícolas comercializáveis. Preços averiguados em 6\12\2006	Leite = R\$ 0,51 centavos/litro Gado (corte R\$ 50,0 @, média de 20 @ boi gordo e garrotes R\$250) FrangoR\$ 0,30 cabeça. . .	A produção do leite foi calculada multiplicando-se a quantidade de leite produzida diariamente por

			365. O gado foi considerado conforme declarado pelo produtor. A produção de frango foi calculado multiplicando-se a capacidade total de alojamento pelo numero médio de frangadas retiradas por ano
25-26 AutoCons	Produção voltada ao autoconsumo	Vegetal Obs: a produção de milho é geralmente voltada para o gado. Consideramos que todos os agricultores que produzem milho reservam uma parte da produção para consumo próprio	1 - horta 2 - mandioca 3 - milho 4 - pomar 5 - outros
		. Animal	1-leite 2-aves (Frango “caipira” ou outras aves criadas soltas) 3-suínos 4-ovinos/caprinos
RendaAgro	Renda agropecuária	estimativa da renda proveniente das atividades agropecuárias no estabelecimento	
RñAgro	Renda familiar proveniente de atividades não-agropecuárias Estimativa da renda familiar proveniente de atividades não agropecuárias. Resultado da soma da renda das duas categorias relacionadas	18 TFFP =	Renda proveniente de trabalho familiar fora do estabelecimento
		22 AtvñAgro	Renda proveniente de atividades não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento

RFest	renda familiar estimada	Renda familiar calculada a partir do levantamento das categorias anteriores de renda. Mensal.	Resultado da soma das rendas familiares agrícolas e não-agrícolas dividida por 12.
RFDecl 24	Renda familiar declarada	Por ano	
Equip 27	Equipamentos de trabalho disponíveis no estabelecimento	Por tipo e número	Tipos: Trator Caminhão/caminho nete Tração animal Ordenhadeira Resfriador de Leite
Eventual 28	Como a família busca acesso a equipamentos que não possui	1-aluga 2-contrata o serviço 3-empresta 4-possui todos os equipamentos de que necessita	
Barracão 27	quantidade e tipo de barracões de frango	Os barracões são classificados em manual e automático	
Assist 29	assistência técnica além da integradora	1-casa de Agricultura 2-particular 3-sindicato rural 4-Prefeitura Municipal 5-outros 6-nenhum	O estabelecimento recebe assistência técnica de alguma instituição além da empresa integradora?
Finan 30	financiamento	1-sim 2-não	Utilizou financiamento para investir na avicultura?
FinanI 32	adiantamento de dinheiro por parte da integradora	1-sim 2-não	Utilizou dinheiro da integradora para investir na avicultura?
TempI 33	tempo de integração	Em anos	TempInt Class 0-1 E 1-5 D 5-10 C 10-20 B 20-30 A
FranñI 34	produção comercial de frango	1-sim	Produzia frango

	antes da integração	2-não	comercialmente antes da integração? (por conta)
MudI 36	mudança de integradora	1-sim 2-não	Já teve contatado com outra empresa integradora?
NPUF	número de pessoas por unidade familiar		
Escolaridade	Analfabeto(a) FundamentalIncompleto FundamentalCompleto MédioIncompleto Médio Completo SuperiorIncompleto Superior Completo	N de pessoas em cada categoria	<Fund Fund Medio Sup
Idade	0-1 1-5 5-10 10-15 15-20 20-30 30-60 60+	N de pessoas em cada categoria	Crianças0-10 Adolesc 10-20 Adultos 20-60 Idosos 60 +
Sexo	Masculino Feminino	Nº de pessoas em cada categoria	
Assoc 43	associação	1-sindicato 2-cooperativa 3-associação dos produtores rurais 4-outros 5-nenhum	
Ajuda 44	existência de ajuda mútua entre vizinhos	1-sim 2-não	
Idas à cidade	Frequência (vezes/semana) 45	A – todo dia B – de 3 a 5 vezes C – de 1 a 2 vezes D – menos de 1 vez	
	Motivação 46	1-compras 2-trabalho 3-passeio	

		4-estudos 5- bancos	
Profss 47	Autodefinição da profissão	1-agricultor 2-produtor rural 3-avicultor 4-pecuarista 5-lavrador 6-outros	
Festas 48	Participação em festas tradicionais/religiosas da região	1-sim 2-não	